VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição**: A VR Benefícios Serviços de Processamento S.A. ("Companhia" ou "VR Benefícios") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento de histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciados. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R$ 1 real cada ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa Pontomais Tecnologia S.A., em 27 de março de 2023 foi realizada aquisição de 44% das ações, e em 30 de abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirido 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Globall Serviços de Marketing S.A., e em 09 de novembro de 2023 foi realizada aquisição de 24,90% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A, e em 14 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações totalizando 100% e sua atividade consiste no serviço de gestão benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A, e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, dentre outros. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2024, foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

A Administração

São Paulo, 11 de abril de 2025

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		**2.664.742**	**2.446.749**	**Circulante**		**2.579.827**	**2.453.846**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.963.048	1.714.308	Créditos em circulação	13	2.284.328	2.184.320
Contas a receber de clientes	5	566.392	632.460	Fornecedores	14	22.930	27.224
Impostos a recuperar	6	128.826	93.820	Passivos de arrendamento	15	1.919	1.707
Despesas antecipadas		548	625	Obrigações fiscais	16	74.334	55.926
Outras contas a receber		5.928	5.536	Obrigações trabalhistas	17	78.218	65.480
Não circulante		**725.665**	**696.064**	Valores a pagar para sociedades ligadas	30	12.095	24.198
Imposto diferido	12b	103.199	133.280	Outras obrigações	18	106.003	94.991
Depósitos judiciais	11a	796	801	**Não Circulante**		**69.328**	**20.577**
Contas a receber com partes relacionadas	7	50.598	36.492	Passivos de arrendamento	15	6.376	8.295
Investimentos	8	430.621	406.881	Obrigações trabalhistas	17	59.790	–
Imobilizado	9	14.427	16.590	Provisão para contingências	11a	2.162	2.750
Intangível	10	126.023	102.020	Valores a pagar para sociedades ligadas	30	1.000	9.532
				Patrimônio líquido		**741.252**	**668.390**
				Capital social	19	154.405	154.405
				Reservas de capital		294.782	294.782
				Reservas de lucros		292.065	219.203
Total do ativo		**3.390.407**	**3.142.813**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**3.390.407**	**3.142.813**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	20	994.018	808.428
Custo dos serviços vendidos	21	(557.058)	(474.200)
Resultado operacional bruto		**436.959**	**334.228**
Despesas gerais e administrativas	22	(147.873)	(111.763)
Despesas com pessoal	23	(318.043)	(233.567)
Despesas tributárias	24	(71.357)	(58.528)
Resultado de participação	8	(7.053)	(12.738)
Reversões (provisões) diversas	26	8.745	(497)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	85.670	47.389
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**(12.951)**	**(35.476)**
Resultado financeiro	25	179.505	144.115
Resultado operacional		**166.554**	**108.639**
Resultado não operacional		(1.722)	(1.779)
Resultado antes da tributação		**164.832**	**106.860**
Imposto de renda e contribuição social	12a	(58.491)	(42.522)
Imposto diferido	12a	(30.081)	6.652
Lucro líquido do exercício		**76.261**	**70.990**
Lucro líquido por ações		**0,49**	**0,46**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

			Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**154.405**	**294.782**	**7.523**	**138.085**	**4.860**	**–**	**–**	**599.655**
Outras reservas de lucro	–	–	–	2.041	(2.041)	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(2.819)	–	–	(2.819)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	70.990	70.990
Ajuste de exercício anterior	–	–	–	–	–	564	–	564
Destinação proposta:								
Reservas/dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	3.578	64.577	3.399	(564)	(70.990)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**154.405**	**294.782**	**11.101**	**204.703**	**3.399**	**–**	**–**	**668.390**
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(3.399)	–	–	(3.399)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	76.261	76.261
Destinação proposta:								
Reservas/dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	3.813	68.826	3.622	–	(76.261)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**154.405**	**294.782**	**14.914**	**273.529**	**3.622**	**–**	**–**	**741.252**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**76.261**	**70.990**
Outros resultados abrangentes	–	564
Resultados abrangentes do exercício	**76.261**	**71.554**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	76.261	70.990
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	29.982	28.448
Resultado de participação em controlada	7.053	12.738
Reversão da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(8.157)	(431)
Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade	20.135	54.149
Provisão (reversão) das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	(588)	929
Provisão para incentivos de longo prazo e participação nos lucros	92.695	18.441
Imposto de renda diferido	30.081	(6.652)
Ajuste de exercicio anterior	–	564
Baixas de ativo imobilizado	53	419
Juros provisionados de passivos de arrendamento	1.093	–
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	58.491	42.522
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	74.225	(5.426)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	23.168	34.967
(Aumento) redução em despesas antecipadas	78	(72)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(392)	(1.550)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	5	(25)
Aumento em créditos em circulação	100.007	667.536
Aumento (redução) em fornecedores	(4.295)	13.909
Redução em obrigações fiscais	(40.083)	(17.901)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(20.167)	6.949
Aumento (redução) em outras obrigações	(9.123)	9.676
Redução em mútuo a receber	(14.106)	(36.492)
Juros pagos de passivos de arrendamento	(1.110)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.174)	(47.046)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**357.131**	**846.642**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(46.079)	(159.124)
Aquisição de imobilizado	(896)	(12.321)
Aquisição de intangível	(35.693)	(48.103)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(82.668)**	**(219.548)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3.399)	(2.819)
Valores pagos de passivos de arrendamento	(1.690)	–
Valores a pagar (pagos) para sociedades ligadas	(20.634)	19.248
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	**(25.723)**	**16.429**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**248.740**	**643.523**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.714.308	1.070.785
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.963.048	1.714.308
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**248.740**	**643.523**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – Objeto social: A VR Benefícios Serviços de Processamento S/A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista-SP – CEP 04553-900. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1.976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas e quando acionistas e cotistas deliberam pela adoção dessa faculdade. A Smart Net Holdings S.A. é a controladora dessa Companhia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 11 de abril de 2025 **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Principais políticas contábeis materiais –** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros – não derivativos:** Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. ***(i) Caixa e equivalentes de caixa:*** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. ***(ii) Recebíveis:*** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48 , as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia mensura a provisão para perda de crédito esperada em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e *joint-venture* é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. ***Combinação de negócios:*** As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a companhia determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a companhia avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar resultados futuros. A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado. **d. Ágio:** O ágio relacionado com as controladas é incluido no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **e. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **f. Direito de uso:** O direito de uso sobre contrato de aluguel de imóvel da sede da Companhia, situada em São Paulo, são contabilizados usando o método de contabilização de leasing, inclusive seu reajuste anual, em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias da seguinte forma no ativo pelo direito de uso, no passivo pela obrigação financeira e despesa de juros. O direito de uso é apresentado na rubrica de imobilizado. **g. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **h. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **i. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **j. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade. O VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **k. Incentivo variável de longo prazo – ILP:** O presente Plano de Incentivo tem como principal objetivo criar mecanismos de retenção e motivação para executivos de alto potencial na Companhia. Além disso, busca estimular a realização dos objetivos estratégicos da empresa, oferecendo aos participantes a possibilidade de adquirir incentivos de longo prazo. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo. Atualmente, a Companhia conta com dois planos de incentivos variáveis de longo prazo (ILP 1.0 e ILP 2.0). O valor de incentivo coletivo será definido a depender do valor final da Companhia, por meio de Valuation Gerencial da Companhia definido em política interna, que observará os seguintes critérios: • ILP 1.0 – 50% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 50% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. • ILP 2.0 – 30% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 70% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2027. **l. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **m. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. • **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos cíveis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. • **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **n. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes. **p. Novas normas e futuros requerimentos:** A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06) Passivo não circulante com clausula restritiva e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26) Acordos de financiamentos de fornecedores (alteração ao CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2024. ***Futuros requerimentos:*** A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)
1º de Janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alteração às CPC 48 e CPC 40)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	7.538	17.752
Aplicações financeiras (*)	1.955.509	1.696.556
	1.963.048	**1.714.308**

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2025 a 9 de junho de 2033 (2023 – 89,43% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2024 a 11 de maio de 2026), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía fiança no montante de R$ 56.520, com lastros nessas aplicações financeiras, cujo vencimento é de até 12 meses da data dessa demonstração financeira.

5. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber de clientes	575.430	649.655
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(9.038)	(17.195)
	566.392	**632.460**

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento do contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

	2024	2023
A vencer	564.460	625.734
Vencidas		
De 30 a 90 dias	5.158	5.673
De 91 a 180 dias	509	351
De 181 a 360 dias	5.303	17.987
Saldo no fim do exercício	**575.430**	**649.655**

Em 31 de dezembro de 2024 o valor máximo exposto pela companhia ao risco de crédito corresponde ao percentual contábil das contas a receber de clientes, estão demonstrados, conforme quadro abaixo.

	Taxas	2024
Risco Zero	0,50%	(656)
Risco baixo	3,00% a 20%	(263)
Risco razoável	50%	(105)
Risco considerável	70% a 100%	(8.014)
Saldo no fim do exercício	–	(9.038)

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(17.195)	(17.626)
(-) Reversões	8.157	431
Saldo no fim do exercício	**(9.038)**	**(17.195)**

	2024	2023
A vencer		
Até 90 dias	(3.041)	(3.101)
Vencidas		
De 30 a 90 dias	(863)	(462)
De 91 a 180 dias	(509)	(188)
De 181 a 360 dias	(4.625)	(13.444)
Saldo no fim do exercício	**(9.038)**	**(17.195)**

6. Impostos a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	14.252	13.671
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	95.518	65.205
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	18.871	14.648
Outros	185	296
	128.826	**93.820**

7. Contas a receber com partes relacionadas – A Companhia possui contrato de mútuo a receber com a sua investida Audaz Tecnologia S.A. (Controlada) no qual são previstos liberações à taxa média 102% do Certificado de Depósito Interbancário, que possuem como prazo de vencimento 36 meses contados da data de cada liberação. No decorrer do exercício de 2024 houve novas liberações, sendo que em 31 de dezembro de 2024, o saldo do mutuo é de R$ 50.598 (R$ 36.492 em 2023).

8. Investimento – Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51%da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R$ 27.017, a investida tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, a aquisição gerou um ágio de R$ 21.320. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50% da empresa Mazi Holding Ltda., a controlada em conjunto tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Globall Serviços de Marketing S.A., a controlada em conjunto possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, a aquisição gerou um ágio de R$ 9.212. Em 1º de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A, a controlada em conjunto tem como principal atividade a prestação de serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, a aquisição gerou um ágio de R$ 17.426. Em 27 de março de 2023, foi realizada a aquisição de 44% da empresa PontoMais Tecnologia S.A., no valor de R$ 88.780, a aquisição gerou um ágio de R$ 88.010. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023. Após essa aquisição a Companhia passou a deter 95% de participação da investida. Em 23 de junho de 2023, foi realizado aumento de capital no valor R$ 5.000, na empresa PontoMais Tecnologia S.A., conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023. Em 9 de novembro de 2023, foi realizada a aquisição de 24,90% no valor de R$ 7.000, da empresa Globall Serviços de Marketing S.A., totalizando 100% das ações da empresa, essa aquisição gerou um ágio de R$ 7.690. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de novembro de 2023. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A, no valor de R$ 52.539, a atividade da investida consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferencias e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira Essa aquisição gerou um ágio de R$ 49.831. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. Em 28 de março e 30 de abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações, da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R$ 6.112, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R$ 5.992, conforme contrato de compra e venda. Em 11 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações da empresa Audaz Tecnologia S.A. pelo valor de R$ 25.552, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R$ 28.046, conforme contrato de compra e venda. ***Contraprestação contingente:*** A Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A. um valor adicional de R$ 29.061 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação, caso a receita bruta seja superior a R$13.500. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente foi mensurada no valor de R$ 24.198. Em 31 de dezembro de 2024, decorrido o prazo inicial de 1 ano após a aquisição, houve a apuração do valor final dessa contraprestação em R$ 20.855. Esse montante que deverá ser liquidado em duas parcelas, sendo a primeira paga em 14 de novembro de 2024 no valor de R$ 10.427, e a segunda deverá ser paga em até 12 meses, sendo corrigida pela variação mensal de 100% do CDI. Os investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim apresentados:

	2024	2023
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	211.967	206.481
Capital a integralizar em controlada **(1)**	4.285	1.800
Contraprestação contingente **(2)**	20.855	24.198
Ágio sobre investimento	193.030	174.402
Outros Investimentos **(3)**	484	–
	430.621	**406.881**

(1) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas. **(2)** Na aquisição das ações da investida, a Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A. um valor adicional de R$ 24.198 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação. Em 31 de dezembro de 2024, após o prazo inicial de 1 ano, o valor final dessa contraprestação foi apurado em R$ 20.855. Com isso, foi baixado do ativo e do passivo o valor de R$ 3.467 devido à reavaliação da parcela contingente, conforme previsão contratual. **(3)** A companhia possui participação em Cooperativa de crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD – Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, com investimento inicial de R$ 100,00 (cem reais), podendo ser resgatada após 20 (vinte) anos até 70% (setenta por cento) de seu capital social. Passado esse período e a cada 5 (cinco) anos, poderá o associado resgatar até 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido. As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	% Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)		Valor contábil do investimento		Resultado de participação	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pontomais Tecnologia S.A.	100	95,39	7.385	1.943	5.442	(5.656)	7.385	1.853	5.181	(4.798)
Globall Serviços de Marketing S.A.	100	100	(7.906)	(4.212)	(6.019)	(2.876)	(7.906)	(4.212)	(6.007)	(2.518)
Audaz Tecnologia S.A.	100	50,10	2.517	1.261	(5.244)	(9.576)	2.517	632	(2.121)	(5.012)
VExpenses S.A.	60	60	2.405	1.005	(1.599)	(1.908)	1.443	603	(960)	(304)
Mazi Holding Ltda.	50,00	50,00	417.055	414.776	(6.292)	(212)	208.528	207.605	(3.146)	(106)
			419.956	**414.773**	**(13.712)**	**(20.228)**	**211.967**	**206.481**	**(7.053)**	**(12.738)**

Movimentação do investimento

	Saldos em 31/12/2023	Aumentos de capital/ágio	Transferência/ baixas (*)	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2024
Pontomais Tecnologia S.A.	2.082	122	–	5.181	7.385
Globall Serviços de Marketing S.A.	(4.224)	2.325	–	(6.007)	(7.906)
Audaz Tecnologia S.A.	632	4.006	–	(2.121)	2.517
VExpenses S.A.	2.403	–	–	(960)	1.443
Mazi Holding Ltda.	207.388	8.571	–	(3.146)	212.813
Investimento em controladas e controladas em conjunto	**208.281**	**15.024**	**–**	**(7.053)**	**216.252**
Ágio	198.600	34.037	(18.752)	–	213.885
Outros investimentos	–	484	–	–	484
Total de investimentos	**406.881**	**49.545**	**(18.752)**	**(7.053)**	**430.621**

(*) O valor refere-se a baixa de R$ 3.467 devido a reavaliação da parcela contingente, conforme previsão contratual e R$ 15.286 referente a reclassificação da parcela de ágio para o grupo de intangível, maiores detalhes verificar a nota abaixo de ágio da VExpenses. Para fins de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, foi adotado o balanço de 31 de dezembro de 2024, conforme demonstramos a seguir: Mazi Holding Ltda.

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Ativo circulante	17	Passivo circulante	593
Ativo não circulante	417.631	Passivo não circulante	–
Investimentos	417.631	Patrimônio líquido	417.055
Total do ativo	**417.648**	**Total do passivo e PL**	**417.648**

O ágio é representado pela diferença entre o valor justo pago na aquisição do investimento comparado com o valor patrimonial, ou seja, contábil, o qual é , fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do potencial de cada investida. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:

	2024	2023
Pontomais Tecnologia S.A.	108.622	102.630
Globall Serviços de Marketing S.A.	10.958	10.958
Audaz Tecnologia S.A	39.028	10.982
Vexpenses S.A. (*)	55.277	74.030
	213.885	**198.600**

(*) Em 2024, após avaliação da Administração, foi reclassificado para o grupo do intangível, para compor a rubrica de mais valia, o montante de R$ 15.286. Além disso, R$ 3.467 foram baixados do ativo e do passivo devido à reavaliação da parcela da contraprestação contingente ocorrida no decorrer do exercício de 2024, conforme previsão contratual. O ágio está sujeito anualmente ao teste de redução ao valor recuperável em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2024 Custo	2024 Depreciação acumulada	2024 Líquido	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido
Equipamentos de informática	20%	36.441	(32.766)	3.675	37.286	(32.005)	5.281
Máquinas e aparelhos	10%	1.117	(793)	324	1.093	(716)	377
Móveis e utensílios	10%	1.848	(719)	1.129	1.365	(597)	768
Ativo direito de Uso	20%	12.007	(2.923)	9.084	10.634	(709)	9.925
Outros	10%	620	(405)	215	593	(354)	239
		52.033	**(37.606)**	**14.427**	**50.971**	**(34.381)**	**16.590**

Movimentação do imobilizado

	2024	2023
Saldo no início do exercício	16.590	56.053
(+) Adições	896	12.321
(-) Baixas	(53)	(419)
(-) Transferência	1.373	(46.146)
(-) Depreciação	(4.379)	(5.219)
Saldo no fim do exercício	**14.427**	**16.590**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Axa Seguros S.A. no valor de R$ 70.713 (R$ 70.513 em 2023).

10. Intangível

	2024	2023
Gastos de implantação de sistemas	97.510	104.274
Outras imobilizações em curso	50.212	28.919
Mais Valia	31.392	16.106
Amortização acumulada	(53.091)	(47.279)
	126.023	**102.020**

Em 2024 foram realizadas baixas de itens totalmente amortizados no valor de R$ 19.790 (R$ 2.271 em 2023). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023,a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos.

Movimentação do intangível

	2024	2023
Saldo no início do exercício	102.020	30.999
(+) Adições	35.693	48.103
(+) Transferência – Mais Valia (nota 8)	15.286	–
(-) Transferência	(1.373)	46.146
(-) Amortização	(25.603)	(23.229)
Saldo no fim do exercício	**126.023**	**102.020**

11. Provisão para contingências – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. **a. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2024 Quantidade de Ações	2024 Provisão contábil	2024 Depósito judicial	2023 Quantidade de Ações	2023 Provisão contábil	2023 Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas						
Fiscais						
Remota	1	730	730	1	730	730
Trabalhistas						
Possível	12	871	–	19	1.442	–
Provável	2	261	66	9	447	71
Cíveis						
Provável	33	300	–	23	131	–
Ativo não Circulante	–	–	**796**	–	–	**801**
Passivo não Circulante	–	**2.162**	–	–	**2.750**	–

	2024	2023
Provisão para riscos fiscais	730	730
Provisão para riscos trabalhistas	1.132	1.889
Provisão para riscos cíveis	300	131
Total	**2.162**	**2.750**

b. Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**730**	**1.057**	**34**	**1.821**
Constituição	–	1.028	97	1.125
Baixas	–	(196)	–	(196)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**730**	**1.889**	**131**	**2.750**
Constituição	–	809	254	1.063
Baixas	–	(1.566)	(85)	(1.651)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**730**	**1.132**	**300**	**2.162**

No risco das reclamações trabalhistas, as ações são acompanhadas internamente, levando em consideração as análises de advogados externos sobre as probabilidades de êxitos e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação, a Companhia utiliza 73,50% como fator de risco para todas as ações judiciais com avaliação de perdas classificadas como prováveis e possíveis. Nos riscos de processos fiscais e cíveis, as ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito, onde as provisões são constituídas com base na classificação dos processos com avaliação de perdas prováveis de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía demandas judiciais cíveis com risco de perda classificado como possível no montante de R$ 1.413. **12. Imposto de renda e contribuição social –** (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	164.832	106.860
Exclusões (adições):	111.036	100.596
Despesas indedutíveis	7.565	8.525
Provisões diversas	103.471	92.071
Lucro ajustado	**275.869**	**207.457**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(30.081)	6.652
Reversão de imposto de renda e contribuição social s/incentivos fiscais (d)	4.938	5.246
Imposto de renda e contribuição social corrente	(63.429)	(47.768)

(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldos em 31/12/2024
Provisão para contingências	935	57	(257)	735
Provisão para perda esperada	33.167	6.845	(2.773)	37.239
Provisão para incentivos de longo prazo	6.944	–	(6.944)	–
Prejuízo fiscal e base negativa	92.234	2.154	(29.163)	65.225
Total	**133.280**	**6.226**	**(36.307)**	**103.199**

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças tem-

continua ...

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

porárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:

Ano	2024	2023
2024	–	13.761
2025	26.343	18.932
2026	25.540	26.951
2027	24.734	34.103
2028	3.797	19.010
2029 a 2033	22.785	20.523
Total	**103.199**	**133.280**

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, e prejuízo fiscal e base negativa considerando a taxa média de captação, é de R$ 75.924 (R$ 83.588 em 2023). (d) A Companhia aderiu a Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, que tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

13. Créditos em circulação – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é no montante de R$ 2.284.328 (R$ 2.184.320 em 2023). A rubrica de crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) no montante de R$ 247.440 (R$ 253.365 em 2023), atualizado a taxa de 125% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.

14. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores	22.930	26.978
Fornecedores de vale transporte	–	246
Total	**22.930**	**27.224**
Circulante	22.930	27.224

15. Passivos de arrendamento – O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Contratos	Taxa média de desconto % a.a.	Prazo	Parcela mensal	Vencimento final	Valor presente do passivo 31/12/2024	Valor presente do passivo 31/12/2023
Locação	12,50%	60	233	31/08/2028	8.295	10.002

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento:

Desembolsos futuros	
Até 1 ano	2.800
1-4 anos	7.465
Total	**10.265**
Movimentação do passivo de arrendamento no exercício	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.002**
Principal pago no exercício	(1.690)
Juros pagos no exercício	(1.110)
Juros provisionados no exercício	1.093
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**8.295**
Arrendamento Curto Prazo	**1.919**
Arrendamento Longo Prazo	**6.376**

16. Obrigações fiscais

	2024	2023
Provisão para Pis e Cofins	6.555	2.332
Provisão para ISS	1.865	1.589
Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	46.049	34.699
Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	17.380	13.070
Outros	2.485	4.236
Total	**74.334**	**55.926**

17. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Participações nos lucros **(1)**	25.562	21.590
Programa de incentivo a longo prazo **(2)**	87.557	20.423
Provisão de férias	17.503	16.350
Encargos sociais e outras	7.386	7.117
Total	**138.008**	**65.480**
Circulante	78.218	65.480
Não circulante	59.790	–

(1) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício**. (2)** Em janeiro 2020 a Companhia estabeleceu o programa de pagamento baseado em ações que permitia ao pessoal-chave da administração a aquisição de ações. Em 1º de janeiro de 2023, uma nova outorga em termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da administração e aos funcionários seniores, com período de vesting em 5 anos. O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo, maiores detalhes estão descritas na nota 3.k.

18. Outras obrigações

	2024	2023
Provisão com programa de fidelidade (*)	100.490	80.355
Notas de créditos a pagar	5.475	14.608
Outros	38	28
Total	**106.003**	**94.991**

(*) VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras.

19. Patrimônio Líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R$ 154.405 (R$ 154.405 em 2023), dividido em 154.404.309 ações (154.404.309 em 2023), de valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real). **Reserva Legal e Dividendos:** O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2024, foi destinado R$3.622 (R$3.399 em 2023) para Dividendos obrigatórios não distribuídos. Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício:

	2024
Resultado do exercício	**76.261**
(-) constituição da reserva legal – 5%	3.813
(-) dividendos minimos obrigatórios – 5%	3.622
Destinação para reserva de lucros	**68.826**

Reserva de Capital: Em 17 de abril de 2020, foi constituída reserva de R$ 294.782, mediante a aumento de capital realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

20. Receita líquida

	2024	2023
Receita de prestação de serviço a clientes	60.099	49.506
Receita de prestação de serviço a estabelecimentos	954.554	775.738
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(20.635)	(16.816)
Total	**994.018**	**808.428**

21. Custo dos serviços vendidos

	2024	2023
Custo de amortização e depreciação	(23.661)	(22.831)
Custo de confecção de cartões	(24.015)	(25.794)
Custo de serviços de terceiros **(1)**	(129.344)	(94.484)
Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos	(43.690)	(48.213)
Custo de comunicações e correios	(13.365)	(11.096)
Custo de serviços de processamento de dados **(2)**	(56.862)	(50.450)
Custo de bonificação **(3)**	(14.965)	(56.499)
Custo de fidelidade **(4)**	(251.156)	(164.833)
Total	**(557.058)**	**(474.200)**

(1) Custo de contratos firmados com prestadores de serviços tecnológicos inerentes à manutenção do negócio. **(2)** Custo de rede de captura das transações, servidores e manutenção de software. **(3)** Bonificações concedidas a clientes, conforme contrato firmado. **(4)** Programa de fidelidade com os clientes, conforme contrato firmado.

22. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas de amortização e depreciação	(6.321)	(5.617)
Despesas de comunicações	(1.293)	(1.178)
Despesas de serviços de terceiros	(59.559)	(45.637)
Despesas de propaganda e publicidade	(44.299)	(39.147)
Despesas com viagens/estadias e locomoções	(3.251)	(3.888)
Despesas de manutenção e conservação	(1.546)	(1.621)
Despesas de processamento de dados **(1)**	(20.058)	(7.376)
Outras	(11.546)	(7.299)
Total	**(147.873)**	**(111.763)**

(1) Refere-se principalmente a contratos de renovação de licenças de software.

23. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários	(131.446)	(112.564)
Gratificação	(506)	(1.666)
Encargos	(45.834)	(38.818)
Benefícios **(1)**	(42.658)	(37.062)
Participação nos resultados **(2)**	(96.657)	(41.934)
Despesas diversas de pessoal	(942)	(1.523)
Total	**(318.043)**	**(233.567)**

(1) A Companhia possui plano de assistência médica, seguro de vida e benefícios PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para todos os funcionários. **(2)** A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados ao fim de cada exercício, e programa de incentivos de longo prazo que buscam recompensar o colaborador que permanecem períodos na empresa.

24. Despesas tributárias

	2024	2023
Pis	(10.991)	(8.638)
Cofins	(52.481)	(41.282)
Outros impostos (*)	(7.885)	(8.608)
Total	**(71.357)**	**(58.528)**

(*) Refere-se principalmente a IOF sobre aplicações financeiras.

25. Resultado financeiro

	2024	2023
Juros pagos ou incorridos	(1.228)	(515)
Juros recebidos ou incorridos	8.144	6.137
Variação monetária (*)	(520)	(1.421)
Juros sobre aplicações financeiras	171.264	138.868
Remuneração de impostos a compensar	4.864	3.918
Despesas bancárias	(3.655)	(3.765)
Desconto concedido	(16)	(33)
Outras	652	926
Total	**179.505**	**144.115**

(*) Refere-se principalmente a atualização de valores a pagar sociedade ligada.

26. Reversões (provisões) diversas

	2024	2023
Reversão da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5)	8.157	431
Provisão/reversão das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	588	(929)
Total	**8.745**	**(497)**

27. Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Ganhos com créditos em circulação **(1)**	99.344	57.142
Perdas em recebimento de créditos	(12.256)	(9.649)
Outras receitas/despesas	(1.418)	(104)
Total	**85.670**	**47.389**

(1) Receita relativa ao cancelamento de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias e reversão de saldos a pagar aos estabelecimentos sem domicílio bancário registrados há mais de 180 dias.

28. Gerenciamento de riscos – O Comitê Financeiro tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê regularmente reporta à Administração sobre suas atividades. **(i) Risco operacional:** A companhia tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. **(ii) Risco de crédito e aplicação dos recursos:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5. **(iii) Risco de mercado e liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1.0 de capital circulante liquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito.

29. Instrumentos financeiros – A Companhia possuem instrumentos financeiros, segue abaixo os principais ativos e passivos financeiros e 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Instrumento Financeiro Ativos Mensurados	Classificação	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.963.048	1.714.308
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	566.392	632.460
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	50.598	36.492
Total dos ativos financeiros		**2.580.038**	**2.383.260**
Créditos em circulação	Custo amortizado	2.284.328	2.184.320
Valores a pagar para sociedades ligadas	Custo amortizado	33.095	33.730
Passivos financeiros		2.297.423	2.218.050
Total dos passivos financeiros		**282.615**	**165.210**

(i) Análise de sensibilidade: As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, a taxa DI podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos das contas.

Conta	31/12/2024	DI	Sem Indexador
Caixa e equivalentes de caixa	1.963.048	1.963.048	–
Contas a receber de clientes	566.392	–	566.392
Contas a receber com partes relacionadas	50.598	50.598	–
Total dos ativos financeiros	**2.580.038**	**2.013.646**	**566.392**
Créditos em circulação	(2.284.328)	–	(2.284.328)
Valores a pagar para sociedades ligadas	(13.095)	(13.095)	–
Total dos passivos financeiros	**(2.297.423)**	**(13.095)**	**(2.284.328)**
Total líquido	**282.615**	**2.000.551**	**(1.717.936)**

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta os seguintes cenários, provável, com queda de 50% e aumento de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme a seguir:

	Cenário provável	Cenário	Risco de 25%	Risco de 50%
DI	9,85%	Redução	7,38%	4,92%
DI	9,85%	Aumento	12,31%	14,77%

Ativos	Risco	Saldo líquido 31/12/2024	Cenário provável	Redução de 25%	Redução de 50%
DI	Redução do índice	2.013.646	198.344	148.758	99.172
Total			**198.344**	**148.758**	**99.172**

Passivos	Risco	Saldo líquido 31/12/2024	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
DI	Aumento do índice	13.095	1.290	1.613	1.935
Total		**2.000.551**	**197.054**	**147.145**	**97.237**

O cenário provável é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía posição com instrumentos financeiros derivativos.

30. Transações entre partes relacionadas – Os valores abaixo se referem às transações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	2024 Ativo (passivo)	2024 Receitas (despesas)	2023 Ativo (passivo)	2023 Receitas (despesas)
Banco VR S.A.				
Disponibilidades em conta corrente	359	–	11.044	–
Aplicações financeiras	543.083	–	219.768	–
Fornecedores	–	(1.572)	–	–
Valores a pagar	(247.440)	(21.922)	(253.365)	(21.453)
VR Assessoria de Investimentos Ltda.				
Fornecedores	–	(14.374)	–	(13.500)
VR Prestação de Serviços Administrativos Ltda.				
Fornecedores	–	(7.680)	–	(6.179)
VR Aluguéis e Serviços S.A.				
Fornecedores	(233)	–	(233)	–
Globall Serviços de Marketing S.A. (Controlada)				
Valores a pagar a sociedades ligadas	(2.571)	(416)	(6.232)	(432)
Audaz Tecnologia S.A. (Controlada)				
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	–	(989)
Contas a receber com partes relacionadas	50.393	4.938	36.492	622
Pontomais Tecnologia S.A. (Controlada)				
Fornecedores	–	(69)	–	(33)
Vexpenses S.A. (Controlada)				
Contas a receber com partes relacionadas	205	–	–	–
Valores a pagar a sociedades ligadas	(10.524)	(104)	(27.498)	–

Remuneração da administração: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve remuneração a pessoal-chave da administração.

31. Eventos subsequentes – Na data do fechamento do exercício até a data de autorização das demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento que tenha impacto contábil ou financeiro.

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidências apropriadas e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP
Camila Coelho Querodia
Contadora – CRC 1SP 294.059/O-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

CNPJ/MF nº 30.262.440/0001-88

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	294.225	73.060.485	822.444	76.833.364
Contas a receber clientes	5	349.192	816.432	755.144	971.004
Tributos a recuperar	6	4.554.939	1.898.941	5.190.187	2.001.925
Adiantamentos	7	18.409.765	53.180.823	23.163.038	55.622.009
Dividendos a receber		194.671	194.671	–	–
Outras contas a receber		165.118	232.618	165.118	232.618
Despesas antecipadas	8	3.049.843	3.456.697	3.049.843	3.456.697
		27.017.753	**132.840.667**	**33.145.774**	**139.117.617**
Não circulante					
Partes relacionadas	19	14.539.942	916.725	–	–
Imposto diferido	25	67.047.558	40.013.288	82.077.832	47.797.649
Bloqueios e depósitos judiciais	20	130.032	87.463	130.032	87.463
Despesas antecipadas	8	–	6.268.018	–	6.268.018
Investimento	9	9.043	9.803	–	–
Imobilizado	10	454.195	253.587	1.058.244	253.587
Intangível	11	948.742.366	552.979.192	948.742.366	552.979.192
Direito de Uso	12	157.954.003	38.533.092	166.880.229	50.506.918
		1.188.877.139	**639.061.168**	**1.198.888.703**	**657.892.827**
Total do ativo		**1.215.894.892**	**771.901.835**	**1.232.034.477**	**797.010.444**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores	13	34.141.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	430.206.149	98.993.453	464.463.394	124.691.891
Arrendamento	15	11.841.198	1.008.360	15.475.958	4.048.305
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	17.921.945	13.156.065	17.926.454	13.194.945
Provisões trabalhistas e encargos sociais	16	99.657	108.711	99.657	108.711
Adiantamentos de clientes	7	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155
Concessões e serviços públicos a pagar	17	4.974.189	4.742.372	4.974.189	4.742.372
Outras contas a pagar	18	7.904.848	2.457.581	8.386.107	3.217.581
		780.054.245	**173.862.670**	**818.519.140**	**203.534.616**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	–	328.273.676	–	351.124.570
Arrendamento	15	140.515.490	34.986.150	146.845.046	44.849.618
Concessões e serviços públicos a pagar	17	34.203.713	38.024.744	34.203.713	38.024.744
Partes relacionadas	19	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675
Provisão para perda de investimento	9	27.613.707	14.411.547	–	–
Provisão para contingências	20	1.709.113	1.270.549	1.709.113	1.270.549
		571.642.896	**668.103.949**	**550.358.744**	**663.712.156**
Patrimônio líquido					
Capital social	21	22.000.000	22.000.000	22.000.000	22.000.000
Prejuízos acumulados		(157.802.249)	(92.064.784)	(157.802.249)	(92.064.784)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**(135.802.249)**	**(70.064.784)**	**(135.802.249)**	**(70.064.784)**
Participação dos acionistas não controladores		**–**	**–**	**(1.041.158)**	**(171.544)**
		(135.802.249)	**(70.064.784)**	**(136.843.407)**	**(70.236.328)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.215.894.892**	**771.901.835**	**1.232.034.477**	**797.010.444**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita líquida	**22**	**1.321.904**	**3.597.060**	**5.002.022**	**7.395.889**
Custo dos serviços prestados	23	(1.210.352)	(2.582.963)	(4.504.810)	(6.086.674)
Lucro/prejuízo bruto		**111.552**	**1.014.097**	**497.212**	**1.309.215**
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(25.937.393)	(14.871.640)	(38.733.381)	(30.278.965)
Resultado de Equivalência	9	(13.202.920)	(15.053.707)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais		1.703.342	(1.582.077)	2.051.843	(1.392.666)
		(37.436.972)	**(31.507.424)**	**(36.681.538)**	**(31.671.631)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	250.655	1.301.511	371.851	1.316.918
Despesas financeiras	24	(55.696.971)	(29.711.591)	(65.112.959)	(37.776.115)
		(55.446.316)	**(28.410.080)**	**(64.741.108)**	**(36.459.197)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(92.771.736)**	**(58.903.407)**	**(100.925.434)**	**(66.821.613)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		–	**–**	38.171	(38.171)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	27.034.271	14.908.142	34.280.184	22.692.502
Prejuízo do exercício		**(65.737.465)**	**(43.995.265)**	**(66.607.079)**	**(44.167.282)**
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído controladores		(65.737.465)	(43.995.265)	(65.737.465)	(43.995.265)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos não controladores		–	–	(869.614)	(172.017)
Prejuízo do exercício		**(65.737.465)**	**(43.995.265)**	**(66.607.079)**	**(44.167.282)**
Prejuízo por ação		**(298,81)**	**(199,98)**	**(298,81)**	**(199,98)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prejuízo do exercício	(65.737.465)	(43.995.265)	(66.607.079)	(44.167.282)
Total do resultado abrangente do exercício	**(65.737.465)**	**(43.995.265)**	**(66.607.079)**	**(44.167.282)**
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	(65.737.465)	(43.995.265)	(65.737.465)	(43.995.265)
Não controladores	–	–	(869.614)	(172.017)
	(65.737.465)	**(43.995.265)**	**(66.607.079)**	**(44.167.282)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em reais)*

	Capital Social	**Prejuízos Acumulados**	**Total**	**Participação de Não Controladores**	**Total do Patrimônio líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**22.000.000**	**(48.069.519)**	**(26.069.519)**	**472**	**(26.069.047)**
Prejuízo do exercício	–	(43.995.265)	(43.995.265)	(172.016)	(44.167.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**22.000.000**	**(92.064.784)**	**(70.064.784)**	**(171.544)**	**(70.236.328)**
Prejuízo do exercício	–	(65.737.465)	(65.737.465)	(869.614)	(66.607.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**22.000.000**	**(157.802.249)**	**(135.802.249)**	**(1.041.158)**	**(136.843.407)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prejuízo do exercício		(65.737.465)	(43.995.265)	(65.737.465)	(44.167.282)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes:					
Depreciação e amortização	10 e 11	3.470.597	8.206.967	3.472.138	8.206.967
Amortização de arrendamentos	12	–	–	2.886.754	2.525.884
Crédito PIS e COFINS s/ insumo – arrendamento		–	–	160.847	
Resultado de equivalência	9	13.202.920	15.053.708	–	–
Juros sobre mútuos	19	11.911.721	14.521.683	11.911.721	14.521.683
Juros sobre arrendamento	15	18.236.869	1.411.418	18.775.538	1.843.817
Provisão perda de crédito esperada (PCE)	5	446.007	–	461.879	–
Provisão de imposto diferido s/ prejuízo fiscal	25	(27.034.271)	(14.908.142)	(34.280.184)	(22.692.502)
Provisão de contingência trabalhista	20	438.564	5.072	438.564	5.072
Baixa de ativo imobilizado	10	22.317	1.618.564	22.317	1.618.563
Aumento nos ativos operacionais:					
Despesas antecipadas	8	6.674.872	(7.394.212)	6.674.872	(7.394.212)
Adiantamentos a terceiros	7	34.771.058	(50.473.193)	32.458.970	(52.914.378)
Recebimentos de clientes	5	21.233	1.196.658	(246.018)	1.051.478
Tributos a recuperar	6	(2.655.998)	(1.084.474)	(3.188.262)	(1.179.778)
Partes relacionadas	19	–	(916.725)	–	–
Depósitos judiciais	20	(42.570)	(87.463)	(42.570)	(87.463)
Outras contas a receber		67.500	(119.429)	67.500	(119.232)
Aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores	13	4.604.235	24.837.826	4.635.891	24.824.798
Obrigações tributárias e trabalhistas	16	4.756.826	6.317.958	4.722.454	6.239.958
Imposto de renda e contribuição social pagos	6	–	–	–	(11.084)
Adiantamento de cliente	7	249.105.898	20.670.210	249.026.676	20.789.478
Outras contas a pagar	18	5.447.269	7.230.084	5.168.529	7.990.084
Concessão de serviços públicos	17	(3.589.214)	(3.294.988)	(3.589.214)	(3.294.988)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**254.118.368**	**(21.203.743)**	**233.800.937**	**(42.243.137)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de imobilizado	10	(274.007)	(61.865)	(879.597)	(61.865)
Aquisição de intangível	11	(326.397.335)	(267.336.786)	(318.525.333)	(260.934.511)
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	8	–	(10.000)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(326.397.335)**	**(267.408.651)**	**(319.404.930)**	**(260.996.376)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros/debêntures	14	–	260.000.000	–	358.157.977
Pagamento de empréstimos e debêntures – principal	14	–	(3.750.710)	(16.821.380)	(53.751.613)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(65.537.781)	(32.959.546)	(70.880.488)	(38.969.564)
Custas sobre debêntures	14	(4.308.554)	381.511	(4.308.554)	381.511
Prêmio debenture incorporado	14	7.195.553	–	7.195.553	–
Empréstimos tomados de partes relacionadas	19	104.551.869	122.126.836	127.246.477	98.615.505
Empréstimos realizados de partes relacionadas	19	(13.623.217)	(916.725)	–	–
Pagamento de arrendamento – principal	15	(2.179.989)	(2.538.582)	(5.119.085)	(4.134.879)
Pagamento de juros sobre arrendamento	15	(19.115.614)	(1.411.418)	(19.654.284)	(1.843.817)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**6.982.268**	**340.931.366**	**17.658.240**	**358.455.120**
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa antes dos não controladores		**(72.766.260)**	**52.318.972**	**(75.141.306)**	**55.215.607**
Participação dos acionistas não controladores			–	(869.614)	(195)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(72.766.260)**	**52.318.972**	**(76.010.920)**	**55.215.412**
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	73.060.485	20.741.514	76.833.364	21.617.952
No final do exercício	4	294.225	73.060.485	822.444	76.833.364
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(72.766.260)**	**52.318.972**	**(76.010.920)**	**55.215.412**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A., Mercado Livre Arena Pacaembu, (Companhia) é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Capivari, 195, Pacaembu, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de Gestão de instalações esportivas, gestão e administração da propriedade imobiliária, construção de edifícios, atividades relacionadas à museus, exploração de lugares, prédios históricos e atrações similares. A Companhia tem como objeto a prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo de Machado de Carvalho e pelo seu Centro Poliesportivo, bem como a realização de construção na área de concessão pública, conforme disposições contidas no contrato de concessão celebrado no âmbito da concorrência internacional nº 01/SEME/2018, realizada pelo município de São Paulo. O contrato de concessão teve início em setembro de 2019, com duração de 35 anos, findando-se em setembro de 2054. Para desenvolvimento das atividades incluídas no contrato de concessão, a Companhia atuará através das controladas cujas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3. A Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresenta prejuízos acumulados de R$ 157.802.249 (R$ 92.064.784 em 2023), e patrimônio líquido negativo de R$ 135.802.249 (R$ 70.064.784 em 2023), por estar em fase de investimento na reforma do complexo, que entrou em operação a partir de 25 de janeiro de 2025, com eventos testes em dezembro de 2024, passando a registrar lucros contábeis anuais a partir de 2026, conforme projeções de resultado da Companhia. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante no montante de R$ 752.948.548 na controladora (R$ 41.022.003 em 2023) e R$ 785.285.421 no consolidado (R$ 64.416.999 em 2023), ocasionado principalmente pelo vencimento dos empréstimos e financiamentos no ano corrente de 2025, sendo estes amortizados através de uma nova captação a ser realizada durante o 1º semestre de 2025, de modo a readequar e prolongar dispêndios dessa natureza do fluxo de caixa da Concessionária em seu primeiro ano operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade: A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores em 31 de março de 2025. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Como não há diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados líquidos da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto. A Administração realiza avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e não identificou questões que comprometam a referida continuidade. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação premissas e estimativas. Principais premissas relativas às fontes de incerteza na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 2.6. **2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, lucros não realizados, quando aplicável, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas, sendo destacada a participação dos cotistas e/ou acionistas não controladores. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas. Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas: **1. PACA Eventos e Serviços S.A. –** prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas metálicas, edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, promoção de vendas, consultoria em publicidade, aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas. **2. ARPA Comércio e Serviços S.A. –** prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, e comércio de objetos de artes. **3. SP 40 Comunicações S.A. –** prestação de serviços de agenciamento de publicidade, criação de feiras e exposições, promoção de vendas, marketing direto, consultoria em publicidade, entre outras atividades. A participação societária da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. sobre suas controladas diretas está apresentada, como segue:

	Participação	
	2024	**2023**
	Direta	**Direta**
PACA Eventos e Serviços S.A.	100%	99%
ARPA Comércio e Serviços S.A.	70%	70%
SP 40 Comunicações S.A.	100%	–

Controladas: Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("*impairment*") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma. **2.5. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **b) Instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros):** Os principais impactos da adição do CPC 48 – instrumentos financeiros estão relacionados a classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio de resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 38/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Empresa não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. **Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** ao custo amortizado, **(b)** mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e **(c)** mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de "caixas e bancos", "contas a receber", "adiantamentos ativos e adiantamento de clientes", "partes relacionadas ativos e passivos", "fornecedores" "empréstimos, financiamentos e debêntures" e "concessão- outorga a pagar". Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de "aplicações financeiras". Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos. **c) Investimento:** A Companhia Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas PACA Eventos e Serviços S.A., ARPA Comércio e Serviços S.A. e SP 40 Comunicações S.A. pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como outras receitas e outras despesas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **d) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada, calculada conforme taxa de depreciação divulgada na Nota Explicativa nº 10. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. **e) Intangível:** Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Pacaembu) pelos usuários, mesmo quando o retorno tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Conforme OCPC 05 – Contratos de Concessão, itens 116 e 117, ao que trata-se da amortização dos bens integrantes da infraestrutura vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, **dos dois o menor**, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **f) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos,

continua …

... continuação

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **g) Partes relacionadas:** Os valores são registrados inicialmente a valor de custo, conforme transferências realizadas *intercompany* atrelados a taxas de juros estipulados em contratos. Sobre as atualizações mensais incidem as alíquotas vigentes de IRRF e adicionalmente IOF. **h) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **i) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **j) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **k) Impostos diferidos:** O imposto de renda diferido quando reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) – tributos sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável, contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos dos valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e se ambos pertencerem a mesma autoridade fiscal. **l) Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis).

3. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2024 – 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. Consulte a Nota 14 para obter mais detalhes. **b) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **c) Alteração na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1).** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) –** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 –** classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 –** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis –** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações –** permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. **3.3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	37.568	4.837.104	53.007	4.848.344
Aplicações financeiras	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020
Total	**294.225**	**73.060.485**	**822.443**	**76.833.364**

(*) as aplicações financeiras estão representadas por aplicação automática e compromissada em instituição financeira de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e indexador pós fixado, e possuem liquidez imediata a partir do 2º dia. Segue a composição das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	68.223.381	20.435.656	71.985.020	20.435.656
Aplicações	62.045.034	387.278.698	63.469.850	393.098.449
Rendimentos	(29.704)	1.360.471	38.041	1.371.756
Resgates	(129.981.455)	(340.850.619)	(134.712.573)	(342.920.017)
IOF	(569)	(787)	(670)	(786)
IRRF	(30)	(38)	(10.232)	(38)
Total	**256.657**	**68.223.381**	**769.436**	**71.985.020**

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	795.199	816.432	1.217.023	971.004
(-) PCE	(446.007)	–	(461.879)	–
Total	**349.192**	**816.432**	**755.144**	**971.004**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
a vencer	–	12.204	–	12.204
Vencidos até 30 dias	14.162	60.447	14.162	60.447
Vencidos de 31 a 60 dias	14.829	–	41.335	–
Vencidos de 61 a 90 dias	91.246	–	121.616	–
Vencidos acima de 90 dias	228.955	548.373	578.031	702.945
Vencidos acima de 365 dias	–	195.408	–	195.408
Total	**349.192**	**816.432**	**755.144**	**971.004**

A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, registrou valores em perda no montante de R$ 446.007 na Controladora e R$ 461.879 no Consolidado, pelos valores identificados como perdas prováveis em sua carteira.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	714.720	272.113	814.425	282.027
COFINS a recuperar	3.265.698	1.123.564	3.724.699	1.169.222
IRRF sobre aplicações financeiras a recuperar	562.906	496.111	587.815	498.236
IRPJ saldo negativo	–	–	–	24.332
CSLL saldo negativo	–	–	–	13.248
Outros tributos a recuperar	11.615	7.153	63.248	14.860
Total	**4.554.939**	**1.898.941**	**5.190.187**	**2.001.925**

Referem-se principalmente a créditos de PIS/COFINS oriundos da conta de ativo imobilizado e intangível, a serem utilizados para pagamento de tributos federais e de IRRF sobre aplicações financeiras, IRPJ e CSLL por estimativa que caracterizam saldo negativo no ano subsequente e será utilizado quando apresentar base para tributação de impostos Federais.

7. Adiantamentos – A composição apresenta os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores (*)	18.405.514	53.178.202	23.158.787	55.619.388
Adiantamentos a empregados	4.251	2.621	4.251	2.621
Total	**18.409.765**	**53.180.823**	**23.163.038**	**55.622.009**

(*) os adiantamentos a fornecedores, referem-se de forma geral a condições comerciais estabelecidas com prestação de serviços gerais de terceiros necessários aos investimentos no curso pré-operacional das obras do Complexo do Pacaembu.

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes (*)	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155
Total	**272.964.369**	**23.858.472**	**273.019.832**	**23.993.155**

(*) Os adiantamentos de clientes, referem-se de forma geral a contratos firmados com terceiros relacionados a locação de espaços utilizados a partir de 2024 e 2025 no Complexo do Pacaembu.

8. Despesas antecipadas – As despesas antecipadas, referem-se a apólices de seguro necessárias as atividades do complexo, despesas com terceiros e garantias financeiras correlatas com a captação de endividamentos para financiamento das obras, as quais são apropriadas perante a vigência, conforme princípio de competência.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Apólices de seguro	371.512	486.185	371.512	486.185
Emissão de debêntures	925.842	7.395.103	925.842	7.395.103
Fianças bancárias	1.752.489	1.843.427	1.752.489	1.843.427
	3.049.843	**9.724.715**	**3.049.843**	**9.724.715**
Ativo Circulante	**3.049.843**	**3.456.697**	**3.049.843**	**3.456.697**
Ativo Não Circulante	**–**	**6.268.018**	**–**	**6.268.018**

9. Investimento

Descrição	**SP40 Comunicações S.A.**	**Total**
Capital social da controlada	10.000	10.000
Quantidade de ações possuídas	10.000	10.000
Patrimônio líquido	9.043	9.803
% participação societária	100%	–
Prejuízo do exercício	(197)	(197)
Valor contábil do investimento 31/12/2023	**9.803**	**9.803**
Resultado de equivalência patrimonial	(760)	(760)
Valor contábil do investimento 31/12/2024	**9.043**	**9.043**

As investidas a seguir, apresentaram no exercício de 2024, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento". O procedimento com as empresas coligadas, no qual sua equivalência acumulada apresenta saldo negativo, para esses casos, diminuímos o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", com isso, não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo. Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

Descrição	**PACA Eventos e Serviços S.A.**	**ARPA Comércio e Serviços S.A.**	**Total**
Capital social da controlada	10.000	10.000	20.000
Capital subscrito	9.990	6.993	16.983
Quantidade de ações possuídas	10.000	7.003	17.003
Patrimônio líquido	(25.180.409)	(3.474.652)	(28.655.061)
% participação societária	100,00%	70,03%	–
Prejuízo do exercício	(11.170.159)	(2.901.616)	(14.071.775)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2023	**(14.010.250)**	**(401.297)**	**(14.411.547)**
Resultado de equivalência patrimonial	(11.170.159)	(2.032.001)	(13.202.160)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2024	**(25.180.409)**	**(2.433.298)**	**(27.613.707)**

10. Imobilizado – a) Composição do saldo – Controladora

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**9.543.287**	**168.334**	**27.050**	**42.527**	**9.781.198**
Adições	–	3.260	–	58.605	**61.865**
Baixas	(9.543.287)	–	–	–	**(9.543.287)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**171.594**	**27.050**	**101.132**	**299.776**
Adições	–	47.905	129.622	96.480	**274.007**
Baixas	–	(20.519)	–	(1.798)	**(22.317)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**198.980**	**156.672**	**195.814**	**551.466**

i. Composição do Saldo – Controladora (depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.168.922**	**7.362**	**902**	**6.276**	**3.183.462**
Depreciação	4.755.801	17.024	2.705	11.921	**4.787.451**
Depreciação – baixas	(7.924.723)	–	–	–	**(7.924.723)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**24.386**	**3.607**	**18.197**	**46.190**
Depreciação	–	13.618	9.186	28.277	**51.081**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**38.004**	**12.793**	**46.474**	**97.271**

ii. Valor Líquido (bens – depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.374.365**	**160.972**	**26.148**	**36.251**	**6.597.736**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**147.208**	**23.443**	**82.935**	**253.586**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**160.976**	**143.879**	**149.340**	**454.195**

b) Composição do saldo – Consolidado

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**9.543.287**	**168.334**	**27.050**	**42.527**	**9.781.198**
Adições	–	3.260	–	58.605	61.865
Baixas	(9.543.287)	–	–	–	(9.543.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**171.594**	**27.050**	**101.132**	**299.776**
Adições	568.590	47.905	166.622	96.480	879.597
Baixas	–	(20.519)	–	(1.798)	(22.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**568.590**	**198.980**	**193.672**	**195.814**	**1.157.056**

Composição do Saldo – Consolidado (depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.168.922**	**7.362**	**902**	**6.276**	**3.183.462**
Depreciação	4.755.801	17.024	2.705	11.921	**4.787.451**
Depreciação – baixas	(7.924.723)	–	–	–	**(7.924.724)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**24.386**	**3.607**	**18.197**	**46.189**
Depreciação	–	13.618	10.728	28.276	52.622
Depreciação – baixas	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**38.004**	**14.335**	**46.473**	**98.811**

i. Valor Líquido (bens – depreciação)

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos.	Móveis e Utensílios	Inform. Hardware	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.374.365**	**160.972**	**26.148**	**36.251**	**6.597.736**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**147.208**	**23.443**	**82.935**	**253.586**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**568.590**	**160.976**	**179.338**	**149.341**	**1.058.244**

11. Intangível – A movimentação do intangível durante o ano de 2024, tanto na controladora como no consolidado, está descrita a seguir:

i. Composição do saldo

	Software	Concessão	Projetos e Obras em Andamento	Ativos Direito de Contrato – custos de empréstimos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**115.408.655**	**117.137.757**	**30.815.390**	**263.361.802**
Adições	–	–	256.674.492	43.323.056	**299.997.548**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**115.408.655**	**373.812.249**	**74.138.445**	**563.359.350**
Adições	888.482	–	325.508.847	65.589.807	**391.987.136**
Adições – Prêmio incorporado				7.195.553	**7.195.553**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**888.482**	**115.408.655**	**699.321.097**	**146.923.805**	**962.542.039**

ii. Composição do Saldo – amortização

	Software	Concessão	Complexo – Obras em Andamento	Ativos Direito de Contrato – custos de empréstimos	Total
Taxa de amortização		3,15%			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**6.960.642**	**–**	**–**	**6.960.642**
Amortização	–	3.419.516	–	–	**3.419.516**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**10.380.158**	**–**	**–**	**10.380.158**
Amortização	–	3.419.516	–	–	**3.419.516**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**13.799.673**	**–**	**–**	**13.799.673**

iii. Valor Líquido (bens – amortização)

	Software	Concessão	Complexo – Obras em Andamento	Ativos Direito de Contrato – custos de empréstimos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**108.448.013**	**117.137.757**	**30.815.390**	**256.401.160**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**105.028.498**	**373.812.249**	**74.138.445**	**552.979.192**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**888.482**	**101.608.982**	**699.321.097**	**146.923.805**	**948.742.366**

(*) Conforme OCPC 05 – Contratos de Concessão, itens 116 e 117, ao que trata-se da amortização dos bens integrantes da infraestrutura vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, **dos dois o menor**, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A Administração avalia periodicamente se o intangível é passível de impairment, e qualquer perda adicional é registrada no resultado e em 2024 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável. **a) Software:** Em 2024, a Companhia realizou investimento necessários com o desenvolvimento de um app denominado "Mercado Livre Arena Pacaembu", disponível na play store a partir de janeiro de 2025 para facilitar a comunicação da população na utilização do complexo poliesportivo, de modo a facilitar o agendamento online para atividades como o uso da piscina, quadras de tênis e pista de atletismo. Além de reservas, o aplicativo também informará sobre os eventos que acontecerão na Mercado Livre Arena Pacaembu. **b) Concessão:** Em 15 de maio de 2018, a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias em exercício, e o Secretário Municipal de Esporte e Lazer resolveram celebrar o contrato de Concessão do complexo do Pacaembu (o complexo contempla: piscina aquecida, ginásio poliesportivo coberto, ginásio de tênis coberto, arquibancada, quadra externa de tênis, quadra externa de futsal/vôlei, salas de ginásticas e pista de corrida), através de despacho autorizatório número SEI 8397303. Compreendendo a prestação dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção no Complexo do Pacaembu, no Município de São Paulo e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas cláusulas e condições fixadas no instrumento de concessão, contrato este assinado em 16 de setembro de 2019. O prazo de vigência do contrato será de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data da ordem de início. O valor global inicialmente previsto corresponde a R$ 752.409.974, que corresponde ao valor dos investimentos, despesas e custos operacionais obrigatórios estimados para execução das obrigações do contrato, cumulado com o somatório dos valores da outorga, composta tanto pela fixa no valor de R$ 115.408.655, como pelas parcelas de outorga variável, durante todo o prazo de vigência da concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Outorgas Concessão Pacaembu:		
Parcela Fixa I	79.262.473	79.262.473
Parcela Fixa II **(*)**	36.146.182	36.146.182
Total	**115.408.655**	**115.408.655**

(*) Parcela fixa II

O montante de R$ 36.146.182, será pago em 10 (dez) prestações iguais fixas anuais, a partir do 4º (quarto) ano contado na data de ordem de início, no qual em 2024, a Concessionária realizou o pagamento da segunda parcela, no montante de R$ 4.810.792, totalizando assim R$ 9.460.152 amortizados. As prestações serão ajustadas conforme variação do IPC-SP ou índice que vier a substituí-lo. **c) Projetos e obras em andamento, custas de empréstimos e juros outorga fixa:** Durante o ano de 2024 a Concessionária registrou com os projetos em desenvolvimento e obras em andamento o montante acumulado de R$ 846.244.901, decorrentes da realização de investimentos e melhorias na infraestrutura do complexo do Pacaembu a qual apresenta a seguinte composição por natureza:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Engenharia e arquitetura	98.119.288	71.497.626
Materiais e ferramentas	231.263.834	129.428.958
Serviços técnicos – PJ	26.909.187	23.148.116
Serviços terceiros PJ – obras	330.611.338	138.539.500
Custos de juros outorga fixa	12.417.450	11.198.050
Custos de empréstimos Debêntures	139.728.252	74.138.445
Prêmio Incorporado	7.195.553	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**846.244.902**	**447.950.695**

Ao longo do ano de 2024, foram incorridos R$ 399.182.689 decorrentes da atualização monetária IPC-SP sobre a outorga fixa, juros sobre as debêntures capitalizados conforme premissas do CPC 20 (R1) – custos de empréstimos durante sua fase pré-operacional, além dos demais gastos diretamente relacionados as obras e projetos em andamento do Complexo do Pacaembu. Logo, foram pagas as respectivas outorgas variáveis, conforme racional a seguir: **d) Outorga variável trimestral**

Consolidado

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	2023 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Receita de locação de espaços – eventos	1.216.950	1.212.112	1.691.335	50.000	**4.170.397**
Outras receitas	1.973	–	–	–	**1.973**
	1.218.923	**1.212.112**	**1.691.335**	**50.000**	**4.172.370**
Outorga variável trimestral (1%)	**12.189**	**12.121**	**16.913**	**500**	**41.723**

PACA Eventos e Serviços S.A.	2023 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Catering	–	5.001	12.721	–	**17.722**
Receitas de locação de equipamento	1.010.880	–	–	–	**1.010.880**
Receita de organização de eventos	450.000	650.000	–	–	**1.100.000**
	1.460.880	**655.001**	**12.721**	**–**	**2.128.602**
Outorga variável trimestral (1%)	**14.609**	**6.550**	**127**	**–**	**21.286**

continua ...

... continuação

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

Arpa Comércios e Serviços S.A.	2023 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Vendas de Bilheterias – Camarotes	–	–	138.701	–	**138.701**
Receita de Locação de Espaços – Eventos	–	1.711.000	3.000	–	**1.714.000**
Catering	–	12.797	–	–	**12.797**
Receita de Patrocínio – Eventos	–	360.170	–	–	**360.170**
	–	**2.083.967**	**141.701**	**–**	**2.225.667**
Outorga variável trimestral (1%)	**–**	**20.840**	**1.417**	**–**	**22.257**
Total outorga variável trimestral (1%)	**26.798**	**39.511**	**18.458**	**500**	**85.267**

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	2024 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Receita de locação de espaços – eventos	20.000	–	395.000	1.064.281	**1.479.281**
Catering	–	–	38.181	25.813	**63.994**
	20.000	**–**	**433.181**	**1.090.094**	**1.543.275**
Outorga variável trimestral (1%)	**200**	**–**	**4.332**	**10.901**	**15.433**

PACA Eventos e Serviços S.A.	2024 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Receita de locação de espaços – eventos	–	439.008	**–**	**–**	**439.008**
Catering	–	–	26.909	102.251	**129.160**
Receitas de locação de equipamento	605.480	–	–	–	**605.480**
Receita de organização de eventos	–	–	–	157.669	**157.669**
	605.480	**439.008**	**26.909**	**259.920**	**1.331.317**
Outorga variável trimestral (1%)	**6.055**	**4.390**	**269**	**2.599**	**13.313**

Arpa Comércios e Serviços S.A.	2024 1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Receita Bruta					
Vendas de Bilheterias – Camarotes	–	–	170.746	–	**170.746**
Receita de Locação de Espaços – Eventos	–	–	2.241.056	–	**2.241.056**
Receita de Patrocínio – Eventos	–	40.000	320.000	–	**360.000**
	–	**40.000**	**2.731.802**	**–**	**2.771.802**
Outorga variável trimestral (1%)	**–**	**400**	**27.318**	**–**	**27.718**
Total outorga variável trimestral (1%)	**6.255**	**4.790**	**31.919**	**13.500**	**56.464**

e) Outorga variável anual

Consolidado 2023 Empresas	Receita Bruta Anual	Alíquota	Outorga variável anual
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	4.172.370	1%	41.724
PACA Eventos e Serviços S.A.	2.128.602	1%	21.286
Arpa Comércios e Serviços S.A.	2.225.667	1%	22.257
	8.526.639		**85.267**

2024 Empresas	Receita Bruta Anual	Alíquota	Outorga variável anual
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	1.543.275	1%	15.433
PACA Eventos e Serviços S.A.	1.331.317	1%	13.313
Arpa Comércios e Serviços S.A.	2.771.802	1%	27.718
	5.646.394		**56.464**

12. Direito de uso – Conforme premissas do CPC 06 (R2), a Concessionária e suas investidas apresentaram os seguintes números via contratos que atendem aos critérios para reconhecimento de ativos via arrendamento.

a) Composição do saldo – Controladora

	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**
Adições **(*)**	38.533.092	**38.533.092**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**38.533.092**	**38.533.092**
Adições **(*)**	119.420.911	**119.420.911**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**157.954.003**	**157.954.003**

(*) O saldo não está sendo amortizado até o momento, pelo fato do complexo não estar em condições de uso.

b) Composição do saldo – Consolidado

	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**
Adições	53.032.802	**53.032.802**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**53.032.802**	**53.032.802**
Adições	119.420.911	**119.420.911**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**172.453.713**	**172.453.713**

i. Composição do saldo – Consolidado (amortização)

	Direito de Uso	Total
Taxa de amortização **(*)**		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**
Amortização	2.525.884	**2.525.884**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.525.884**	**2.525.884**
Amortização	3.047.600	**3.047.600**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.573.484**	**5.573.484**

(*) A Taxa de amortização é avaliada pela vida útil do bem ou pelo tempo de contrato, dos dois o menor, avaliando ainda o tempo remanescente do contrato de concessão.

ii. Valor Líquido (direito de uso – amortização)

	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50.506.918	**50.506.918**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	166.880.229	**166.880.229**

13. Fornecedores

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores a pagar **(*)**	34.141.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656
	34.1341.890	**29.537.656**	**34.173.548**	**29.537.656**

(*) os fornecedores referem-se de forma geral a prestação de serviços gerais de terceiros necessários ao Complexo do Pacaembu durante suas melhorias.

14. Empréstimos e financiamentos – a) Controladora

Tipo de Operação	Taxa	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Debênture – 2ª emissão	CDI + 5% a.a.	174.008.271	166.774.556
Debênture – 3ª emissão	CDI + 5% a.a.	260.506.431	260.492.574
(-) Custas sobre debêntures		(4.308.554)	–
Passivo circulante		**430.206.149**	**98.993.453**
Passivo não circulante		**–**	**328.273.676**
		430.206.149	**427.267.129**

b) Consolidado

Tipo de Operação	Taxa	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Debênture – 2ª emissão	CDI + 5% a.a.	174.008.271	166.774.556
Debênture – 3ª emissão	CDI + 5% a.a.	260.506.431	260.492.574
CCB Banco Luso Brasileiro	CDI + 6,90% a.a.	34.257.245	48.549.332
(-) Custas sobre debêntures		(4.308.554)	–
Passivo circulante		**464.463.394**	**124.691.891**
Passivo não circulante		**–**	**351.124.570**
		464.463.394	**475.816.461**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2022, foi aprovada a securitização da Companhia por meio da emissão de certificado de recebíveis imobiliários da 506ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A, referente a 2ª emissão da Companhia. Conforme os termos e condições do Termo de Securitização, a Companhia captou em 30 de junho de 2022 o montante de R$ 170.000.000 com vencimento em 30 de junho de 2027 e juros remuneratórios de CDI + 5,00% a.a. No ano de 2023 houve um aditivo contratual mudando a forma de amortização e prazo de vencimento da operação, passando a vigorar com vencimento em 25 de outubro de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de outubro de 2023, foi deliberada a 3ª emissão da Companhia para celebração dos demais atos necessários à sua emissão e à oferta pública de distribuição. Conforme os termos e condições estabelecidas neste contrato, a Companhia captou o montante de R$ 260.000.000 com vencimento em 29 de novembro de 2025 e juros remuneratórios de CDI + 5,00% a.a. **a) Garantias:** A controladora mantém em garantia referente a 2ª (segunda) e 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue: • Fiança bancária no valor de R$ 20.000.000 e R$ 50.000.000 tendo a Debenturista como beneficiária, com expressa renuncia ao benefício de ordem e direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no artigo 277, no parágrafo único do artigo 333, nos artigos 364, 366, 368, 821, 824 e 827, no parágrafo único do artigo 829, nos artigos 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do código civil; • A Companhia e a Progen S.A. responderão, na forma da lei, como coobrigadas, em caráter solidário com os Fiadores, sem qualquer benefício de ordem entre elas; • Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, onde sobre a conta vinculada de titularidade da Progen, cujo somatório deverá perfazer, no mínimo o valor de R$ 20.000.000 mensais para 2ª emissão e R$ 30.000.000 mensais para 3ª emissão; • Cessão Vinculada de direitos creditórios, será constituída a cessão fiduciária, sobre os direitos creditórios de titularidade da Companhia, a serem depositados na conta corrente de movimentação restrita, de titularidade da Companhia; • Alienação Fiduciária de Ações será constituída e outorgada pelas Acionistas em benefício do debenturista; • Alienação Fiduciária de Cotas celebrada pelos cotistas do Savona Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em benefício da Debenturista, sobre 100% das cotas do Savona Fundo de Investimento em Participações; **b) Covenants:** Além das garantias, mencionadas acima, a 2ª e 3ª emissão das debêntures mantém as seguintes exigências contratuais e eventos passíveis de acarretar o vencimento antecipado automático e não automático das obrigações: • Pedido de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida homologação judicial; • Extinção, liquidação, dissolução, pedido de falência da Companhia e/ou dos Acionistas; • Redução do capital social da Companhia sem observância ao disposto no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; • Decretação de insolvência civil de qualquer dos fiadores, por meio de sentença judicial transitada em julgado; • Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Companhia, fiadores ou Acionistas das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão de Debêntures, sem prévia anuência da Debenturista; • Caso a Companhia contrate empréstimos, financiamentos, amortize mútuos com partes relacionadas, ou qualquer outro título de dívida sem a prévia e expressa anuência dos titulares de CRI reunidos em assembleia; • Transformação do tipo societário da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; • Descumprimento do contrato de concessão que enseje a intervenção pelo Poder Concedente; • Incorporação da Companhia por quaisquer terceiros, fusão ou cisão da Companhia, sem a prévia aprovação dos titulares de CRI, exceto se atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; • Em caso de alienação, direta ou indireta, do controle acionário sobre a Companhia, exceto se tal alienação obedecer as disposições do contrato de concessão, decorrer de transferência de ações da Companhia em razão de cisão, fusão, incorporação, redução de capital ou outra forma de reorganização societária, desde que os proprietários das ações em questão da Companhia, sejam veículos de investimentos controlados pelos atuais Acionistas da Companhia; ou não implicar perda do poder de controle, que poder ser exercido de forma individual ou conjunta pelos atuais controladores; • Alteração do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, de forma a alterar as disposições que tratam a disposição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou aprovação superior de dividendos em montante superior a 25% do lucro líquido da Companhia no exercício; • Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos, incluindo devolução de mútuo ou Aporte para Futuro Aumento de Capital, pela Companhia a seus Acionistas, caso ainda não tenha sido apurada a conclusão das Obras Futuras, conforme Relatório de Medição e/ou tenha sido constatado inadimplemento pecuniário no âmbito desta Emissão; • Arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia, em valor igual ou superior a R$ 20.000.000 (vinte milhões de reais), devendo o referido valor ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão das Debêntures; • Arresto, sequestro ou penhora de bens dos Fiadores, de forma individual, em valor igual ou superior a R$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), devendo o referido valor ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão das Debêntures; • Protesto de títulos contra a Companhia e/ou Fiadores e cujo valor pago, individual ou agregado do referido protesto ultrapasse R$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), corrigidos anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão das Debêntures; • Alteração do objeto social da Companhia, exceto feita à inclusão, em seu objeto social, de outras atividades, desde que de qualquer forma relacionadas ou complementares ao objeto da Concessão; • Não renovação, dentro do prazo de 45 dias contados do vencimento ou cancelamento das apólices dos seguros do Complexo Pacaembu pela Companhia, incluindo, mas não se limitando às apólices que consubstanciam os Direitos Seguros; • Caso sejam admitidos novos cotistas, mediante a emissão de novas cotas e subscrição por qualquer terceiro que não sejam os atuais Cotistas do Savona Fundo de Investimento em Participações, sem a prévia aprovação dos Titulares de CRI; • Caso não sejam submetidos, na forma da lei, as contas e os balanços da Progen S.A. e devem ser submetidos a empresas de auditoria independente e apresentar cópia aos Debenturistas no prazo de 90 dias ao final de cada exercício social; • Não manutenção, pela Progen S.A., do Índice Financeiro, o qual será apurado anualmente pela Securitizadora, em todo mês de março de cada ano, com base nas demonstrações contábeis consolidadas e auditadas da Progen S.A. ao término de cada exercício social, sendo ele a Dívida Líquida/EBITDA menor que 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos). Em 31 de dezembro de 2024, a Progen S.A. apresentou EBTIDA de 3,46 (três inteiros e quarenta e seis centavos) atendo assim a cláusula de covenants. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios de 2023 e 2024, tanto para a controladora como para o consolidado, estão descritas a seguir:

Movimentação dos empréstimos	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**427.267.129**	**170.935.108**
Captação de empréstimos	–	260.000.000
Juros incorridos s/empréstimos	65.589.801	32.660.762
Custas sobre debêntures	(4.308.554)	381.511
Prêmio debênture incorporado	7.195.553	–
(-) Amortização principal	–	(3.750.710)
(-) Amortização juros	(65.537.781)	(32.959.542)
Saldo no final do exercício	**430.206.149**	**427.267.129**

Movimentação dos empréstimos	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**475.816.461**	**170.935.108**
Captação de empréstimos	–	358.157.977
Juros incorridos s/empréstimos	73.461.803	39.063.042
Custas sobre debêntures	(4.308.554)	381.511
Prêmio debênture incorporado	7.195.553	–
(-) Amortização principal	(16.821.380)	(53.751.613)
(-) Amortização juros	(70.880.488)	(38.969.564)
Saldo no final do exercício	**464.463.394**	**475.816.461**

O cronograma de amortização anual das debêntures, tanto para a controladora como para o consolidado são os seguintes:

i. Controladora

	Controladora 2025	Total
2ª Debêntures	174.008.272	174.008.271
3ª Debêntures	256.197.877	256.197.877
Total dos empréstimos e debêntures	**430.206.149**	**430.206.149**

ii. Consolidado

	Consolidado 2025	Total
2ª Debêntures	174.008.271	174.008.271
3ª Debêntures	256.197.877	256.197.877
CCB Banco Luso Brasileiro	34.257.245	–
Total dos empréstimos e debêntures	**464.463.394**	**464.463.394**

15. Arrendamentos – Dos contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) consideramos o valor acordado em contratos para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros, descontada taxa incremental de juros, fixada em 17,23% na Allegra e 9,41% na PACA em 2024, a ser reavaliada para 2025, conforme novo cenário de média a ser obtida. Abaixo, apresentamos a posição para a controladora e consolidado.

Movimentação dos arrendamentos	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**35.994.510**	**–**
Constituição do arrendamento	119.420.912	38.533.092
Juros arrendamento	18.236.869	1.411.418
(-) Amortização principal	(2.179.989)	(2.538.582)
(-) Amortização juros	(19.115.614)	(1.411.418)
Saldo no final do exercício	**152.356.688**	**35.994.510**
Passivo circulante	**11.841.198**	**1.008.360**
Passivo não circulante	**140.515.490**	**34.986.150**
	152.356.688	**35.994.510**

Movimentação dos arrendamentos	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**48.897.923**	**–**
Constituição do arrendamento	119.420.912	53.032.802
Juros arrendamento	18.775.538	1.843.817
(-) Amortização principal	(5.119.085)	(4.134.879)
(-) Amortização juros	(19.654.284)	(1.843.817)
Saldo no final do exercício	**162.321.004**	**48.897.923**
Passivo circulante	**15.475.958**	**4.048.305**
Passivo não circulante	**146.845.046**	**44.849.618**
	162.321.004	**48.897.923**

Os contratos de arrendamento referem-se à locação de equipamentos como os de sistema de iluminação das quadras de tênis, equipamentos de som e luz, sistemas de automação predial desde o controle de acesso, circuito fechado de TV, rede de telecomunicações, detecção e alarme de incêndio, sonorização, até a infraestrutura elétrica e sistemas de distribuição de água gelada e de ar-condicionado, visando eficiência energética do complexo.

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas				
Ordenados, salários e benefícios	40.556	36.052	40.556	36.052
Provisões trabalhistas	73.930	80.647	70.930	80.647
Provisões encargos sociais	25.728	28.065	25.728	28.065
INSS retido na fonte	900.822	862.426	900.822	862.426
IRRF sobre salário	24.896	27.845	24.896	27.845
FGTS a recolher	5.595	6.455	5.595	6.455
	1.071.526	**1.041.490**	**1.071.526**	**1.041.490**
Tributárias				
ISS a recolher	252.415	461.244	252.624	461.244
PIS/COFINS/CSLL a recolher	128.019	149.889	132.023	150.168
IRRF retido a recolher	24.364	60.301	24.660	61.111
PIS a Recolher	–	2.073	–	2.085
COFINS a Recolher	–	11.317	–	11.390
Imposto de Renda a recolher	–	–	–	24.422
Contribuição Social a recolher	–	–	–	13.281
Outros tributos	12.706	296.727	12.706	296.730
IOF a recolher **(a)**	9.490.589	5.887.760	9.490.589	5.887.760
IRRF s/ mútuo **(a)**	7.041.984	5.353.976	7.041.984	5.353.976
	16.950.076	**12.223.286**	**16.954.585**	**12.262.166**
Total Trabalhistas + Tributárias	**18.021.602**	**13.264.776**	**18.026.111**	**13.303.656**

(a) Valores de impostos apurados decorrentes dos mútuos entre partes relacionadas.

17. Concessões e serviços públicos a pagar

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
Outorga fixa e variável	39.177.902	42.767.116
	39.177.902	42.767.116
Passivo circulante	**4.974.189**	**4.742.372**
Passivo não circulante	**34.203.713**	**38.024.744**
	39.177.902	**42.767.116**

a) Outorga fixa 2: O montante de R$ 39.089.957 (trinta e nove milhões, oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais), será pago em 8 (oito) prestações iguais e fixas anuais, no qual em 2024, a Concessionária realizou o pagamento da segunda parcela, no montante de R$ 4.810.792 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e noventa e dois reais), totalizando assim, R$ 9.460.152 (nove milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e cinquenta e dois reais) amortizados. As prestações serão ajustadas conforme variação do IPC-SP ou índice que vier a substituí-lo.

b) Saldo outorgas fixa a variável

Outorga fixa 2	39.089.957
Outorga variável 1	73.426
Outorga variável 2	14.519
Total	**39.177.902**

Além da outorga fixa 2, o anexo IV – mecanismo de pagamento da outorga, prevê o recolhimento da outorga variável 1, que incide anualmente sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e demais empresas do grupo no equivalente a 1% e o recolhimento da outorga variável 2, que incide 1% sobre a totalidade das receitas brutas trimestrais. A Outorga variável 1 deve ser recolhida até o dia 20 (vinte) de maio de cada ano, sobre a receita bruta anual do exercício fiscal imediatamente anterior. Já a outorga variável 2 deve ser recolhida em até 50 (cinquenta) dias do encerramento do trimestre, exceto no último trimestre civil de cada ano, caso em que deverá ser paga em até (100) dias do encerramento do trimestre.

18. Outras contas a pagar

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Demais obrigações com terceiros a pagar **(a)**	4.950.000	780.920	4.950.000	780.920
Incentivos fiscais a aplicar **(b)**	–	–	453.500	760.000
Fianças bancárias a pagar **(a)**	1.651.358	1.646.215	1.651.358	1.646.215
Retenção contratual com fornecedores **(a)**	1.303.489	30.446	1.331.249	30.446
	7.904.848	**2.457.581**	**8.386.107**	**3.217.581**

(a) Referem-se a demais prestações de serviços de administração das atividades da Concessionária, garantias financeiras previstas contratualmente na captação de dívidas para financiamentos das obras do complexo e retenções financeiras contratuais de serviços prestados por terceiros. **(b)** Incentivos fiscais recebidos a aplicar na Feira de Arte Brasileira – ARPA 2024, conforme inscrição do projeto sob o nº 237381 no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), enquadrado no Art. 18º- Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

19. Transações com partes relacionadas – A Concessionária mantém transações comerciais com a Progen S.A. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam administradores e empregados ou acionistas, são efetuadas sob condições de mercado e pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os valores registrados como mútuos são atualizados com base no índice CDI, e acrescidos a taxa de juros de 3,89% (três vírgula oitenta e nove por cento) a.a., sendo repactuados desde o início das movimentações em 2019, considerando a última repactuação vigente até o final do ano de 2025, fato este considerado como prudente para classificação contábil no longo prazo pelo histórico de renegociações efetuadas. Adicionalmente, cabe salientar que, apenas os contratos classificados como movimentações de mútuo entre a Concessionária Allegra e a Progen S.A, mantém os respectivos juros remuneratórios, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e IOF (Imposto sobre Operações financeiras), e os demais registros "intercompany" são considerados como conta-corrente, os isentando assim, das tratativas de um mútuo. A seguir, estão demonstradas as movimentações das operações de mútuo e conta corrente:

Ativo	Controladora 31/12/2024	31/12/2023
PACA Eventos e serviços S.A.	8.848.045	–
Arpa Comércio e Serviços S.A	5.691.897	916.725
	14.539.942	**916.725**

Passivo	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Progen S.A.	367.600.873	228.442.675	367.600.873	228.442.675
PACA Eventos e serviços S.A.	–	22.694.608	–	–
	367.600.873	**251.137.283**	**367.600.873**	**228.442.675**

a) Movimentação captação de mútuo e partes relacionadas

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	251.137.283	115.405.488	228.442.675	115.305.488
Captação de mútuo	87.747.762	123.323.559	110.442.369	100.728.951
Juros incorridos s/mútuo	11.911.721	14.521.683	11.911.721	14.521.683
IRRF retido s/ mútuo	(1.688.009)	(2.177.057)	(1.688.008)	(2.177.057)
Captação via conta corrente	18.492.116	63.610	18.492.116	63.610
	367.600.873	**251.137.283**	**367.600.873**	**228.442.675**

20. Provisão para demandas judiciais – Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências e bloqueios/depósitos judiciais:

	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Bloqueios judiciais	42.569	42.569
Depósitos judiciais	87.463	87.463
	130.032	**130.032**

a) Movimentação de provisão para contingência

	Provisão para Contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.265.477
Adições	5.072
Reversões	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.270.549**
Adições	713.493
Reversões	(274.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.709.113**

b) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por prestadores de serviços que solicitam responsabilidade solidária e subsidiária vinculados a verbas trabalhistas e demais pleitos indenizatórios.

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31 de dezembro de 2024 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R$ 4.912.145 (R$ 1.833.547 em 2023) decorrentes de causas trabalhistas, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

21. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 22.000.000 (vinte e dois milhões de reais), composto de 22.000.000 (vinte e dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e se, valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1 (um real) cada uma. **b) Constituição de reservas:** Observados os limites estabelecidos no artigo 204 da Lei nº 6.404/76, e ainda, estatuto social vigente, a reserva legal deverá ser constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **c) Dividendos:** Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

22. Receita líquida – A composição das receitas operacionais, por natureza é a seguinte:

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Receita de Locação de Espaços – Eventos	1.479.281	4.170.397	4.159.345	6.984.397
Receita de Locação de Equipamento	–	–	605.480	–
Receita de Eventos – Patrocínios	–	–	360.000	498.871
Receita de Bilheterias	–	–	170.746	
Receita de Organização de Eventos	–	–	157.669	1.010.880
Catering	63.994	1.973	193.154	32.491
Receita de incentivo fiscal aplicado – Patrocínios	–	–	72.500	–
Receita Bruta de vendas	**1.543.275**	**4.172.370**	**5.718.894**	**8.526.639**
(-) PIS s/ vendas de serviços	(25.723)	(65.410)	(88.145)	(137.255)
(-) Cofins s/ vendas de serviços	(118.483)	(301.281)	(406.001)	(633.078)
(-) ISS s/ vendas de serviços	(77.165)	(208.619)	(222.726)	(360.417)
Receita líquida de vendas	**1.321.904**	**3.597.060**	**5.002.022**	**7.395.889**

continua ...

... continuação

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

23. Despesas gerais e administrativas – a) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados	(1.210.352)	(2.582.963)	(4.504.810)	(6.086.674)
Despesas gerais e administrativas	(25.937.393)	(14.871.640)	(38.733.381)	(30.278.965)
	(27.147.745)	**(17.454.603)**	**(43.238.191)**	**(36.365.639)**

b) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel	(419.731)	(234.998)	(419.731)	(234.998)
Auditoria, consultoria e serviços jurídicos	(4.497.803)	(2.284.079)	(4.775.798)	(2.307.455)
Com pessoal	(2.784.912)	(1.107.741)	(2.784.912)	(1.153.491)
Custos e despesas administrativos	(5.182.990)	(7.406.035)	(8.133.684)	(10.218.432)
Depreciação e amortização	(3.444.756)	(8.206.966)	(6.332.938)	(10.732.850)
Despesas comerciais	(7.362.136)	(892.262)	(7.740.094)	(1.053.192)
Energia elétrica, água e gás	(1.454.841)	(1.172.006)	(1.454.841)	(1.172.006)
Impostos e taxas – diversos	(554.693)	(778.865)	(638.539)	(820.262)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos	(290.081)	(2.886.980)	(768.037)	(3.751.442)
Manutenção e conservação	(1.903.686)	(690.658)	(2.027.471)	(872.103)
Perda de Crédito Esperada	(446.007)	–	(461.879)	–
Segurança e vigilância	(2.205.048)	(768.389)	(2.259.138)	(792.715)
Seguros	(1.364.718)	(879.121)	(1.487.039)	(879.121)
Serviços terceiros	(3.752.466)	(1.950.195)	(3.752.466)	(1.950.195)
Tecnologia da informação	(344.809)	(171.326)	(347.884)	(190.432)
Treinamentos	–	–	(50.000)	–
Viagens, hospedagens e locomoção	(142.948)	(440.360)	(247.079)	(516.703)
(-) Reembolso de despesas e CSC	9.003.878	12.415.380	443.338	279.758
	(27.147.745)	**(17.454.603)**	**(43.238.191)**	**(36.365.639)**

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Financeira				
Outras receitas financeiras	–	5.146	650	5.090
Aplicações financeiras	267.148	1.360.917	391.164	1.376.828
(-) PIS s/receita financeira	(2.463)	(9.023)	(2.948)	(9.086)
(-) Cofins S/receita financeira	(14.030)	(55.529)	(17.015)	(55.914)
	250.655	**1.301.511**	**371.851**	**1.316.918**
Despesa Financeira				
Despesas bancárias	(258.895)	(1.268.165)	(390.923)	(1.298.990)
Juros s/ empréstimos	–	(6.957.093)	(7.843.030)	(13.359.379)
Juros s/ mútuos com partes relacionadas	(11.911.721)	(14.521.683)	(11.911.721)	(14.521.683)
Juros passivos	(16.876.421)	–	(16.876.421)	–
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(3.604.740)	(2.596.993)	(4.132.913)	(3.742.516)
Mora/ multa	(73.511)	(53.092)	(281.395)	(69.364)
Variação cambial	–	(261)	(198)	3.120
Taxa Fiança – Empréstimos e Financiamentos	(3.121.639)	(2.655.868)	(3.121.639)	(2.655.868)
Outras despesas financeiras	(1.613.175)	(247.018)	(1.779.180)	(287.618)
Juros IFRS 16	(18.236.869)	(1.411.418)	(18.775.539)	(1.843.817)
	(55.696.971)	**(29.711.591)**	**(65.112.959)**	**(37.776.115)**
Resultado financeiro líquido	**(55.446.316)**	**(28.410.080)**	**(64.741.108)**	**(36.459.197)**

25. Imposto de Renda e Contribuição Social diferida – O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes do prejuízo fiscal e diferenças temporárias, conforme racional abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas				
Base para IR e CSLL diferido	(92.771.735)	(58.903.407)	(114.128.355)	(66.821.613)
Adições (+)				
Despesa com equivalência patrimonial	13.202.920	15.053.707	13.202.920	–
Multas e despesas indedutíveis	25.970	2.224	61.079	62.293
Brindes	–	–	10.000	16.667
Provisão para perda de crédito esperada	446.007	–	461.879	–
Perdas no recebimento de clientes	20.886	–	20.886	–
Provisão de processos trabalhistas	713.493	–	713.493	–
Exclusões (-)				
Reversão de provisão de proc trabalhistas	(274.929)	–	(274.929)	–
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal do exercício	**26.736.712**	**14.908.142**	**33.977.229**	**22.692.502**
Valor líquido no resultado				
IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal do exercício	26.736.712	14.908.142	33.977.229	22.692.502
IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal – 2019 (*)	(3.196)	–	(3.196)	–
IR e CS diferido sobre provisões temporárias (*)	300.754	–	306.150	–
Imposto de renda e contribuição social diferido 2024	**27.034.271**	**14.908.142**	**34.280.184**	**22.692.502**

(*) Correção de saldo do prejuízo fiscal, conforme saldo acumulado da base.

Segue abertura do ativo fiscal diferido acumulado, conforme saldo contábil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	64.366.305	37.632.788	79.391.183	45.417.149
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos trabalhistas	581.098	431.987	581.098	431.987
Provisão para perda de contas a receber	151.642	–	157.038	–
Provisão de remuneração de pessoal	1.948.513	1.948.513	1.948.513	1.948.513
	2.681.253	2.380.500	2.686.650	2.380.500
Ativo fiscal diferido	**67.047.558**	**40.013.288**	**82.077.832**	**47.797.649**

Na determinação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, levamos em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. Pelo fato da Concessionária estar em fase de investimentos com operacionalização do complexo a vigorar em 2025 e a projeção de lucros tributáveis futuros durante o prazo da concessão, acreditamos que a provisão do ativo fiscal diferido, segue adequada até o cenário atual, conforme interpretações estabelecidas no CPC 32 – tributos sobre o lucro, considerando as projeções de resultado da Concessionária, que apontam lucros contábeis anuais a partir de 2026. Abaixo, seguem as mesmas movimentações de ativo fiscal diferido mencionadas, porém, em saldos acumulados desde o início de seu reconhecimento contábil:

Período	Prejuízo fiscal e diferença temporária	34%	34%	34%	34%
2019	5.054.715	1.718.603	1.718.603	1.718.603	1.718.603
2020	24.579.702	8.357.099	8.357.099	8.357.099	8.357.099
2021	13.225.479	4.496.663	4.496.663	4.496.663	4.496.663
2022	30.978.769	10.532.781	10.532.781	10.532.781	10.532.781
2023	43.847.475	14.908.141	14.908.142	22.692.502	22.692.502
2024	79.512.560	27.034.271	–	34.280.184	–
		67.047.558	**40.013.288**	**82.077.832**	**47.797.648**

26. Gestão de capital e riscos de mercado – A Concessionária administra seu capital para assegurar a continuidade de suas operações normais, ao mesmo passo que procura otimizar o saldo das dívidas e do patrimônio, principalmente por se tratar de uma período pré-operacional. Sua estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, conforme Nota Explicativa nº 14, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Nota Explicativa nº 4. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. O índice de endividamento da Companhia é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020
Partes relacionadas	14.539.942	916.725	–	–
	14.796.599	**69.140.106**	**769.436**	**71.985.020**
Passivos financeiros				
Empréstimos, finan e debêntures	430.206.149	427.267.129	464.463.394	475.816.461
Concessão – outorga fixa a pagar	39.177.902	42.767.116	39.177.902	42.767.116
Partes relacionadas	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675
	836.984.924	**721.171.528**	**871.242.169**	**747.026.252**
Dívida líquida	822.188.324	652.031.421	870.472.732	675.041.232
Patrimônio líquido	135.802.249	70.064.784	135.802.249	70.064.784
Índice de endividamento	**6,0543**	**9,3061**	**6,4099**	**9,6345**

a) Classificação de instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo, e no entendimento da Administração da Companhia não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Classificação	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos					
Caixa e bancos	Custo amortizado	37.568	4.837.104	53.007	4.848.344
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado (nível II)	256.657	68.223.381	769.436	71.985.020
Contas a receber	Custo amortizado	349.192	816.432	755.144	971.004
Adiantamentos	Custo amortizado	18.409.765	53.180.823	23.163.038	55.622.009
Partes relacionadas	Custo amortizado	14.539.942	916.725	–	–
		33.593.124	**127.974.465**	**24.740.626**	**133.426.377**
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	34.141.890	29.537.656	34.173.548	29.537.656
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	430.206.149	427.267.129	464.463.394	475.816.461
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	272.964.369	23.858.472	273.019.832	23.993.155
Concessão – outorga fixa a pagar	Custo amortizado	39.177.902	42.767.116	39.177.902	42.767.116
Partes relacionadas	Custo amortizado	367.600.873	251.137.283	367.600.873	228.442.675
		1.144.091.183	**774.567.656**	**1.178.435.548**	**800.557.064**

b) Risco de mercado: As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros. **c) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados. Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos). **d) Análise de sensibilidade:** Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (R1) (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos que afetam a precificação dos seus instrumentos financeiros, basicamente representados por variações de índices de inflação IPC (Fipe) e variação de taxa de juros (CDI). Os cenários para esses fatores são elaborados a partir de fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade, abaixo avaliado pelo consolidado:

	Nota	31/12/2024	CDI	IPC (Fipe)	Sem indexador
Caixa e bancos	10	53.007		–	53.007
Aplicações Financeiras	10	769.436	769.436	–	–
Contas a receber	11	755.144	–	–	755.144
Partes relacionadas	19	–	–	–	–
Total ativos com riscos financeiros		**1.577.588**	**769.436**	**–**	**808.151**
Empréstimos e financiamentos	14	(464.463.394)	(464.463.394)	–	–
Arrendamentos a pagar	15	(162.321.005)	(162.321.005)	–	–
Fornecedores		(34.173.548)	–	–	(43.867.375)
Outorga a pagar	17	(39.177.902)		(39.177.902)	
Partes relacionadas	19	(367.600.873)	(367.600.873)	–	–
Total ativos com riscos financeiros		**(1.067.736.721)**	**(994.385.271)**	**(39.177.902)**	**(43.867.375)**
Total ativos e passivos com riscos financeiros		**(1.066.159.133)**	**(993.615.835)**	**(39.177.902)**	**(43.059.224)**

Indexador		Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI		5,88	8,83	11,77	14,71	17,65
IPC (Fipe)		2,30	3,44	4,59	5,74	6,89
Ativos e passivos líquidos	**31/12/2024**	**Queda de 50%**	**Queda de 25%**	**Cenário provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 25%**
CDI	(993.615.835)	(58.464.288)	(87.696.432)	(116.928.576)	(146.160.720)	(175.392.864)
IPC (Fipe)	(39.177.902)	(899.133)	(1.348.699)	(1.798.266)	(2.247.832)	(2.697.399)

27. Seguros – Riscos de engenharia e garantias de contrato: A Concessionária possui com a JNS Seguradora S.A. a apólice de seguro nº 1007507109617 na modalidade de construção, concessão, fornecimento ou prestação de serviços, com cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias, o qual o contrato de seguro garante indenização até o valor da garantia fixado na apólice, referente à garantia de execução do contrato de concessão, conforme previsão na cláusula 27a do contrato de concessão nº 001/SEME/2018, processo 6071.2018/000124-3, que tem por objeto a Concessão dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu. Valor Global do Contrato: R$ 998.303.029 (novecentos e noventa e oito milhões, trezentos e três mil e vinte e nove reais). Valor máximo da Garantia (5%): R$ 49.915.151 (quarenta e nove milhões, novecentos e quinzes mil, cento e cinquenta e um reais). O prazo de vigência desta apólice está entre 31/07/2024 à 31/07/2025. Adicionalmente, a concessionária possui junto a Berkley International do Brasil S.A, seguro referente a apólice de nº 1006700052636 na modalidade de riscos de engenharia com limite máximo de garantia da apólice em R$ 143.945.604 (cento e quarenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais). Sua vigência está fixada a partir de 11/10/2024 a 19/09/2026. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. Transações que não envolvem caixa – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa foram: a) Reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos na Controladora foram no montante de R$ 119.420,911 (R$ 38.533.092 em 2023) e no Consolidado foram no montante de R$ 119.420.911 (R$ 53.032.802 em 2023).

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Constituição de arrendamentos	119.420.911	38.533.092	119.420.911	53.032.802
Juros capitalizados	65.589.801	32.600.762	73.461.803	39.063.037
Prêmio debênture incorporado	7.195.553	–	7.195.553	–
	192.206.265	**71.133.854**	**200.078.267**	**92.095.839**

29. Eventos subsequentes – Em janeiro de 2025 a Concessionária realizou a abertura do Complexo à sociedade por meio do evento da Copa São Paulo de Futebol Júnior, a "Copinha", onde a população pôde assistir à final do campeonato. Com isso, a Concessionária entregou a população o estádio totalmente reformado e com novas áreas a serem utilizadas, como: a piscina, a pista de atletismo, as quadras de tênis e de basquete. Permaneceu ainda em obras o edifício multifuncional, que abrigará futuramente um hotel, um centro médico de reabilitação esportiva e restaurantes. Ainda em 2025, a Concessionária aprovou a 4ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, tendo como securitizadora da operação a Virgo Companhia de Securitização. A operação prevê captação no montante de R$ 515.000.000 (quinhentos e quinze milhões de reais) para reperfilamento e alongamento da dívida com as seguintes características: prazo de 10 anos para amortização, carência do principal para 3 anos, sendo realizado de forma anual, sem carência de juros, com pagamentos mensais e taxa IPCA + 12% a.a. Com essa captação, a Companhia liquidará antecipadamente a 2ª e a 3ª Emissão de Debêntures, representadas na Nota Explicativa nº 14.

Diretoria	Contador
Eduardo Machado Barella – CEO	**Clécio Gomes de Jesus** – CRC 1SP 336.364/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.
São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores:** As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 28 de março de 2024, foi emitido sem ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. – CRC 2SP 025.583/O-1
Maria Aparecida Regina Cozero Abdo – Contadora CRC 1SP 223.177/O-1

AGV Logística S.A.

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	**59.017**	59.651
Contas a receber de clientes	8	**174.104**	162.619
Tributos a recuperar	9	**8.838**	1.676
Partes relacionadas	26	**17.874**	16.780
Despesas pagas antecipadamente		**5.959**	–
Outros ativos circulantes		**3.802**	9.292
Total do ativo circulante		**269.594**	250.018
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	**971**	971
Depósitos judiciais		**253**	120
IRPJ e CSLL diferidos	18	**19.754**	16.940
		20.978	18.031
Imobilizado	11	**88.036**	92.038
Direito de uso de ativos	12	**232.681**	236.636
Intangível	10	**139.052**	136.893
		459.769	465.567
		480.747	483.598
Total do ativo		**750.341**	733.616

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	13	**32.588**	31.690
Passivo de arrendamento	12	**35.397**	35.690
Salários e encargos sociais	15	**26.108**	23.107
Tributos a pagar	14	**10.359**	9.139
Dividendos a pagar	26	**4.223**	28.352
Receita diferida	16	**3.576**	2.567
Outros passivos circulantes		**–**	1
Total do passivo circulante		**112.251**	130.546
Não circulante			
Passivo de arrendamento	12	**234.657**	232.980
Receita diferida	16	**5.888**	8.455
Fornecedores	13	**3.228**	–
Tributos a pagar	14	**–**	457
Provisão para contingências	17	**1.293**	2.582
		245.066	244.474
Total passivo		**357.317**	375.020
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**209.563**	209.563
Reserva de capital		**332**	332
Reserva legal		**14.616**	12.358
Reserva de lucros		**168.513**	136.343
Total do patrimônio líquido		**393.024**	358.596
Total do passivo e patrimônio líquido		**750.341**	733.616

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2024	2023
Receita liquida dos serviços prestados	20	**595.912**	598.307
Custo dos serviços prestados	21	**(466.624)**	(428.140)
Lucro bruto		**129.288**	170.167
Despesas gerais e administrativas	21	**(51.028)**	(47.119)
Despesas comerciais	21	**(3.233)**	(1.757)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	22	**10.099**	(213)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**85.126**	121.078
Receitas financeiras	23	**7.317**	8.360
Despesas financeiras	23	**(27.953)**	(29.400)
Resultado financeiro, líquido		**(20.636)**	(21.040)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**64.490**	100.038
IRPJ e CSLL correntes	24	**(22.152)**	(28.624)
IRPJ e CSLL diferidos	24	**2.814**	(5.519)
Lucro líquido do exercício		**45.152**	65.895
Lucro por ação atribuível aos acionistas (em reais)	25	**0,09**	0,14

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**45.152**	65.895
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**45.152**	65.895

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31/12/2022	209.563	332	9.063	89.393	–	308.351
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	65.895	65.895
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal (5%)	–	–	3.295	–	(3.295)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	–	–	–	(15.650)	(15.650)
Lucros retidos	–	–	–	46.950	(46.950)	–
Em 31/12/2023	209.563	332	12.358	136.343	–	358.596
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**45.152**	**45.152**
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal (5%)	**–**	**–**	**2.258**	**–**	**(2.258)**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(10.724)**	**(10.724)**
Lucros retidos	**–**	**–**	**–**	**32.170**	**(32.170)**	**–**
Em 31/12/2024	**209.563**	**332**	**14.616**	**168.513**	**–**	**393.024**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**64.490**	100.038
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização (Notas 10, 11 e 12)	**68.503**	63.712
Valor residual das baixas do ativo imobilizado e intangível	**224**	179
Reversão de provisão para contingências (Nota 17)	**(1.289)**	(20.927)
Reversão) da provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 8)	**(718)**	(716)
Juros e variações monetárias (Notas 12 e 26)	**23.273**	23.395
Redução (aumento) nas contas de ativo		
Contas a receber de clientes	**(10.767)**	(27.878)
Tributos a recuperar	**(7.162)**	8.623
Despesas pagas antecipadamente	**(5.959)**	–
Depósitos judiciais	**(133)**	(114)
Outros ativos operacionais	**5.490**	(3.364)
Aumento (redução) nas contas de passivo		
Fornecedores	**4.126**	(12.099)
Dividendos a pagar	**–**	5.565
Salários e encargos sociais	**3.001**	821
Receita diferida	**(1.558)**	(1.732)
Tributos a pagar	**763**	1.134

	2024	2023
Outros passivos operacionais	**(1)**	(249)
Juros pagos (Nota 12)	**(24.367)**	(24.489)
IRPJ e CSLL pagos (Nota 24)	**(22.152)**	(28.624)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**95.764**	83.275
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota11)	**(16.186)**	(29.626)
Aquisições de intangível (Nota 10)	**(9.766)**	(7.868)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(25.952)**	(37.494)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de passivo de arrendamentos (Nota 12)	**(35.593)**	(32.163)
Pagamento de dividendos (Nota 19)	**(34.853)**	(15.650)
Recebimento de partes relacionadas – serviços compartilhados (Nota 26)	**–**	1.710
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(70.446)**	(46.103)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(634)**	(322)
Caixa e equivalentes de caixas no início do exercício (Nota 7)	**59.651**	59.973
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	**59.017**	59.651

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A AGV Logística S.A. ("Companhia") localizada em Vinhedo - SP, é uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, inclusive medicamentos de uso veterinário e humano por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de produtos farmacêuticos de uso veterinário e humano, inclusive produtos biológicos; (f) a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista; (g) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (h) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (i) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (j) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. Como parte do processo de reorganização dos negócios de logística do Grupo Solistica, em 29/06/2024, ocorreu a cisão dos investimentos da até então controladora FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da AGV Logística S.A. foi transferido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda., ambas as empresas do mesmo grupo econômico. Não houve alteração no capital social e a nova controladora CL Brasil passou a deter as ações ordinárias e preferenciais da Empresa (Nota 19(a)). **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras**: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 17 de abril de 2025. a) *Moeda funcional e moeda de apresentação*: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) *Transações e saldos em moeda estrangeira*: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.2. Instrumentos financeiros**: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente*: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) : Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. *Desreconhecimento*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas; • Contas a receber de clientes. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia possui política de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme detalhado na nota 8. A estimativa do contas a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato. As premissas utilizadas dentro do modelo são: • Probabilidade de não conformidade; • Gravidade da perda; • Taxa de financiamento; • Taxa de recuperação especial; e • Exposição ao não cumprimento do pagamento. Para determinar a perda esperada do período, é incluída uma base de dados histórica de 25 meses de saldos a receber, por segregação da carteira e dos prazos atrasados no período de 30 dias. A Tesouraria da FEMSA (Controlador do Grupo, que inclui a controladora da Empresa) calcula trimestralmente a taxa de financiamento de cada país, no qual é atualizada no modelo de estimativa de contas incobráveis para determinar o fator de desconto e a gravidade da perda. Desta forma é captado a taxa especial de recuperação, que representa o percentual que a Companhia estima recolher da carteira em atraso com indícios de prejuízo, e com base em seu histórico de cobrança de saldos com mais de 150 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração*: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. *Mensuração subsequente*: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12 e 25. *Desreconhecimento*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**: Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3 • Imobilizado - Nota 2.9; • Ativos intangíveis - Nota 2.8. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia determina sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. **2.5. Provisões**: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Arrendamentos**: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

AGV Logística S.A.

de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.7. Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8. Ativos intangíveis**: a) Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio das aquisições é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment* (Nota 10). b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9. Imobilizado**: Máquinas e equipamentos de armazenagem compreendem principalmente ativos que são utilizados na guarda, conservação e armazenagem das mercadorias objeto da prestação de serviços de armazenagem e logística, os quais estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Benfeitorias em propriedade de terceiros compreendem substancialmente melhorias realizadas em imóveis alugados para atender as necessidades das operações da Companhia, amortizadas linearmente pelo prazo do contrato de aluguel. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2024 e 2023 (anos)
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	4
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	5

As benfeitorias em propriedade de terceiros são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de aluguéis. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre o valor das alienações e o respectivo valor contábil do ativo alienado e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11. IRPJ e CSLL correntes e diferidos**: IRPJ e CSLL - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam vigentes no fim do exercício. IRPJ e CSLL correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.12. Benefícios a empregados**: a) Participação nos lucros: O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.13. Reconhecimento da receita**: A receita compreende o valor justo da venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. a) Prestação de serviços: A Companhia presta serviços logísticos integrados compreendendo transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como saúde animal, saúde humana, produtos químicos, serviços financeiros, bens de consumo, telecomunicações, eletroeletrônicos, informática, etc. A receita de prestação de serviços de armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas é reconhecida no período em que os serviços são prestados, ou seja, é efetuado o levantamento do período efetivo da prestação de serviços independentemente da data de faturamento destes serviços, e a receita é estimada e devidamente reconhecida contabilmente até a data do balanço. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. c) Demais receitas e despesas: São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa**: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) Esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. As seguintes normas foram alteradas, no entanto, não se espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário) : A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nos negócios da Companhia se um ativo não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de serem exercidos. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. a) Risco de mercado: *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros* Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que decorre de empréstimos de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento: Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31/12/2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	**32.588**	**3.228**	**–**
Passivo de arrendamento	**57.683**	**52.595**	**263.142**
	90.271	**55.823**	**263.142**

Em 31/12/2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	31.690	–	–
Passivo de arrendamento	35.690	58.467	303.953
	67.380	58.467	303.953

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	Hierarquia	2024 Valor contábil	2024 Valor justo	2023 Valor contábil	2023 Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2	**59.017**	**59.017**	59.651	59.651
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2	**174.104**	**174.104**	162.619	162.619
Partes relacionadas (Nota 26)	Nível 2	**17.874**	**17.874**	16.780	16.780
Outros ativos	Nível 2	**3.802**	**3.802**	9.292	9.292
		254.797	**254.797**	248.342	248.342

	Hierarquia	2024 Valor contábil	2024 Valor justo	2023 Valor contábil	2023 Valor justo
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	**35.816**	**35.816**	31.690	31.690
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2	**270.054**	**270.054**	268.670	268.670
Dividendos a pagar	Nível 2	**4.223**	**4.223**	28.352	28.352
Receita diferida	Nível 2	**9.464**	**9.464**	11.022	11.022
Outros passivos	Nível 2	**–**	**–**	1	1
		319.557	**319.557**	339.735	339.735

5. Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos financeiros	**2024**	**2023**
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	**59.017**	59.651
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	**174.104**	162.619
Partes relacionadas (Nota 26)	**17.874**	16.780
Outros ativos	**3.802**	9.292
	254.797	248.342

Passivos financeiros	**2024**	**2023**
Custo amortizado		
Fornecedores	**35.816**	31.690
Passivo de arrendamento (Nota 12)	**270.054**	268.670
Dividendos a pagar	**4.223**	28.352
Receita diferida	**9.464**	11.022
Outros passivos	**–**	1
	319.557	339.735

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2024	2023
Contas a receber de clientes		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
A	**110.928**	111.816
B	**44.798**	228
C	**18.756**	51.671
	174.482	163.715

Risco A - Baixo Risco de Inadimplência: Sacados ("clientes") vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, tratam-se de clientes que tem serviços já performados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. Risco B - Médio Risco de Inadimplência: Sacados vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. Risco C - Alto Risco de Inadimplência: Sacados que já foram constituídos em provisão para perdas de crédito esperadas e que terão processos judiciais arrolados para tratativas. A qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo foram classificados de acordo com o mapeamento das escalas de rating da Fitch. Desta forma, a maior parte destes depósitos se enquadra entre as classificações AAA e A-, onde reflete a menor expectativa de risco de inadimplência.

Conta–corrente e depósitos bancários de curto prazo	**2024**	**2023**
A	**3**	–
A–	**44.277**	–
AA–	**216**	–
B	**3.699**	9.625
BB+	**10.311**	–
F2	**511**	50.026
	59.017	59.651

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Recursos em banco e em caixa	**4.428**	7.444
Aplicações financeiras de curto prazo	**54.589**	52.207
	59.017	59.651

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações compromissadas com taxa média de 65% do CDI e CDBs de liquidez diária com taxa média de 97,5% CDI (101,5% em 2023).

8. Contas a receber de clientes:	**2024**	**2023**
Contas a receber de clientes	**174.482**	163.715
Provisão para perdas de créditos esperadas	**(378)**	(1.096)
	174.104	162.619

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 73 dias (71 dias em 2023). Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, um cliente representava mais que 12% das receitas totais da Companhia. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2024	2023
A vencer	**167.409**	148.710
Vencidos:		
Até 30 dias	**5.919**	8.268
De 31 a 60 Dias	**183**	3.330
De 61 a 90 Dias	**82**	2.599
De 91 a 120 Dias	**338**	85
De 121 a 180 Dias	**149**	145
De 181 a 365 Dias	**143**	138
Acima 365 dias	**259**	440
	174.482	163.715

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas são as seguintes:

Em 31/12/2022	1.812
Provisão constituída durante 2023	16.466
Reversão de provisão para perdas devido ao recebimento	(17.182)
Em 31/12/2023	1.096
Provisão constituída durante 2024	**5.507**
Reversão de provisão para perdas devido ao recebimento	**(6.225)**
Em 31/12/2024	**378**

A constituição e a reversão da provisão para perdas de crédito esperadas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9. Tributos a recuperar:	**2024**	**2023**
PIS/COFINS – exclusão do ICMS	**–**	91
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	**1.377**	–
INSS a recuperar	**405**	351
INSS retenção – lei 9.711/98	**971**	971
IRPJ/CSLL – ressarcimento (a)	**4.395**	–
Programa de integração social – PIS	**211**	–
Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS	**974**	–
CSLL sobre lucro – CSLL	**261**	–
ICMS a recuperar	**1.082**	1.234
Outros	**133**	–
	9.809	2.647
Circulante	**8.838**	1.676
Não circulante	**971**	971
	9.809	2.647

(a) Trata-se de pedido de habilitação de créditos de IRPJ e de CSLL sobre Selic reconhecidos por decisão transitada em julgado no processo judicial - mandado de segurança n. 5006776-60.2019.4.03.6105, conforme Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021 em 16/08/2024.

10. Intangível:

	Ágio	Marca	Relações Contratuais com Clientes	Acordo de Não Competitividade	Software	Carteira de Clientes	Projeto Intangível (a)	Total
Em 31/12/2022								
Saldo inicial	123.831	–	–	–	3.031	1.444	7.892	136.198
Aquisições	–	–	–	–	528	–	7.339	7.867
Transferências	–	34	–	–	6	–	–	40
Baixa	–	–	–	–	–	–	(27)	(27)
Amortização	–	(34)	–	–	(1.122)	(1.444)	(4.585)	(7.185)
Em 31/12/2023	123.831	–	–	–	2.443	–	10.619	136.893
Custo	126.451	12.669	25.018	15.365	16.645	6.580	40.774	243.502

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

AGV Logística S.A.

	Ágio	Marca	Relações Contratuais com Clientes	Acordo de Não Competitividade	Software	Carteira de Clientes	Projeto Intangível (a)	Total
Amortização acumulada	(2.620)	(12.669)	(25.018)	(15.365)	(14.202)	(6.580)	(30.155)	(106.609)
Saldo contábil líquido	123.831	–	–	–	2.443	–	10.619	136.893
Em 31/12/2023								
Saldo inicial	**123.831**	**–**	**–**	**–**	**2.443**	**–**	**10.619**	**136.893**
Aquisições	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.545**	**–**	**8.221**	**9.766**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Baixa	**–**	**–**	**–**	**–**	**(72)**	**–**	**–**	**(72)**
Amortização	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.059)**	**–**	**(6.476)**	**(7.535)**
Em 31/12/2024	**123.831**	**–**	**–**	**–**	**2.857**	**–**	**12.364**	**139.052**
Custo	**126.451**	**12.669**	**25.018**	**15.365**	**18.118**	**6.580**	**48.995**	**253.196**
Amortização acumulada	**(2.620)**	**(12.669)**	**(25.018)**	**(15.365)**	**(15.261)**	**(6.580)**	**(36.631)**	**(114.144)**
Saldo contábil líquido	**123.831**	**–**	**–**	**–**	**2.857**	**–**	**12.364**	**139.052**

A amortização dos ativos intangíveis, no montante de R$7.535 em 31/12/2024 (R$7.185 - 31/12/2023), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R$2.678 em "Custo dos serviços prestados" (R$1.935 em 31/12/2023), e (ii) R$4.857 (R$5.250 em 31/12/2023) em "Despesas administrativas e comerciais". (a) Projeto se refere a dispêndio com atividades de desenvolvimentos, manutenções ou aprimoramentos de sistemas próprios que tem como objetivo construir ferramentas de integração com os sistemas de nossos clientes, atendendo as necessidades especificas durante o processo rotineiro de suas operações e com prazo de amortização de dois anos. (b) R$40 transferência de item alocado como ativo imobilizado para intangível em 2023. Em 31/12/2024, em conexão com o processo de reorganização dos negócios de logística que está sendo conduzido pelo quotista controlador da Empresa, conforme mencionado na nota explicativa 1, o valor recuperável do ágio foi analisado com base no valor apresentado em compromisso firme recebido de terceiro. Em tal análise, não foram identificados indícios de que o valor recuperável estaria abaixo do valor contábil. Portanto, não houve necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024. **11. Imobilizado:**

	Veículos	Máquinas e equipamentos de armazenagem	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática e de telecomunicação	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Em 31/12/2022							
Saldo inicial	120	42.870	2.361	13.150	21.131	35	79.667
Aquisições (a)	–	10.334	593	3.645	14.983	71	29.626
Transferência (b)	–	874	–	(84)	(796)	(34)	(40)
Baixas, líquidas	–	–	–	(115)	(36)	(1)	(152)
Depreciação	(22)	(6.535)	(397)	(4.331)	(5.778)	–	(17.063)
Em 31/12/2023	98	47.543	2.557	12.265	29.504	71	92.038
Em 31/12/2023							
Custo	218	84.759	7.566	40.222	71.902	71	204.738
Depreciação acumulada	(120)	(37.216)	(5.009)	(27.957)	(42.398)	–	(112.700)
Saldo contábil, líquido	98	47.543	2.557	12.265	29.504	71	92.038
Em 31/12/2023							
Saldo inicial	98	47.543	2.557	12.265	29.504	71	92.038
Aquisições (a)	**–**	**2.522**	**249**	**3.627**	**6.778**	**3.010**	**16.186**
Transferência	**–**	**1.177**	**–**	**5**	**1.818**	**(3.000)**	**–**
Baixas, líquidas	**–**	**(21)**	**(34)**	**(9)**	**(7)**	**(81)**	**(152)**
Depreciação	**(23)**	**(7.493)**	**(401)**	**(4.350)**	**(7.769)**	**–**	**(20.036)**
Em 31/12/2024	**75**	**43.728**	**2.371**	**11.538**	**30.324**	**–**	**88.036**
Em 31/12/2024							
Custo	**218**	**88.437**	**7.781**	**43.845**	**80.491**	**–**	**220.772**
Depreciação acumulada	**(143)**	**(44.709)**	**(5.410)**	**(32.307)**	**(50.167)**	**–**	**(132.736)**
Saldo contábil, líquido	**75**	**43.728**	**2.371**	**11.538**	**30.324**	**–**	**88.036**

A despesa de depreciação, no montante de R$20.036 em 31/12/2024 (R$17.063 - 31/12/2023), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: R$18.650 em "Custo dos serviços prestados" (R$15.795 em 31/12/2023), e R$1.386 (R$1.268 em 31/12/2023) em "Despesas administrativas e comerciais". (a) As principais aquisições visam aumentar a eficiência e a capacidade de armazenamento, melhor gestão dos estoques, e garantir a plena disponibilidade de recursos para atender às necessidades dos novos clientes da Companhia. (b) R$40 transferência de item alocado como ativo imobilizado para intangível em 2023. **12. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento:** As movimentações de direito de uso de ativos e do passivo de arrendamento são demonstradas conforme quadro abaixo: Direito de uso de ativos:

	Imóveis	Total
Em 31/12/2022	235.494	235.494
Remensuração	40.606	40.606
Amortização	(39.464)	(39.464)
Em 31/12/2023	236.636	236.636
Remensuração	**36.977**	**36.977**
Amortização	**(40.932)**	**(40.932)**
Em 31/12/2024	**232.681**	**232.681**

Passivo de arrendamento:

	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31/12/2022			
Saldo inicial	260.227	–	260.227
Remensuração	40.606	–	40.606
(–) Pagamento de principal	(32.163)	–	(32.163)
(–) Pagamento de juros	(24.489)	–	(24.489)
(+) Provisão de juros	24.489	–	24.489
Em 31/12/2023	268.670	–	268.670
Circulante	35.690	–	35.690
Não circulante	232.980	–	232.980
Em 31/12/2023			
Saldo inicial	**268.670**	**–**	**268.670**
Remensuração	**36.977**	**–**	**36.977**
(–) Pagamento de principal	**(35.593)**	**–**	**(35.593)**
(–) Pagamento de juros	**(24.367)**	**–**	**(24.367)**
(+) Provisão de juros	**24.367**	**–**	**24.367**
Em 31/12/2024	**270.054**	**–**	**270.054**
Circulante	**35.397**	**–**	**35.397**
Não circulante	**234.657**	**–**	**234.657**

	2024	2023
2024	**–**	35.690
2025	**35.397**	31.231
2026	**33.865**	28.656
2027	**33.769**	28.157
2028 em diante	**167.023**	144.937
	270.054	268.670

13. Fornecedores:

	2024	2023
Fornecedores gastos gerais	**26.068**	20.807
Fornecedores de transporte – autônomos	**416**	660
Fornecedores de transporte – transportadoras	**8.612**	8.127
Fornecedores de imobilizado	**720**	2.096
Total	**35.816**	31.690
Passivo circulante	**32.588**	31.690
Passivo não circulante	**3.228**	–
	35.816	31.690

14. Tributos a pagar:

	2024	2023
ICMS Parcelamento	**457**	1.143
COFINS	**2.222**	2.483
ICMS	**3.695**	1.720
Contribuição Patronal	**916**	943
PIS	**481**	538
ISS	**739**	813
IRPJ	**–**	262
CSLL	**–**	285
Outros	**1.849**	1.409
	10.359	9.596
Circulante	**10.359**	9.139
Não circulante	**–**	457
	10.359	9.596

15. Salários e encargos sociais:

	2024	2023
Provisão para férias	**14.260**	12.992
Bônus a pagar	**6.750**	5.721
Salários a pagar	**612**	664
INSS a recolher	**1.579**	1.371
FGTS a recolher	**1.135**	1.022
IRRF a recolher	**1.329**	913
Outros	**443**	424
	26.108	23.107

16. Receita diferida: Em 29/07/2022, a Companhia firmou contrato com um cliente onde ficou acordado entre as partes o recebimento antecipado dos valores relacionados aos investimentos da operação de Consumer e Vision Care. Ambas as operações estão sendo prestadas na cidade de Extrema-MG desde abril de 2023. Abaixo os valores recebidos a título de reembolso referente aos investimentos iniciais, e que serão apropriados em 5 (cinco) anos conforme contrato:

	2024	2023
Circulante	**3.576**	2.567
Não circulante	**5.888**	8.455
	9.464	11.022

A apropriação é feita mensalmente e registrada como parte da receita do respectivo contrato celebrado com o cliente. **17. Provisões para contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, previdenciários e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais:

	2024	2023
Contingências trabalhistas e previdenciárias	**1.293**	822
Contingências tributárias e cíveis	**–**	1.760
Total	**1.293**	2.582

	Trabalhistas (a)	Tributárias e Cíveis (b)	Total
Saldo em 1º/01/2023	1.476	22.033	23.509
Adição	724	4.822	5.546
Reversão de provisão	(1.379)	(25.094)	(26.473)
Em 31/12/2023	821	1.761	2.582
Adição	**1.198**	**38**	**1.236**
Reversão de provisão	**(726)**	**(1.799)**	**(2.525)**
Em 31/12/2024	**1.293**	**–**	**1.293**

(a) Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. (b) Tributárias: referem-se principalmente a: relativos a processos de cobrança de tributos por parte de autoridades fiscais. Cíveis: referem-se basicamente a processos e pedidos de indenizações, ações declaratórias e reparação de danos materiais. Perdas possíveis não provisionadas: Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possíveis, no montante em 31/12/2024 de R$95.417 (R$86.734 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização Processo tributário 10830.726211/2018-94 parte União Federal, valor R$46.759, contingência possível, refere-se: terço de férias / demais verbas. Além de haver robusta prova documental de que os créditos fazem referência aos pagamentos classificados como "terço de férias", "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente", "aviso prévio indenizado" e "retenções na cessão de mão-de-obra", a jurisprudência (i) está pacificada, de forma favorável, em relação à não tributação dos "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente" e do "aviso prévio indenizado", (ii) está consolidada, de forma favorável, em relação à não tributação do "terço de férias" e (iii) está consolidada, de forma favorável, de que a imposição de retificação das GFIPs para reconhecimento dos créditos é ilegal. Por fim, a compensação dos créditos da retenção previdenciária incidente sobre as notas de prestação de serviços decorre de expressa previsão em lei. Processo tributário 1008626-02.2018.8.26.0053, parte SEFAZ SP, valor R$26.154, contingência possível, trata-se de Ação Anulatória visando ao cancelamento dos débitos de ICMS objeto do Auto de Infração nº 4.096.830-3. A autuação fiscal visa à cobrança de débitos de ICMS referentes ao período de 2012, 2013 e janeiro/2014, sob o argumento de que a Empresa teria se apropriado indevidamente de créditos do imposto destacado nas notas fiscais de remessa simbólica de produtos emitidas por contribuintes localizados em outras Unidades da Federação.CDA nº 1265142955 AIIM nº 40968303 em discussão na execução fiscal nº 1500608-23.2019.8.26.0659. **18. IRPJ e CSLL diferidos:**

	2024	2023
Ativo de IRPJ e CSLL diferidos		
Provisões para perdas, contingências e diversas	**19.754**	16.940
	19.754	16.940

A movimentação líquida da conta de IRPJ e CSLL diferidos é a seguinte:

Em 1º/01/2023	22.458
Movimentação de provisões para contingenciais e diversas	(5.518)
Em 31/12/2023	16.940
Movimentação de provisões para contingenciais e diversas	**2.814**
Em 31/12/2024	**19.754**

Os ativos de IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização dos respectivos benefícios fiscais por meio do lucro tributável futuro. Os valores estimados de recuperação pelos próximos anos são os seguintes:

	2024	2023
2024	**–**	5.140
2025	**7.716**	2.553
2026	**2.437**	2.553
2027	**2.437**	6.694
2028 em diante	**7.164**	–
	19.754	16.940

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2024 e 2023 é de R$209.563, dividido em 481.017 milhões ações ordinárias e 1.171 milhões ações preferenciais. Em 29/06/2024, ocorreu a cisão parcial da FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da AGV Logística S.A. foi cindido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda., passando este a ser o novo acionista controlador da Companhia. Ambas as empresas são pertencentes ao mesmo grupo econômico. A distribuição das ações representativas do capital social da Companhia, está demonstrada abaixo:

		2024
Acionista	**Tipo de ação**	**Quantidade**
CL Brasil Holding Ltda.	Ordinárias	**481.017**
CL Brasil Holding Ltda.	Preferenciais	**1.171**
		482.188

		2023
Acionista	**Tipo de ação**	**Quantidade**
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda.	Ordinárias	481.017
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda.	Preferenciais	1.171
		482.188

b) Reservas de lucros: *Reserva legal*: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados e aumentar capital. *Reserva de capital*: Refere-se a avaliação a valor justo das ações da Companhia emitidas no momento da aquisição da Companhia com os acionistas não controladores. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso para utilização como aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Durante o exercício findo em 31/12/2024, foram propostos R$10.724 como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia (R$15.650 em 31/12/2023), conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**45.152**	65.895
(–) Reserva legal (5%)	**(2.258)**	(3.295)
Base de cálculo	**42.894**	62.600
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**10.724**	15.650
Dividendos	**10.724**	15.650

(a) Em 31/12/2023, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante total de R$15.650, que foram pagos no decorrer de 2024. (b) Em 31/12/2024, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos do exercício no montante total de R$10.724, sendo o valor de R$6.501 pago no decorrer de 2024. **20. Receita líquida dos serviços prestados:** A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

			2024
	Armazenagem	**Transporte**	**Total**
Receita bruta	**420.511**	**286.994**	**707.505**
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	**(54.745)**	**(56.848)**	**(111.593)**
Receita líquida dos serviços prestados	**365.766**	**230.146**	**595.912**

			2023
	Armazenagem	**Transporte**	**Total**
Receita bruta	411.041	298.958	709.999
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(52.653)	(59.039)	(111.692)
Receita líquida dos serviços prestados	358.388	239.919	598.307

21. Abertura dos custos e despesas por natureza:

	2024	2023
Custo de fretes terceirizados	**(150.248)**	(160.270)
Depreciação e amortização	**(68.503)**	(63.712)
Despesa com pessoal	**(206.539)**	(187.138)
Despesa com utilidades	**(37.025)**	(35.112)
Serviço de terceiros	**(29.183)**	(25.375)
Despesas processuais	**(1.154)**	(622)
Insumos	**(17.041)**	(18.476)
Outros	**(5.075)**	18.245
Seguros	**(6.117)**	(4.556)
	(520.885)	(477.016)
Custo dos serviços prestados	**(466.624)**	(428.140)
Despesas gerais e administrativas	**(51.028)**	(47.119)
Despesas comerciais	**(3.233)**	(1.757)
	(520.885)	(477.016)

22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

	2024	2023
Resultado da venda de ativo imobilizado	**14**	29
Recuperação de despesas	**2.247**	418
Outras receitas (despesas) operacionais	**7.838**	(660)
	10.099	(213)

23. Resultado financeiro:

	2024	2023
IOF	**(486)**	(354)
Juros sobre contas a pagar	**(2.841)**	(2.168)
Juros sobre contingência	**–**	(1.736)
Juros sobre arrendamento	**(24.367)**	(24.489)
Outras despesas financeiras	**(259)**	(653)
Despesas financeiras	**(27.953)**	(29.400)
Descontos obtidos	**40**	75
Juros ativos	**1.472**	1.632
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	**5.805**	6.653
Receitas financeiras	**7.317**	8.360
Resultado financeiro, líquido	**(20.636)**	(21.040)

24. Despesa de IRPJ e CSLL: O imposto sobre o resultado da Companhia, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota nominal de imposto, como segue:

	2024	2023
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**64.490**	100.038
Imposto calculado à alíquota nominal (34%)	**(21.927)**	(34.013)
Exclusões e (adições) permanentes	**2.312**	(408)
Outros	**277**	278
Despesa de IRPJ e CSLL	**(19.338)**	(34.143)
IRPJ e CSLL corrente	**(22.152)**	(28.624)
IRPJ e CSLL diferido	**2.814**	(5.519)
	(19.338)	(34.143)
Alíquota efetiva	**30%**	34%

25. Resultado por ação: Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média de ações do exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivesse sido emitidas durante o período. Dessa forma, está sendo apresentado abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada, visto que não há diferença entre eles:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**45.152**	65.895
Média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais (milhares)	**482.188**	482.188
Lucro por ação (básico e diluído) em R$	**0,09**	0,14

26. Transações com partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Salários e outros benefícios de curto prazo	**1.532**	300
	1.532	300

b) Empréstimos a receber de partes relacionadas:

	2024	2023
3PL Brasil Logística S.A.	**17.874**	16.780
	17.874	16.780

Em 23/03/2019, a Companhia e a 3PL Brasil Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento inicial em 23/11/2019 e incidência de juros remuneratórios de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 4º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 29/08/2019, a Companhia e a 3PL Brasil Logística S.A, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento em 31/12/2020 e incidência de juros remuneratórios de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 3º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 20/12/2019, a Companhia e a 3PL Brasil Logística S.A, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$2.000, com vencimento em 31/12/2020 e incidência de juros remuneratórios de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31/12/2025, conforme 5º aditivo celebrado em 23/12/2024. Em 31/12/2024 o montante a receber relativo a estes contratos de mútuo era de R$17.186, foram provisionados R$1.094 de juros conforme contrato. As despesas compartilhadas são cobradas mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. A movimentação com empréstimos a partes relacionadas está demonstrada abaixo:

	Empréstimos	Cost Sharing	Total
Em 1º/01/2023	14.978	2.418	17.396
(+) Provisão de juros	1.094	–	1.094
(–) Recebimento	–	(1.710)	(1.710)
Em 31/12/2023	16.072	708	16.780
(+) Provisão de juros	**1.094**	**–**	**1.094**
Em 31/12/2024	**17.166**	**708**	**17.874**

c) Saldos a receber de alienação do investimento:

	2024	2023
3PLBrasil Logística S.A.(a)	**272**	272
	272	272

(a) Saldo incluído na rubrica de outros ativos no ativo circulante.

d) Dividendos a pagar:

	Dividendos
Em 1º/01/2023	22.786
(–) Pagamento	(10.084)
(+) Constituição	15.650
Em 31/12/2023	28.352
(–) Pagamento/Antecipação	(34.853)
(+) Constituição	10.724
Em 31/12/2024	**4.223**

	2024	2023
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda	**–**	28.352
CL Brasil Holding Ltda	**4.223**	–
	4.223	28.352

27. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31/12/2024 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. Os estoques de terceiros em nosso poder são suportados por apólice anual de seguros contratada pela Companhia. Os valores/volumes são apurados anualmente na renovação da apólice. A Companhia também pode operar com o seguro do Cliente, neste caso exige-se o certificado DDR (Dispensa do Direito de Regresso) que comprova a cobertura. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

DIRETORIA

Newton Marcelo Ferreira Andrade
Matheus Trinca Fernandes

CONTADOR

Fabio Soares de Oliveira - CRC nº 1SP254004/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **AGV Logística S.A.**, Vinhedo – SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da AGV Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

continuação

continuação

AGV Logística S.A.

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

Antonio Humberto Barros dos Santos
Sócio-Contador
CRC SP-161745/O

3PL Brasil Logística S.A.

CNPJ/MF nº 23.429.671/0001-78

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	**20.525**	17.245
Contas a receber de clientes	8	**72.367**	58.656
Tributos a recuperar	9	**614**	290
Despesas pagas antecipadamente		**3.004**	–
Outros ativos circulantes		**2.213**	3.136
		98.723	79.327
Não circulante			
Depósitos judiciais		**18**	13
IRPJ e CSLL diferidos	17	**3.592**	5.401
		3.610	5.414
Imobilizado	11	**21.265**	26.816
Direito de uso de ativos	12	**51.492**	60.417
Intangível	10	**23.797**	23.790
		96.554	111.023
		100.164	116.437
Total do ativo		**198.887**	195.764

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	13	**12.129**	9.631
Passivo de arrendamento	12	**20.997**	29.479
Salários e encargos sociais	14	**7.102**	11.328
Tributos a pagar	15	**5.154**	2.773
Partes relacionadas	25	**17.874**	16.780
Dividendos a pagar	25	**1.334**	2.300
Outros passivos circulantes		**4.368**	3.364
		68.958	75.655
Não circulante			
Passivo de arrendamento	12	**35.943**	38.548
Tributos a pagar	15	**–**	132
Provisão para contingências	16	**388**	284
		36.331	38.964
Total do passivo		**105.289**	114.619
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**71.138**	71.138
Reserva de capital		**468**	468
Reserva legal		**1.771**	954
Reserva de lucros		**3.889**	3.518
Lucros acumulados		**16.332**	5.067
Total do patrimônio líquido		**93.598**	81.145
Total do passivo e patrimônio líquido		**198.887**	195.764

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2024	2023
Receita liquida dos serviços prestados	19	**235.704**	227.202
Custo dos serviços prestados	20	**(199.017)**	(200.679)
Lucro bruto		**36.687**	26.523
Despesas gerais e administrativas	20	**(7.093)**	(9.250)
Despesas comerciais	20	**(470)**	(874)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	**1.222**	(172)
Lucro operacional		**30.346**	16.227
Receitas financeiras	22	**1.790**	1.742
Despesas financeiras	22	**(6.465)**	(7.803)
Resultado financeiro, líquido		**(4.675)**	(6.061)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**25.671**	10.166
IRPJ e CSLL correntes	23	**(7.530)**	(4.235)
IRPJ e CSLL diferidos	23	**(1.809)**	(864)
Lucro líquido do exercício		**16.332**	5.067
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia	24	**0,25**	0,08

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**16.332**	5.067
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**16.332**	5.067

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31/12/2022	71.138	468	701	4.975	–	77.282
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.067	5.067
Destinação dos Lucros						
Constituição reserva legal (5%)	–	–	253	–	(253)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	–	–	–	(1.204)	(1.204)
Lucros retidos	–	–	–	3.610	(3.610)	–
Em 31/12/2023	71.138	468	954	8.585	–	81.145
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**16.332**	**16.332**
Destinação dos Lucros						
Constituição reserva legal (5%)	**–**	**–**	**817**	**–**	**(817)**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	–	–	**–**	**(3.879)**	**(3.879)**
Lucros retidos	**–**	**–**	**–**	**11.636**	**(11.636)**	**–**
Em 31/12/2024	**71.138**	**468**	**1.771**	**20.221**	**–**	**93.598**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**25.671**	10.166
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização (Nota 10, Nota 11 e Nota 12)	**39.157**	39.425
Perda na alienação de ativo imobilizado	**133**	209
Constituição (reversão) de provisão para contingências	**104**	(264)
Reversão da provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8)	**(68)**	(80)
Juros e variações monetárias (Nota 12 e 25)	**6.290**	7.417
Redução (aumento) nas contas de ativo		
Contas a receber de clientes	**(13.643)**	(1.366)
Tributos a recuperar	**(324)**	138
Depósitos judiciais	**(5)**	21
Outros ativos operacionais	**923**	(83)
Despesas pagas antecipadamente	**(3.004)**	–
Aumento (redução) nas contas de passivo		
Fornecedores, incluindo partes relacionadas	**2.498**	(574)
Dividendo a pagar	**–**	1.204
Salários e encargos sociais	**(4.226)**	307
Tributos a pagar	**2.249**	89
Outros passivos operacionais	**1.004**	3
Juros pagos	**(5.196)**	(6.414)
IRPJ e CSLL pagos	**(7.530)**	(4.235)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**44.033**	45.963
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	**(3.873)**	(8.894)
Aquisições de intangível	**(341)**	(474)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4.214)**	(9.368)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas (Nota 25)	**–**	(1.711)
Amortização de arrendamentos (Nota 12)	**(31.694)**	(31.822)
Pagamento de dividendos (Nota 18)	**(4.845)**	(1.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(36.539)**	(34.737)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**3.280**	1.858
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	**17.245**	15.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	**20.525**	17.245

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A 3PL Logística S.A. ("Companhia" ou "3PL"), foi constituída em 07/10/2015 e está localizada em Cajamar - SP. É uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de bens de consumo, (f) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (g) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (h) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (i) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. Como parte do processo de reorganização dos negócios de logística do Grupo Solística, em 29/06/2024, ocorreu a cisão dos investimentos da até então controladora FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda, onde o acervo líquido da 3PL Brasil Logística S.A. foi transferido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda. ambas as empresas do mesmo grupo econômico. Não houve alteração no capital social e a nova controladora CL Brasil passou a deter as ações ordinárias e preferenciais da Empresa (Nota 18(a)). **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras**: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 17 de abril de 2025. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.2. Instrumentos financeiros**: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração subsequente*: Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) : Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abran- gentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. *Desreconhecimento*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas; • Contas a receber de clientes. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia possui política de provisão para perdas esperadas, conforme detalhado na nota 8. A estimativa do contas a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato. As premissas utilizadas dentro do modelo são: • Probabilidade de não conformidade; • Gravidade da perda; • Taxa de financiamento; • Taxa de recuperação especial; e • Exposição ao não cumprimento do pagamento. Para determinar a perda esperada do período, é incluída uma base de dados histórica de 25 meses de saldos a receber, por segregação da carteira e dos prazos atrasados no período de 30 dias. A Tesouraria da FEMSA (Controlador do Grupo, que inclui a controladora da Empresa) calcula trimestralmente a taxa de financiamento de cada país, no qual é atualizada no modelo de estimativa de contas incobráveis para determinar o fator de desconto e a gravidade da perda. Desta forma é captado a taxa especial de recuperação, que representa o percentual que a Companhia estima recolher da carteira em atraso com indícios de prejuízo, e com base em seu histórico de cobrança de saldos com mais de 150 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração*: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. *Mensuração subsequente*: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos) Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *Desreconhecimento*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**: Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3 • Imobilizado - Nota 2.10 • Ativos intangíveis - Nota 2.9 A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia determina sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. **2.5. Provisões**: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.6. Arrendamentos**: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Direito de uso de ativos: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de

continuação ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

3PL Brasil Logística S.A.

ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.7. Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8. Ativos intangíveis**: a) Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio das aquisições é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment* (Nota 10). b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9. Imobilizado**: Máquinas e equipamentos de armazenagem compreendem principalmente ativos que são utilizados na guarda, conservação e armazenagem das mercadorias objeto da prestação de serviços de armazenagem e logística, os quais estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Benfeitorias em propriedade de terceiros compreendem substancialmente melhorias realizadas em imóveis alugados para atender as necessidades das operações da Companhia, amortizadas linearmente pelo prazo do contrato de aluguel. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2024 e 2023 (anos)
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	4
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	5

As benfeitorias em propriedade de terceiros são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de aluguéis. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, quando houver algum indicativo de mudanças nas condições de uso desses ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre o valor das alienações e o respectivo valor contábil do ativo alienado e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11. IRPJ e CSLL correntes e diferidos**: IRPJ e CSLL - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam vigentes no fim do exercício. IRPJ e CSLL correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.12. Benefícios a empregados**: O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.13. Reconhecimento da receita**: A receita compreende o valor justo da venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. a) Prestação de serviços: A Companhia presta serviços logísticos integrados compreendendo transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como saúde animal, saúde humana, produtos químicos, serviços financeiros, bens de consumo, telecomunicações, eletroeletrônicos, informática, etc. A receita de prestação de serviços de armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas é reconhecida no período em que os serviços são prestados, ou seja, é efetuado o levantamento do período efetivo da prestação de serviços independentemente da data de faturamento destes serviços, e a receita é estimada e devidamente reconhecida contabilmente até a data do balanço. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. c) Demais receitas e despesas: São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa**: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) : Esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. As seguintes normas foram alteradas, no entanto, não se espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e em empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário) : A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nos negócios da Companhia se um ativo não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de serem exercidos. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. a) Risco de mercado: *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*: Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que decorre de empréstimos de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento: Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31/12/2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	**12.129**	**–**	**–**
Passivo de arrendamento	**25.027**	**17.454**	**23.205**
Outros passivos	**4.368**	**–**	**–**
Partes relacionadas	**17.874**	**–**	**–**
	59.398	**17.454**	**23.205**

Em 31/12/2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	9.631	–	–
Passivo de arrendamento	33.688	19.623	22.658
Outros passivos	3.364	–	–
Partes relacionadas	16.780	–	–
	63.463	19.623	22.658

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment),* esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

		2024		2023	
	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2	**20.525**	**20.525**	17.245	17.245
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2	**72.367**	**72.367**	58.656	58.656
Outros ativos	Nível 2	**2.213**	**2.213**	3.136	3.136
		95.105	**95.105**	79.037	79.037

		2024		2023	
	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	**12.129**	**12.129**	9.631	9.631
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2	**56.940**	**56.940**	68.027	68.027
Dividendos a pagar	Nível 2	**1.334**	**1.334**	2.300	2.300
Partes relacionadas	Nível 2	**17.874**	**17.874**	16.780	16.780
Outros passivos	Nível 2	**4.368**	**4.368**	3.364	3.364
		92.645	**92.645**	100.102	100.102

5. Instrumentos financeiros por categoria:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	**20.525**	17.245
Ativos ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	**72.367**	58.656
Partes relacionadas	**2.545**	–
Outros ativos	**5.218**	3.136
	100.655	79.037
	2024	**2023**
Passivos financeiros		
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	**12.129**	9.631
Dividendos a pagar	**1.334**	2.300
Passivo de arrendamento	**56.940**	68.027
Partes relacionadas	**17.874**	16.780
Outros passivos	**1.335**	274
	89.612	97.012

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2024	2023
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
A	**46.629**	52.400
B	**18.548**	1.651
C	**7.564**	5.047
	72.741	59.098

Risco A - Baixo Risco de Inadimplência: Sacados ("clientes") vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, tratam-se de clientes que tem serviços já performados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. Risco B - Médio Risco de Inadimplência: Sacados vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração dos processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas dos documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. Risco C - Alto Risco de Inadimplência: Sacados que já foram constituídos em provisão para perdas de crédito esperadas e que terão processos judiciais arrolados para tratativas.

	2024	2023
Conta–corrente e depósitos bancários de curto prazo		
A–	**11.475**	–
AA–	**94**	–
B	**1.605**	8.320
BB+	**7.261**	–
F2	**90**	8.925
	20.525	17.245

Classificamos a qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo de acordo com o mapeamento das escalas de rating da Fitch. Desta forma, a maior parte destes depósitos se enquadra entre as classificações AAA e BB-, onde reflete a menor expectativa de risco de inadimplência.

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Recursos em banco e em caixa	**1.789**	5.064
Aplicações financeiras de curto prazo	**18.736**	12.181
	20.525	17.245

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações compromissadas e CDBs de liquidez diária que rendem 101% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (65% em 2021).

8. Contas a receber de clientes:

	2024	2023
Contas a receber de clientes	**72.741**	59.098
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(374)**	(442)
	72.367	58.656

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 74 dias (57 dias em 2023).

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2024	2023
A vencer	**67.542**	52.383
Vencidos:		
Até 30 dias	**4.059**	4.356
De 31 a 60 Dias	**317**	1.124
De 61 a 90 Dias	**100**	446
De 91 a 120 Dias	**66**	201
De 121 a 180 Dias	**171**	192
De 181 a 365 Dias	**154**	68
Acima 365 dias	**332**	328
	72.741	59.098

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas são as seguintes:

Em 31/12/2022	522
(+) Provisão constituída durante o exercício	5.619
(–) Reversão de provisão para perdas devido recebimento	(5.699)
Em 31/12/2023	442
(+) Provisão constituída durante o exercício	**5.332**
(–) Reversão de provisão para perdas devido recebimento	**(5.400)**
Em 31/12/2024	**374**

Em 31/12/2024, três clientes representavam 32% das receitas totais (em 31/12/2023, três clientes representavam 34% das receitas totais). **9. Tributos a recuperar:**

	2024	2023
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	**49**	–
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	**243**	221
Programa de integração social – PIS	**11**	–
CSLL sobre o lucro – CSLL	**111**	48
ICMS a recuperar	**189**	–
INSS a recuperar	**11**	21
	614	290

10. Intangível:

	Ágio	Software	Outros	Total
Em 31/12/2022				
Saldo inicial	23.105	338	–	23.443
(+) Aquisição	–	344	131	475
(+/–) Transferências (a)	–	112	–	112
(–) Amortização	–	(240)	–	(240)
Saldo contábil líquido	23.105	554	131	23.790
Em 31/12/2023				
(+) Custo	23.105	2.083	131	25.319
(–) Amortização acumulada	–	(1.529)	–	(1.529)
	23.105	554	131	23.790
Saldo contábil líquido	23.105	554	131	23.790
Em 31/12/2023				
Saldo inicial	23.105	554	131	23.790
(+) Aquisição	**–**	**6**	**335**	**341**
(–) Baixa	**–**	**(40)**	**–**	**(40)**
(–) Amortização	**–**	**(187)**	**(107)**	**(294)**
Saldo contábil líquido	**23.105**	**333**	**359**	**23.797**
Em 31/12/2024				
(+) Custo	**23.105**	**2.049**	**466**	**25.620**
(–) Amortização acumulada	**–**	**(1.716)**	**(107)**	**(1.823)**
	23.105	**333**	**359**	**23.797**

A amortização dos ativos intangíveis, no montante de R$294 em 31 de dezembro 2024 (R$240 - 31/12/2023), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R$112 em "Custo dos serviços prestados" (R$24 em 31/12/2023), e (ii) R$182 em "Despesas administrativas e comerciais" (R$216 em 31/12/2023). (a) R$112 transferência de item alocado como ativo imobilizado para intangível em 2023. Em 31/12/2024, em conexão com o processo de reorganização dos negócios de logística que está sendo conduzido pelo quotista controlador da Empresa, conforme mencionado na nota explicativa 1, o valor recuperável do ágio foi analisado com base no valor apresentado em compromisso firme recebido de terceiro. Em tal análise, não foram identificados indícios de que o valor recuperável estaria abaixo do valor contábil. Portanto, não houve necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024.

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

3PL Brasil Logística S.A.

11. Imobilizado:

	Veículos	Máquinas e equipamentos de armazenagem	Moveis e Utensílios	Equipamento de informática e de telecomunicação	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Em 31/12/2023							
Saldo inicial	123	14.573	1.062	4.700	5.813	–	26.271
(+) Aquisições	–	1.519	396	2.321	2.801	1.857	8.894
(+/–) Transferência (a)	–	(78)	–	(112)	78	–	(112)
(–) Baixas, líquidas	–	(114)	(48)	(21)	(26)	–	(209)
(–) Depreciação	(23)	(3.455)	(178)	(1.688)	(2.684)	–	(8.028)
Saldo contábil, líquido	100	12.445	1.232	5.200	5.982	1.857	26.816
Em 31/12/2024							
Saldo inicial	**100**	**12.445**	**1.232**	**5.200**	**5.982**	**1.857**	**26.816**
(+) Aquisições	**47**	**570**	**123**	**750**	**2.314**	**69**	**3.873**
(+/–) Transferência (a)	**–**	**766**	**136**	**212**	**812**	**(1.926)**	**–**
(–) Baixas, líquidas	**–**	**(27)**	**(19)**	**(47)**	**–**	**–**	**(93)**
(–) Depreciação	**(33)**	**(2.989)**	**(213)**	**(1.837)**	**(4.259)**	**–**	**(9.331)**
Saldo contábil, líquido	**114**	**10.765**	**1.259**	**4.278**	**4.849**	**–**	**21.265**

(a) R$112 transferência de item alocado como ativo imobilizado para intangível em 2023. A despesa de depreciação, no montante de R$9.331 em 31 de dezembro 2024 (R$8.028 em 31 de dezembro 2023), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R$8.614 em "Custo dos serviços prestados" (R$7.382 em 31/12/2023), e (ii) R$717 em "Despesas administrativas e comerciais" (R$764 em 31/12/2023). **12. Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamentos:** As movimentações de direito de uso de ativos e do passivo de arrendamento são demonstradas conforme quadro abaixo: Direito de uso de ativos:

	Imóveis
Em 31/12/2022	79.280
(+) Adição/Remensuração	12.294
(–) Amortização	(31.157)
Em 31/12/2023	60.417
(+) Adição/Remensuração	**20.607**
(–) Amortização	**(29.532)**
Em 31/12/2024	**51.492**

Passivo de arrendamento:

	Imóveis	
	2024	**2023**
Saldo inicial	**68.027**	87.555
(+) Adição/Remensuração	**20.607**	12.294
(–) Pagamento de principal	**(31.694)**	(31.822)
(–) Pagamento de juros	**(5.196)**	(6.414)
(+) Provisão de juros	**5.196**	6.414
Saldo final	**56.940**	68.027
Circulante	**20.997**	29.479
Não circulante	**35.943**	38.548
	56.940	68.027

	2024	2023
2024	**–**	29.479
2025	**20.997**	17.462
2026	**14.787**	11.087
2027	**12.515**	8.529
2028	**5.846**	1.470
2029	**2.795**	–
	56.940	68.027

13. Fornecedores:

	2024	2023
Fornecedores gastos gerais	**9.846**	5.528
Fornecedores de transporte – transportadoras	**1.917**	2.637
Fornecedores de imobilizados	**237**	1.307
Fornecedores de transporte – autônomos	**129**	159
	12.129	9.631

14. Salários e encargos sociais:

	2024	2023
Provisão para férias	**4.699**	5.217
Salários a pagar	**1.177**	4.384
INSS a recolher	**505**	613
FGTS a recolher	**384**	415
IRRF a recolher	**183**	537
Outros	**154**	162
	7.102	11.328

15. Tributos a pagar:

	2024	2023
ICMS	**1.778**	919
PIS/COFINS	**1.188**	915
CPRB	**383**	329
Outros	**999**	519
ISS	**264**	223
IRPJ	**470**	–
CSLL	**72**	–
	5.154	2.905
Circulante	**5.154**	2.773
Não circulante	**–**	132
	5.154	2.905

16. Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	2024	2023
Trabalhistas (a)	**388**	284
	388	284

(a) Trabalhistas: referem-se basicamente a cobrança de horas, adicionais de insalubridade e periculosidade, bem como todos os reflexos, como férias, 13º salário, FGTS.

	Trabalhistas (a)	Tributárias e Cíveis	Total
Saldo em 1º/01/2023	453	95	548
(+) Adição	340	15	355
(–) Reversão de provisão	(509)	(110)	(619)
Em 31/12/2023	284	–	284
(+) Adição	**608**	**–**	**608**
(–) Reversão de provisão	**(504)**	**–**	**(504)**
Em 31/12/2024	**388**	**–**	**388**

Perdas possíveis não provisionadas: Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possíveis e remotos no montante em 31/12/2024 de R$925 (R$328 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **17. IRPJ e CSLL diferidos:** O saldo de IRPJ e CSLL diferido ativo apresenta-se como segue:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Provisões de fretes	**652**	896
Provisões de bônus e metas	**329**	1.418
Arrendamentos	**1.853**	2.587
Outras provisões	**758**	500
IRPJ e CSLL diferido ativo	**3.592**	5.401

A expectativa da administração é que as diferenças temporárias sejam realizadas até 2029. **18. Patrimônio líquido**: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2024 e 2023 é de R$71.138, dividido em 64.389 milhões ações ordinárias e 820 mil ações preferenciais. Em 29/06/2024, ocorreu a cisão parcial da FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda., onde o acervo líquido da 3PL Brasil Logística S.A. foi cindido para o controle acionário da CL Brasil Holding Ltda, passando este a ser o novo acionista controlador da Companhia. Ambas as empresas são pertencentes ao mesmo grupo econômico. A distribuição das ações representativas do capital social da Companhia, está demonstrada abaixo:

		2024
Acionista	**Tipo de ação**	**Quantidade**
CL Brasil Holding Ltda.	Ordinárias	**64.389**
CL Brasil Holding Ltda.	Preferenciais	**820**
		65.209

2023		
Acionista	**Tipo de ação**	**Quantidade**
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda.	Ordinárias	**64.389**
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda.	Preferenciais	**820**
		65.209

b) Reservas de lucros: *Reserva legal*: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados e aumentar capital. *Reserva de capital*: Refere-se a avaliação a valor justo das ações da Companhia emitidas no momento da aquisição da Companhia com os acionistas não controladores. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso para utilização em aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Em 31/12/2023, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos de exercício anterior no montante total de R$1.204. Em 31/12/2024, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos de exercício anterior no montante total de R$3.879, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**16.332**	5.067
(–) Reserva legal (5%)	**(817)**	(253)
Base de cálculo	**15.515**	4.814
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**3.879**	1.204
Dividendos	**3.879**	1.204

19. Receita líquida dos serviços prestados: A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

			2024
	Armazenagem	**Transporte**	**Total**
Receita bruta	**186.952**	**92.082**	**279.034**
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	**(24.329)**	**(19.001)**	**(43.330)**
Receita líquida dos serviços prestados	**162.623**	**73.081**	**235.704**

			2023
	Armazenagem	**Transporte**	**Total**
Receita bruta	174.764	95.077	269.841
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(22.993)	(19.646)	(42.639)
Receita líquida dos serviços prestados	151.771	75.431	227.202

20. Abertura dos custos e despesas por natureza:

	2024	2023
Custo de fretes terceirizados	**(60.758)**	(59.147)
Depreciação e amortização	**(39.157)**	(39.425)
Despesa com pessoal	**(74.021)**	(78.079)
Despesa com utilidades	**(12.966)**	(13.196)
Serviço de terceiros	**(9.213)**	(7.373)
Despesas processuais	**(515)**	(300)
Insumos	**(5.839)**	(7.937)
Seguros	**(1.762)**	(1.307)
Outras despesas	**(2.349)**	(4.039)
	(206.580)	(210.803)
Custo dos serviços prestados	**(199.017)**	(200.679)
Despesas gerais e administrativas	**(7.093)**	(9.250)
Despesas comerciais	**(470)**	(874)
	(206.580)	(210.803)

21. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

	2024	2023
Ganho na venda de ativo imobilizado	**–**	25
Recuperação de despesa	**1.242**	113
Outras despesas operacionais	**(20)**	(310)
	1.222	(172)

22. Resultado financeiro:

	2024	2023
IOF	**(70)**	**(68)**
Juros com partes relacionadas (Nota 25.b)	**(1.094)**	**(1.003)**
Juros sobre contas a pagar	**(77)**	**(145)**
Juros sobre arrendamentos	**(5.196)**	**(6.405)**
Outras despesas financeiras	**(28)**	**(182)**
Despesa financeira	**(6.465)**	**(7.803)**
Descontos obtidos	**1**	**73**
Juros ativo	**274**	**96**
Rendimento de aplicações financeiras	**1.515**	**1.573**
Receita financeira	**1.790**	**1.742**
Resultado financeiro	**(4.675)**	**(6.061)**

23. Despesa de IRPJ e CSLL: O imposto sobre o resultado da Companhia, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota nominal de imposto, como segue:

	2024	2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**25.671**	10.166
Imposto calculado à alíquota nominal (34%)	**(8.728)**	(3.456)
Participação dos administradores	**(428)**	–
Outras adições permanentes	**(370)**	(554)
Arrendamentos	**–**	(1.335)
Outras exclusões permanentes	**187**	246
Despesa de IRPJ e CSLL	**(9.339)**	(5.099)
IRPJ e CSLL corrente	**(7.530)**	(4.235)
IRPJ e CSLL diferido	**(1.809)**	(864)
	(9.339)	(5.099)
Alíquota efetiva	**36%**	34%

24. Resultado por ação: Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média de ações do exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivesse sido emitidas durante o período. Dessa forma, apresenta abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada, visto que não há diferença entre eles:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**16.332**	5.067
Quantidade de ações (milhares)	**65.209**	65.209
Lucro líquido por ação – básico e diluído – em R$	**0,25**	0,08

25. Saldos e transações com partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Salários e outros benefícios de curto prazo	**712**	695
	712	695

b) Empréstimos a pagar de partes relacionadas:

	2024	2023
AGV Logística S.A.	**17.874**	16.780
	17.874	16.780

Em 23/03/2019, a Companhia e a AGV Logística S.A, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento inicial em 23/11/2019 e incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 4º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 29/08/2019, a Companhia e a AGV Logística S.A, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$5.000, com vencimento em 31/12/2021 e incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês. As partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 3º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 20/12/2019, a Companhia e a AGV Logística S.A, celebraram contrato de mútuo, no montante de R$2.000, com vencimento em 31/12/2021 e incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês. AS partes resolveram alterar o vencimento para o dia 31/12/2025, conforme 5º aditivo celebrado em 24/12/2024. Em 31/12/2024, o montante total a pagar era de R$ 17.168, foram provisionados R$ 1.094 de juros conforme contrato. As despesas compartilhadas são cobradas mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. As movimentações com empréstimos de partes relacionadas despesas compartilhadas, estão demonstradas abaixo:

	Empréstimos	*Cost Sharing*	Total
Em 31/12/2022	15.071	2.417	17.488
(+) Provisão de juros	1.003	–	1.003
(–) Pagamento	–	(1.711)	(1.711)
Em 31/12/2023	16.074	706	16.780
(+) Provisão de juros	**1.094**		**1.094**
(–) Pagamento	**–**	**–**	**–**
Em 31/12/2024	**17.168**	**706**	**17.874**

c) Contas a pagar por aquisição de ações:

	2024	2023
AGV Logística S.A.	**272**	272
	272	272

Em 01/09/2017, foram adquiridas pela Companhia 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão e de titularidade da AGV Logística S.A., por R$272, para manutenção em tesouraria. d) Dividendos a pagar:

	Dividendos
Em 1º/01/2023	1.096
(+) Constituição	1.204
Em 31/12/2023	2.300
(–) Pagamento/Antecipação	(4.845)
(+) Constituição	3.879
Em 31/12/2024	**1.334**

	2024	2023
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda	**–**	2.300
CL Brasil Holding Ltda	**1.334**	–
	1.334	2.300

26. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31/12/2024 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. Os estoques de terceiros em nosso poder são suportados por apólice anual de seguros contratada pela Companhia. Os valores/volumes são apurados anualmente na renovação da apólice. A Companhia também pode operar com o seguro do cliente, neste caso exige-se o certificado DDR (Dispensa do Direito de Regresso) que comprova a cobertura. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

DIRETORIA
Newton Marcelo Ferreira Andrade
Matheus Trinca Fernandes

CONTADOR
Fabio Soares de Oliveira - CRC nº 1SP254004/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **3PL Brasil Logística S.A.,** Cajamar – SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da 3PL Brasil Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

Antonio Humberto Barros dos Santos
Sócio - Sócio
CRC SP-161745/O

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

Progen S.A.

CNPJ/MF nº 57.748.204/0001-22

Balanços Patrimoniais individuais e consolidados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	109.374.774	138.841.509	110.891.310	140.241.178
Contas a receber de clientes	11	485.894.244	436.382.930	663.470.283	439.084.782
Tributos a recuperar	13	50.715.483	22.688.466	53.168.548	23.386.607
Adiantamentos	12	266.992.061	21.941.881	270.278.524	24.895.447
Despesas antecipadas		4.829.317	3.378.623	4.829.317	3.378.623
		917.805.879	**623.233.409**	**1.102.637.982**	**630.986.637**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	23.882.201	57.283.817	27.409.518	57.283.817
Partes relacionadas	23	385.357.555	235.736.031	381.154.800	231.706.145
Bloqueios e depósitos judiciais	22	4.259.448	4.281.589	4.259.484	4.281.623
Imposto diferido	14	22.216.775	5.643.526	29.642.040	5.704.036
Despesas antecipadas		6.850.976	2.301.203	6.850.976	2.301.203
Investimentos	15	67.880.000	4.870.531	532.352	2.207.526
Imobilizado	16	41.677.525	33.150.361	42.674.739	33.155.431
Intangível	17	1.437.165	793.646	1.437.165	793.646
Direito de Uso	18	7.748.162	3.159.674	11.390.755	3.159.674
		561.309.807	**347.220.378**	**505.351.829**	**340.593.101**
Total do ativo		**1.479.115.686**	**970.453.787**	**1.607.989.811**	**971.579.738**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Fornecedores		31.314.997	30.539.571	43.867.288	30.600.932
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	285.002.628	138.149.550	335.613.831	138.149.550
Arrendamentos	20	2.034.415	411.586	3.771.939	411.586
Instrumentos Financeiros		117.248	–	117.248	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	132.897.765	123.419.223	162.526.802	124.908.175
Provisão de férias e encargos sociais	21	63.964.433	68.789.861	75.416.041	69.212.774
Adiantamentos	12	52.743.871	52.427.978	66.582.983	52.712.890
Dividendos e JCP a pagar	24	39.471.256	28.735.027	39.471.256	28.735.027
Outras contas a pagar		2.051.468	3.172.272	3.100.563	4.191.624
		609.598.081	**445.645.068**	**730.467.951**	**448.922.558**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	445.014.630	214.339.680	445.014.630	214.339.680
Arrendamentos	20	4.662.843	3.062.443	6.418.496	3.062.443
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	83.727.636	78.616.043	104.524.357	78.638.394
Partes relacionadas	23	12.377.001	59.782	–	–
Provisão para perda de investimento	15	2.172.373	2.114.020	–	–
Provisão para demandas judiciais	22	32.129.887	9.670.368	32.129.887	9.670.368
		580.084.370	**307.862.336**	**588.087.370**	**305.710.885**
Patrimônio líquido					
Capital social	24	57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612
Reserva legal		11.536.122	10.555.893	11.536.122	10.555.893
Reserva de lucros		218.704.782	147.198.159	218.704.782	147.198.159
Ajustes acumulados de conversão		1.511.719	1.511.719	1.511.719	1.511.719
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**289.433.235**	**216.946.383**	**289.433.235**	**216.946.383**
Participação dos acionistas não controladores		**–**	–	1.255	(88)
		289.433.235	**216.946.383**	**289.434.490**	**216.946.295**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.479.115.686**	**970.453.787**	**1.607.989.811**	**971.579.738**

Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita operacional líquida	25	**1.259.487.961**	**1.304.695.398**	**1.537.843.288**	**1.315.844.657**
Custo dos serviços prestados	26	(1.093.215.051)	(1.067.774.149)	(1.287.020.075)	(1.076.640.697)
Lucro bruto		**166.272.910**	**236.921.249**	**250.823.213**	**239.203.960**
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	26	(87.083.570)	(69.534.919)	(97.573.097)	(69.685.746)
Equivalência patrimonial	15	58.477.546	1.168.188	(916.936)	(398.443)
Outras receitas (despesas) operacionais		27.868.659	17.560.314	27.927.722	17.579.098
		(737.365)	**(50.806.417)**	**(70.562.311)**	**(52.505.091)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	33.726.839	23.225.443	33.831.769	23.243.329
Despesas financeiras	27	(96.624.828)	(85.403.988)	(97.785.747)	(85.486.113)
		(62.897.989)	**(62.178.546)**	**(63.953.977)**	**(62.242.785)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**102.637.556**	**123.936.287**	**116.306.925**	**124.456.086**
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	–	(45.542.974)	(235.822)	(46.076.796)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(6.315.162)	2.529.529	(19.747.366)	2.564.519
Lucro líquido do exercício		**96.322.394**	**80.922.842**	**96.323.737**	**80.943.808**
Acionistas controladores		**96.322.394**	80.922.842	96.322.394	80.922.842
Acionistas não controladores		–	–	1.343	20.966
Lucro líquido do exercício		**96.322.394**	**80.922.842**	**96.323.737**	**80.943.808**
Lucro por ação		**166,99**	**140,29**	**166,99**	**140,29**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**96.322.394**	**80.922.842**	**96.323.737**	**80.943.808**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**96.322.394**	**80.922.842**	**96.323.737**	**80.943.808**
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	96.322.394	80.922.842	96.322.394	80.922.842
Não controladores	–	–	1.343	20.966
	96.322.394	**80.922.842**	**96.323.737**	**80.943.808**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**96.322.394**	**80.922.842**	**96.322.394**	**80.922.842**
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes					
Depreciação e amortização	16 e 17	10.554.038	8.760.565	10.578.989	8.766.801
Amortização de arrendamentos	18	2.075.937	1.470.921	2.562.765	1.470.921
Resultado de equivalência	15	(58.483.487)	(1.168.399)	916.936	398.443
Provisão para gratificações		3.036.096	2.316.480	3.036.096	2.316.480
Outros resultados com investimento e não controladores		–	–	–	(210)
Provisão imposto diferido – IRPJ e CSLL		(16.573.249)	(332.955)	(23.938.004)	(367.945)
Juros, variações monetárias e cambiais		(7.254.292)	170.616	(7.261.564)	170.616
Dividendos a pagar	24	–	19.219.175	–	19.219.175
Juros sobre empréstimos	19	80.819.629	41.772.482	81.688.087	41.772.482
Custas sobre empréstimos		(3.820.918)	–	(3.820.918)	–
Juros sobre arrendamentos	20	–	235.925	–	235.925
Juros provisionados	23	(20.458.544)	(14.521.683)	(20.458.544)	(14.521.683)
Crédito tributário – contribuições previdenciárias INSS		(19.133.326)	–	(19.133.326)	–
Descaracterização e remensuração arrendamento – IFRS 16	20	(1.635.035)	(221.942)	(1.775.355)	(221.942)
Passivo de arrendamento- Adoção IFRS 16	20	–	2.592.635	–	2.592.635
Baixa de ativo imobilizado e intangível	16 e 17	96.694	2.666.541	96.694	2.666.542
Ganho/perda na venda de imobilizado	16	102.111	(28.545)	102.111	(28.545)
Provisão de contencioso	22	22.459.519	6.217.294	22.459.519	6.217.294
Decréscimo/acréscimo nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	11	(16.109.698)	(135.995.581)	(194.511.202)	(137.483.973)
Tributos a recuperar	13	(28.027.017)	(671.994)	(29.781.941)	(941.327)
Adiantamentos	12	(245.050.180)	15.971.567	(245.383.078)	14.784.240
Despesas antecipadas		(6.000.467)	(2.092.347)	(6.000.467)	(2.092.347)
Bloqueios e depósitos judiciais	22	22.141	(998.123)	22.139	(998.121)
Decréscimo/acréscimo nos passivos operacionais					
Fornecedores		366.011	8.082.276	12.856.943	8.004.722
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	33.844.303	19.837.493	93.872.435	21.280.507
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(318.659)	(13.233.110)	(396.369)	(13.524.682)
Outras contas a pagar		(1.120.804)	(907.049)	(1.091.062)	(908.111)
Adiantamentos	12	315.893	39.220.919	13.870.093	39.505.831
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(173.970.911)**	**79.286.003**	**(215.166.629)**	**79.236.571**
Das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(19.929.526)	(16.491.292)	(20.946.623)	(16.491.295)
Direito de uso – IFRS 16	18	(7.853.605)	(2.496.378)	(11.908.355)	(2.496.378)
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	15	(5.225.870)	–	–	–
Recebimento de dividendos das investidas	15	758.240	665.597	758.240	665.597
Recebimento da venda de ativo imobilizado	16	6.000	480.000	6.000	480.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**(32.244.761)**	**(17.842.073)**	**(32.090.738)**	**(17.842.076)**
Das atividades de financiamento com terceiros					
Captações de empréstimos, financiamentos, debêntures e FIDC	19	867.826.381	233.179.342	953.175.456	233.179.342
Instrumentos derivativos		117.248	–	117.248	–
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e FIDC	19	(494.769.876)	(153.809.562)	(530.376.205)	(153.809.562)
Pagamentos de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(72.527.188)	(42.069.512)	(72.527.188)	(42.069.512)
Passivo de arrendamento – IFRS 16	20	8.688.107	–	12.890.625	–
Pagamentos de arrendamentos	20	(1.806.161)	(1.529.709)	(2.293.056)	(1.529.709)
Pagamentos de juros s/ arrendamentos	20	(834.502)	(235.925)	(991.300)	(235.925)
Partes relacionadas	23	–	(99.372.779)	–	(94.030.651)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com terceiros		**306.694.009**	**(63.838.144)**	**359.995.580**	**(58.496.016)**
Das atividades de financiamento com acionistas/intercompany					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24	(13.099.311)	(31.450.133)	(13.099.313)	(31.450.133)
Partes relacionadas	23	(116.845.761)	–	(128.990.111)	(4.508.108)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com acionistas		**(129.945.072)**	**(31.450.133)**	**(142.089.424)**	**(35.958.241)**
Participação dos acionistas não controladores		–	–	1.343	20.851
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(29.466.735)**	**(33.844.348)**	**(29.349.868)**	**(33.038.911)**
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	138.841.509	172.685.857	140.241.178	173.280.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	109.374.774	138.841.509	110.891.310	140.241.178
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(29.466.735)**	**(33.844.348)**	**(29.349.868)**	**(33.038.911)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Estatutária	Reserva de Lucros: Reserva para investimentos e capital de giro	Ajuste acumulado de conversão	Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**57.680.612**	**6.509.751**	**16.995.852**	**72.544.782**	**1.511.719**	**–**	**155.242.716**	**(20.939)**	**155.221.777**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	80.922.842	–	20.851	20.851
Reserva Legal	–	4.046.142	–	–	–	(4.046.142)	4.046.142	**–**	4.046.142
Reserva Estatutária	–	–	11.531.505	–	–	(11.531.505)	11.531.505	**–**	11.531.505
Reserva para investimentos e capital de giro	–	–	–	65.345.195	–	(24.181.915)	65.345.195	**–**	65.345.195
Distribuição de dividendos	–	–	–	(19.219.175)	–	(19.219.175)	(19.219.175)	**–**	(19.219.175)
Juros s/ capital próprio deliberados	–	–	–	–	–	(21.944.105)	–	**–**	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**57.680.612**	**10.555.893**	**28.527.358**	**118.670.801**	**1.511.719**	**–**	**216.946.383**	**(88)**	**216.946.295**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	96.322.394	–	1.343	1.343
Reserva Legal	–	980.229	–	–	–	(980.229)	980.229	**–**	980.229
Reserva Estatutária	–	–	14.301.325	–	–	(14.301.325)	14.301.325	**–**	14.301.325
Reserva para investimentos e capital de giro	–	–	–	57.205.298	–	(57.205.298)	57.205.298	**–**	57.205.298
Distribuição de dividendos	–	–	–		–	(23.835.542)		**–**	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**57.680.612**	**11.536.122**	**42.828.683**	**175.876.099**	**1.511.719**	**–**	**289.433.235**	**1.255**	**289.434.490**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

1. Contexto operacional – A **Progen S.A.** ("Companhia") é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia são: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura e, incluindo, mas não se limitando a todas as atividades técnicas das áreas de processos, mecânica, civil, arquitetura e urbanismo, elétrica e instrumentação. Também atua em serviços de obras, serviços comerciais, de energia, manutenção de alta, média e baixa tensão, em subestações, linhas de transmissão e atendimentos de emergência. A Progen, pode ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio. A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo-SP, Largo do Arouche e filiais em quinze cidades do Brasil. **1.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 31 de março de 2025. **2. Demonstrações contábeis consolidadas – 2.1. Empresas controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas. Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas: **1. Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda**.: prestação de serviços de projeto, consultoria, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia de infraestrutura aeronáutica, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, estudos de viabilidade técnica, econômica e comercial em projetos de terminais aeroportuários de passageiros e de transporte, e gerenciamento da implantação dos projetos de terminais aeroportuários de passageiros e terminais de transporte; **2. Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V.**: prestação de serviços técnicos e de gestão de construção e consultoria em plantas industriais, estudos de viabilidade técnica, econômica, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, e comercial; **3. Progen Locações Ltda.:** locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário de carga em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, bem como o agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação; **4. Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.:** instalação de máquinas e equipamentos industriais, construção de estações de energia elétrica, medição de consumo de energia elétrica; **5. Progen Facilities Ltda.**: fornecimento de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros em atividades tais como, serviços de motoristas para transportes de pessoas através de veículos leves; **6. Progen Energia S.A.:** manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos, manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, manutenção e reparação de máquinas, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, dentre outros; **7. Progen Manutenção Ltda.:** fornecimento de mão de obra temporária e gestão de recursos humano para terceiros em atividades tais como, manutenção predial, manutenção e reparo de máquinas, de equipamento elétricos e da indústria mecânica. A participação societária da Progen S.A. sobre suas controladas diretas encontra-se da seguinte forma:

	Participação 2024 Direta	Participação 2023 Direta
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	99%	99%
Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V "México"	80%	80%
Progen Locações Ltda.	99%	99%
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.	99%	99%
Progen Facilities Ltda.	99%	99%
Progen Energia S.A.	100%	100%
Progen Manutenção Ltda.	100%	–

2.2. Empresas Coligadas: A Companhia possui participação, no qual não detém controle da administração, enquadradas como coligadas, sendo elas: **1. Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (Arena Mercado Livre Pacaembu):** Concessão do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, mais conhecido como "Pacaembu", localizado no município de São Paulo/SP, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência da concessão, estabelecida em 35 anos contados da data de ordem de início emitida pela Prefeitura do Município de São Paulo em 24 de outubro de 2019, realizando locações do espaço para atividades voltadas as áreas poliesportivas, shows, eventos e feiras; **2. Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.:** Prestação de serviços de engenharia consultiva de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura; **3. Concessionária Mineirinho SPE S.A.:** Concessão do ginásio poliesportivo Jornalista Felipe Drummond, mais conhecido como "Mineirinho", localizado no município de Belo Horizonte/MG, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência estabelecida em 35 anos contados da data de assinatura e publicação no Diário Oficial de Minais Gerais em 17 de agosto de 2022, realizando locações do espaço para atividades voltadas as áreas poliesportivas, shows, eventos e feiras; **4. Concessionária Campo de Marte SPE S.A.:** Prestação de serviços de gestão e administração da propriedade imobiliária. A participação societária da Progen S.A. sobre suas coligadas diretas, encontra-se da seguinte forma:

	Participação 2024	Participação 2023
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	50%	50%
Valpro Gerenciamento de Obras Ltda	49%	49%
Concessionária Mineirinho SPE S.A.	50%	50%
Concessionária Campo de Marte SPE S.A.	15%	–

Conforme pronunciamento técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas IFRS 10, na estrutura das demonstrações financeiras, estão apresentados todos os tipos de relacionamentos em que a controladora final, detém o controle ou possui influência significativa. **3. Base de preparação – Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora. As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **4. Base de mensuração –** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: **8.** Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; **9.** Contingências; **10.** Investimentos; **11.** Benefício a empregados. A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs adotados requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **4.1. Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **4.1.1 Operações no exterior:** As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, das controladas no exterior Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., cuja moeda funcional é o Peso México (MXN) a qual foi adaptada às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e estão convertidas para reais por meio dos seguintes procedimentos: ***"I.*** *Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real, na data dos respectivos balanços;* ***II.*** *O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido inicial durante o período corrente são convertidas pelas taxas das transações, em suas respectivas datas;* ***III.*** *As receitas, custos e despesas são convertidos pela taxa média mensal de câmbio;* ***IV.*** *As variações cambiais resultantes dos itens (I), (II) e (III) acima, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".* Na consolidação foram eliminados os saldos de investimentos e de ativos e passivos, decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades. **5. Consolidação – 5.1. Controladas:** Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("*impairment*") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **5.2. Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição. **5.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Nota Explicativa nº 15. As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Progen S.A.

6. Principais práticas contábeis – 6.1. Classificação de instrumentos financeiros (CPC48): Os principais impactos da adição do CPC 48 – instrumentos financeiros estão relacionados a classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, sua classificação dentro da Companhia depende da finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo eles classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Entre os principais instrumentos financeiros detidos pela Companhia, temos os classificados pelo custo amortizado, que compreendem "caixas e bancos", "contas a receber de clientes", "adiantamentos ativos e passivos", "partes relacionadas ativas e passivas", "fornecedores", "empréstimos, financiamentos e debêntures" e "outras contas a pagar". Já os representados pelo valor justo por meio do resultado, temos as "aplicações financeiras" e "instrumentos financeiros derivativos". **6.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com a finalidade específica de atendimento a compromissos de curto prazo e outros investimentos de alta liquidez, diária e não superior a 12 meses, com risco insignificante de mudança de valor. Essa categoria, segue a classificação avaliada pelo custo amortizado, exceto as aplicações financeiras, descritas abaixo. **6.3. Aplicações em títulos e valores mobiliários:** As aplicações financeiras, representadas por aplicações automáticas, em CDB e compromissadas (Nota Explicativa nº 10) avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado e representam seus valores justos pelo resultado, com geralmente até 90 dias da data de aplicação ou consideradas de liquidez imediata, as quais são registradas inicialmente pelo seu valor de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço. **6.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, tais como retenções contratuais pactuadas que envolvam entregáveis de longo prazo para fins de garantia, a serem ressarcidos ou abatidos ao final do projeto. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber ("*impairment*"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para "*impairment*", se necessária. **6.4.1. Contas a receber por competência – POC:** O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção (POC – *Percentage of completion*), uma vez que a transferência dos riscos e benefícios ocorre de forma contínua, seguindo os seguintes procedimentos: **a)** O custo incorrido (mão de obra alocada, gastos com máquinas e equipamentos) correspondente aos serviços medidos é apropriado integralmente ao resultado; **b)** É apurado o percentual do custo incorrido dos serviços prestados, em relação ao seu custo total orçado, sendo este percentual aplicado sobre a receita de serviços, ajustado segundo as condições dos contratos, sendo assim determinado o montante das receitas e das despesas comerciais a serem reconhecidas; **c)** Na medida em que a receita dos serviços é realizada os valores provisionados no contas a receber são baixados contra a provisão do resultado. **6.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante):** Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos. **6.6. Partes relacionadas:** O *CPC 05 (R1) – divulgação sobre partes relacionadas*, traz as seguintes definições: "*partes relacionadas"* é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando ou reportando suas demonstrações contábeis, e ainda "*transação com parte relacionada*" que define sobre a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. De forma a reduzir custos operacionais, na medida do possível a Companhia mantém transações com empresas que detém participações societárias como coligadas e controladas, as quais principalmente destacam-se a Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. como acionista e prestadora de serviços na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction), de forma a viabilizar a modernização do Complexo do Pacaembu, além de sua subsidiária integral, denominada Progen Energia S.A, com o objetivo de impulsionar suas operações e captar novos clientes no respectivo segmento. Na prática, suas movimentações são registradas nas modalidades de "conta corrente operacional" sem a cobrança de encargos e juros remuneratórios e/ou mantidas via mútuo acrescido de juros remuneratórios factível com os praticados pelo mercado. **6.7. Investimentos em controladas:** A Companhia Progen S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas Progen Planway Eng. e Consultoria Ltda., Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda, Progen Locações Ltda., Progen Facilities Ltda., Progen Energia S.A. e Progen Manutenção Ltda., pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como receita (ou despesa) , classificados no grupo de outras receitas e outras despesas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **6.8. Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº16, que levam em consideração a taxa fiscal. A Companhia e suas Controladas não avaliaram o ativo imobilizado das Companhias pelo valor justo, considerando que: (i) O método do custo amortizado, deduzido das perdas estimadas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) As Companhias possuem controles eficazes sobre os bens dos ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **6.8.1. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **6.9. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº17. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelas Companhias do Grupo Progen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 17. **6.10. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **6.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **6.12. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Suas movimentações estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 22. **6.12.1. Tributos sobre a prestação de serviços:** Suas receitas de prestação de serviços estão sujeitas às alíquotas vigentes na modalidade não cumulativa, respectivamente em 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, conforme a previsão de sua realização. Os tributos incidentes sobre a receita bruta são demonstrados como redutores do respectivo grupo na demonstração de resultado, conforme faturamentos e/ou receitas reconhecidas pela competência e respectiva entrega ao cliente. **6.12.2 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, quando aplicável, o imposto também será reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **6.13. Apuração do resultado:** Os custos e as despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência na medida em que as medições são apuradas e emitidas, com base nos serviços prestados. **6.13.1. Execução de projetos de engenharia: a) Serviços:** As receitas de serviços prestados são reconhecidas na medida em que as medições são apuradas e emitidas. **b) Demais receitas:** As demais receitas com prestação de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e efetiva realização. **c) Despesas:** As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. **d) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **6.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia quando aplicável e aprovado pelos Acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **6.15. Fluxo de caixa:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **6.16. Arrendamento: 6.16.1. Direito de Uso do Ativo de arrendamento:** A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é avaliada em função da opção de compra prevista ou não em cláusula contratual. Caso tenha, o bem é depreciado por toda vida útil, caso contrário, é verificada vida útil do bem ou prazo de vigência de cada contrato de arrendamento, sendo considerada, dos dois o menor. Os contratos de arrendamento com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a US$ 5.000,00, cinco mil dólares estadunidenses, não foram enquadrados no IFRS 16. **6.16.2. Passivo de arrendamento:** Na data de início, a mensuração do passivo com arrendamento foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é a taxa incremental anual dos contratos de empréstimos da Companhia de 16,12%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento, sendo revisto anualmente conforme posição de endividamento da Companhia e premissas estabelecidas pelo CPC 06 (R2) (IAS 17).O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com trafego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente. **7. Gestão de risco financeiro: 7.1. Fatores de risco financeiro:** A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **7.1.1. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures de longo prazo. Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **7.1.2. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. **(a) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 19)	138.149.550	190.339.670	24.000.009
Arrendamentos (Nota nº 20)	411.586	1.709.938	1.352.505
Fornecedores e outras contas a pagar	30.600.932	–	–
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 19)	335.613.831	320.392.769	124.621.861
Arrendamentos (Nota nº 20)	3.771.939	4.582.284	1.836.212
Fornecedores e outras contas a pagar	43.867.375	–	–

7.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo:

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos (Nota nº 19)	667.729.767	443.366.405
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota nº10)	(110.891.310)	(140.241.178)
Dívida líquida	**556.838.457**	**303.125.227**
Total do patrimônio líquido	**289.434.420**	**216.946.295**
Total do capital	**57.680.612**	**57.680.612**
Índice de alavancagem financeira – %	51,98%	71,57%

8. Instrumentos financeiros por categoria	Controladora	Consolidado
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Em 31 de dezembro de 2023	**671.160.550**	**649.502.601**
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	532.319.041	509.261.423
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	138.841.509	140.241.178
Em 31 de dezembro de 2024	**879.064.063**	**1.068.158.041**
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	769.689.289	957.266.731
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	109.374.774	110.891.310
	Outros passivos financeiros	**Outros passivos inanceiros**
Em 31 de dezembro de 2023	**386.201.073**	**387.281.786**
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	352.489.230	352.489.230
Fornecedores	30.539.571	30.600.932
Outras contas a pagar	3.172.272	4.191.624
Em 31 de dezembro de 2024	**763.383.723**	**827.596.399**
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	730.017.258	780.628.461
Fornecedores	31.314.997	43.867.375
Outras contas a pagar	2.051.468	3.100.563

9. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2024. 9.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. Consulte a Nota 19 para obter mais detalhes. **b) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **c) Alteração na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **9.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a)** Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 – exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis; **b)** Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c)** Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d)** IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e)** Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	34.594.799	65.492.756	35.527.237	66.725.189
Aplicações financeiras	74.779.975	73.348.753	75.364.073	73.515.989
	109.374.774	**138.841.509**	**110.891.310**	**140.241.178**

(*) as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez em sua maioria imediata ou em até 90 dias. a) Movimentação das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	73.348.753	165.764.067	73.515.989	165.903.455
Aplicações	2.588.280.414	1.134.315.109	2.733.035.026	1.136.178.053
Rendimentos	7.098.428	7.795.653	7.063.037	7.813.528
Resgates	(2.593.847.022)	(1.234.464.377)	(2.738.147.094)	(1.236.315.965)
IOF	(95.023)	(59.360)	(96.369)	(59.988)
IRRF	(5.575)	(2.339)	(6.516)	(3.094)
	74.779.975	**73.348.753**	**75.364.073**	**73.515.989**

11. Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado Interno	503.528.015	468.843.189	681.104.055	471.545.041
Mercado Externo	287.613	–	287.613	–
(-) PCE	(6.430.003)	(3.885.702)	(6.430.003)	(3.885.702)
Retenção contratual de clientes (*)	12.390.820	28.709.260	15.918.136	28.709.260
	509.776.445	**493.666.747**	**690.879.801**	**496.368.599**
Circulante	485.894.244	436.382.930	663.470.283	439.084.782
Não Circulante	23.882.201	57.283.817	27.409.518	57.283.817
	509.776.445	**493.666.747**	**690.879.801**	**496.368.599**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	470.784.462	263.431.509	636.102.122	266.133.361
Vencidos até 30 dias	8.617.052	171.234.275	10.664.549	171.234.275
Vencidos de 31 a 60 dias	303.628	9.735.705	1.310.498	9.735.705
Vencidos de 61 a 90 dias	3.204.407	3.305.283	5.644.349	3.305.283
Vencidos acima de 90 dias	14.476.076	17.250.715	21.240.148	17.250.715
Retenção contratual de clientes (*)	12.390.820	28.709.260	15.918.136	28.709.260
	509.776.445	**493.666.747**	**690.879.801**	**496.368.599**

(*) as retenções contratuais de clientes, são valores retidos que visam a garantia e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, assim como de eventuais despesas administrativas e judiciais estabelecidas entre as partes. Esse valor será devolvido a Companhia ao término do contrato. A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, registrou valores em perda no montante de R$ 6.430.003 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil, e três reais), pelos valores identificados como perdas prováveis em sua carteira.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(3.326.600)**	**(3.326.600)**
Adições	(559.102)	(559.102)
Reversões	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(3.885.702)**	**(3.885.702)**
Adições	(5.085.907)	(5.085.907)
Reversões	2.541.606	2.541.606
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(6.430.003)**	**(6.430.003)**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Progen S.A.

12. Adiantamentos

Ativo	**Controladora** 31/12/2024	31/12/2023	**Consolidado** 31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de férias	889.850	3.741.224	978.339	3.773.793
Adiantamento de fornecedores (*)	258.350.582	14.196.809	259.440.869	15.014.480
Adiantamento de dividendos	–	–	–	463.105
Outros adiantamentos	7.751.629	4.003.848	9.859.316	5.644.069
	266.992.061	**21.941.881**	**270.278.524**	**24.895.447**

(*) em sua maioria, representam movimentações financeiras relacionas ao contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction) firmado com a Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A, englobando adiantamentos realizados a prestadores de serviços para viabilizar a modernização do Complexo. No demais, representam outros serviços prestados ou acordos comerciais com fornecedores no curso normal das operações.

Passivo	**Controladora** 31/12/2024	31/12/2023	**Consolidado** 31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes	31.964.867	42.997.879	32.520.229	43.282.791
Adiantamento de clientes (POC) (*)	20.779.004	9.430.099	34.062.754	9.430.099
	52.743.871	**52.427.978**	**66.582.983**	**52.712.890**

(*) conforme adequação ao CPC 47 – receita de contrato com cliente, a partir de 1º de janeiro de 2018, o saldo refere-se as receitas reconhecidas conforme POC (*Percentage of Compliance*) dos projetos que ainda não foram faturados pela Companhia até 31 de dezembro de 2024.

13. Tributos a recuperar

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	**Consolidado** 31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recuperar	28.485.364	5.353.976	28.629.626	5.388.096
PIS a recuperar	1.400.030	1.727.544	1.443.949	1.731.073
COFINS a recuperar	6.257.479	7.976.757	6.463.612	7.992.819
CSLL a recuperar	12.147.479	–	12.290.980	–
INSS a recuperar	755.022	373	2.664.879	305.872

13. Tributos a recuperar

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	**Consolidado** 31/12/2024	31/12/2023
IRPJ negativo	958.950	2.139.563	965.667	2.401.271
CSLL negativo	131.732	4.761.527	132.976	4.835.115
Outros impostos	579.427	728.726	576.859	732.361
	50.715.483	**22.688.466**	**53.168.548**	**23.386.607**

14. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social diferidos

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	**Consolidado** 31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	7.039.678	–	14.464.943	60.510
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.924.162	3.287.925	10.924.162	3.287.925
Provisão para perda de contas a receber	2.186.201	1.321.139	2.186.201	1.321.139
Provisão de remuneração de pessoal	2.066.734	1.034.462	2.066.734	1.034.462
	15.177.097	5.643.526	15.177.097	5.643.526
Ativo fiscal diferido	**22.216.775**	**5.643.526**	**29.642.040**	**5.704.036**

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com a Resolução CVM nº 109/22 a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro. Os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados no ano de 2024 e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação e diferenças temporárias decorrentes de provisionamento de processos contencioso, perda de crédito esperada de contas a receber e despesas de remuneração. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que haverá lucro tributável suficiente para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

15. Investimentos – a. Controladas e coligadas:
i. Investimentos

Descrição	**Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.**	**Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.**	**Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A**	**Progen Facilities Ltda.**	**Concessionária Mineirinho SPE S/A**	**Progen Energia S.A.**	**Progen Manutenção Ltda.**	**Total**
Capital social	300.000	500.000	22.000.000	10.000	4.721.410	20.000.000	250.000	47.781.410
Quantidade de quotas possuídas	299.999	245.000	6.050.300	9.900	2.360.704	4.981.810	250.000	14.197.713
Patrimônio líquido	535.770	1.086.422	(142.108.538)	2.353.979	1.210.818	64.308.512	33.131	(75.190.027)
% participação societária	99,99%	49%	50%	99%	50%	100%	100%	–
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	92	586.422	(72.043.754)	205.106	(3.619.385)	59.332.642	(216.869)	(15.944.231)
Valor contábil do investimento em 31/12/2023	**535.624**	**1.003.239**	**–**	**2.127.385**	**1.204.283**	**–**	**–**	**4.870.531**
Integralização de capital	–	–	–	–	–	4.975.870	250.000	5.225.870
Recebimento de dividendos	–	(758.240)	–	–	–	–	–	(758.240)
Resultado de equivalência patrimonial	92	287.348	–	203.053	(1.204.283)	59.386.746	(131.117)	58.541.839
Valor contábil do investimento 31/12/2024	**535.716**	**532.347**	**–**	**2.330.438**	**–**	**64.362.616**	**118.883**	**67.880.000**

As investidas a seguir apresentaram no exercício de 2024, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento". O procedimento com as empresas coligadas, no qual sua equivalência acumulada apresenta saldo negativo, para esses casos, diminuímos o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", com isso, não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo. Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

ii. Provisão para perda de investimentos

Descrição	**Promotora Generadora de Ingenierias S.A.P.I de C.V. (México)**	**Progen Locações Ltda**	**Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda**	**Progen Energia S.A.**	**Total**
Capital social	43	50.000	1.000	20.000.000	51.043
Quantidade de quotas possuídas	34	49.500	990	4.981.810	50.524
Patrimônio líquido	(2.157)	(17.296)	(2.175.350)	64.308.512	(2.194.803)
% participação societária	80%	99%	99%	100%	–
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(306)	(4.788)	(59.908)	59.332.642	(65.001)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2023	**(1.408)**	**(12.382)**	**(2.094.289)**	**(5.940)**	**(2.114.020)**
Resultado de equivalência patrimonial	(245)	(4.740)	(59.308)	–	(64.293)
Patrimônio líquido positivo – reflexo equivalência investida	–	–	–	5.940	5.940
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2024	**(1.653)**	**(17.122)**	**(2.153.598)**		**– (2.172.373)**

b. Consolidado: i. Investimentos

Descrição	**Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.**	**Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A**	**Concessionária Mineirinho SPE S/A**	**Total**
Capital social da controlada	500.000	22.000.000	4.721.410	27.221.410
Quantidade de quotas possuídas	245.000	6.050.300	2.360.704	8.656.004
Patrimônio líquido	1.086.422	(142.436.881)	(1.210.818)	(142.561.277)
% participação societária	49%	50%	50%	–
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	586.422	(72.372.098)	(1.204.283)	(72.989.958)
Valor contábil do investimento em 31/12/2023	**1.003.239**	**–**	**1.204.283**	**2.207.526**
Recebimento de dividendos	(758.238)	–	–	(758.238)
Resultado de equivalência patrimonial	287.347	–	(1.204.238)	(916.936)
Valor contábil do investimento 31/12/2024	**532.352**	**–**	**–**	**532.352**

16. Imobilizado – a. Composição do saldo – Controladora

	Benfeitorias	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Informática – Hardware**	**Adiantamento Imobilizado**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.362.295**	**2.258.256**	**6.661.125**	**4.373.049**	**7.416.824**	**30.384.401**	**96.321**	**487.319**	**54.039.590**
Adições	1.246.460	269.000	3.623.463	458.777	3.154.000	4.573.850	63.046	–	13.388.596
Baixas	–	–	(153.659)	–	(175.514)	(833.626)	–	–	(1.162.799)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.608.755**	**2.527.256**	**10.130.929**	**4.831.826**	**10.395.310**	**34.124.625**	**159.367**	**487.319**	**66.265.387**
Adições	951.462	514.759	8.218.632	433.875	110.000	5.365.018	3.508.244	–	19.101.989
Baixas	–	–	(201.746)	(1.848)	(111.873)	(1.042.021)	–	(106.267)	(1.463.754)
Transferências	–	–	(349.647)	351.266	–	(1.619)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.560.217**	**3.042.015**	**17.798.168**	**5.615.119**	**10.393.437**	**38.446.003**	**3.667.611**	**381.052**	**83.903.623**

(a.1.) Composição do Saldo – Controladora (depreciação)

	Benfeitorias	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Informática Hardware**	**Outras imobilizações**	**Total**
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**231.606**	**1.677.274**	**1.919.617**	**3.633.542**	**5.396.224**	**12.006.471**	**366.840**	**25.231.574**
Depreciação	116.859	147.809	726.128	152.474	1.948.255	5.405.477	97.127	8.594.129
Depreciação – baixas	–	–	(61.793)	–	(165.158)	(483.725)	–	(710.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**348.465**	**1.825.083**	**2.583.952**	**3.786.016**	**7.179.321**	**16.928.223**	**463.967**	**33.115.027**
Depreciação	176.445	209.827	1.528.075	199.961	1.821.757	6.410.604	23.352	10.370.021
Depreciação – baixas	–	–	(57.186)	(1.524)	(111.873)	(982.100)	(106.267)	(1.258.949)
Depreciação – transferências	–	–	(54.698)	61.099	–	(6.401)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**524.910**	**2.034.910**	**4.000.143**	**4.045.552**	**8.889.205**	**22.350.326**	**381.052**	**42.226.099**

(a.2) Valor Líquido (bens – depreciação/amortização)

	Benfeitorias	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Informática – Hardware**	**Adiantamento Imobilizado**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.130.689	580.982	4.741.508	739.507	2.020.601	18.377.929	96.321	120.480	**28.808.017**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.260.290	702.173	7.546.977	1.045.810	3.215.989	17.196.402	159.367	23.353	**33.150.361**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.035.307	1.007.105	13.798.026	1.569.567	1.504.232	16.095.677	3.667.612	–	**41.677.525**

b. Composição do saldo – Consolidado

	Benfeitorias	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Informática Hardware**	**Adiantamento Imobilizado**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.362.295**	**2.258.256**	**6.680.638**	**4.434.371**	**7.416.824**	**30.506.138**	**96.321**	**487.319**	**54.242.162**
Adições	1.246.460	269.000	3.623.463	458.777	3.154.000	4.573.852	63.046	–	13.388.599
Baixas	–	–	(153.659)	–	(175.514)	(833.626)	–	–	(1.162.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.608.755**	**2.527.256**	**10.150.441**	**4.893.148**	**10.395.310**	**34.246.364**	**159.367**	**487.319**	**66.467.961**
Adições	951.462	514.759	8.964.578	521.580	110.000	5.548.464	3.508.244	–	20.119.087
Baixas	–	–	(201.746)	(1.847)	(111.873)	(1.042.024)	–	- 106.267	(1.463.756)
Transferências	–	–	(349.647)	351.266	–	(1.619)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.560.217**	**3.042.015**	**18.563.627**	**5.764.147**	**10.393.437**	**38.751.185**	**3.667.612**	**381.052**	**85.123.293**

(b.1) Composição do Saldo – Consolidado (depreciação/amortização)

	Benfeitorias	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Informática Hardware**	**Outras imobilizações**	**Total**
Taxa de depreciação	**10% a 20%**	**10%**	**10%**	**10%**	**20%**	**20%**	**20%**	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**231.606**	**1.677.274**	**1.938.292**	**3.691.396**	**5.396.224**	**12.121.211**	**366.839**	**25.422.842**
Depreciação	116.859	147.809	726.845	155.407	1.948.255	5.408.063	97.127	8.600.365
Depreciação – baixas			(61.793)	–	(165.158)	(483.725)	–	(710.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**348.465**	**1.825.083**	**2.603.344**	**3.846.803**	**7.179.321**	**17.045.549**	**463.966**	**33.312.531**
Depreciação	176.445	209.827	1.539.458	202.223	1.821.757	6.421.909	23.353	**10.394.972**
Depreciação – baixas			(57.186)	(1.524)	(111.873)	(982.100)	(106.267)	**(1.258.949)**
Depreciação – transferência classe	–	–	(54.698)	61.099	–	(6.401)	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**524.910**	**2.034.910**	**4.030.918**	**4.108.601**	**8.889.205**	**22.478.957**	**381.052**	**42.448.554**

(b.2) Valor Líquido (bens – depreciação/amortização)

	Benfeitorias	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Informática Hardware**	**Adiantamento Imobilizado**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.130.689	580.982	4.742.346	742.976	2.020.600	18.384.927	96.321	120.480	**28.819.322**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.260.290	702.173	7.547.097	1.046.346	3.215.989	17.200.817	159.367	23.353	**33.155.431**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.035.307	1.007.105	14.532.709	1.655.546	1.504.232	16.272.229	3.667.612	–	**42.674.739**

Conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos/ IAS 16, não foram detectadas evidências de impairment test, que impactassem nos ativos da Companhia a ponto de justificar desvalorizações e serem reconhecidas até a data base de 31 de dezembro de 2024.

17. Intangível

Custo	**Controladora Software**	**Consolidado Software**
Em 31 de Dezembro de 2022	**22.064.118**	**22.091.805**
Adições	3.102.696	3.102.696
Baixas	(2.704.026)	(2.704.026)
Em 31 de Dezembro de 2023	**22.462.788**	**22.490.475**
Adições	827.537	827.537
Baixas	–	–
Em 31 de dezembro de 2024	**23.290.323**	**23.318.012**
Amortização acumulada		
Em 31 de Dezembro de 2022	**21.540.857**	**21.568.545**
Adições	166.436	166.436
Baixas	(38.153)	(38.153)
Em 31 de Dezembro de 2023	**21.669.140**	**21.696.828**
Adições	184.018	184.018
Baixas	–	–
Em 31 de dezembro de 2024	**21.853.158**	**21.880.845**
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2022	523.259	523.259
Em 31 de dezembro de 2023	793.646	793.646
Em 31 de dezembro de 2024	1.437.165	1.437.165

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas fiscais. **18. Direito de Uso** – Em 31 de dezembro de 2024 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de arrendamento está demonstrado a seguir:

Controladoria

a. Composição do saldo	**Direito de Uso Imóveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.608.422**	**6.608.422**
Adições	2.496.378	2.496.378
Baixas	(4.299.310)	(4.299.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.805.490**	**4.805.490**
Adições	8.906.428	8.906.428
Baixas	(2.511.043)	(2.511.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**11.200.875**	**11.200.875**

b. Composição do Saldo (amortização)	**Direito de Uso Imóveis**	**Total**
Taxa de depreciação (*)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.516.095**	**4.516.095**
Depreciação	1.470.921	1.470.921
Depreciação – baixas	(4.341.200)	(4.341.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.645.816**	**1.645.816**
Depreciação	2.075.937	2.075.937
Depreciação – baixas	(269.040)	(269.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.452.713**	**3.452.713**

(*) Conforme premissas estabelecidas pelo CPC 06 (R2) – arrendamentos a taxa de amortização, normalmente é avaliada pela vida útil do bem ou pelo tempo de contrato, dos dois o menor, nos casos em que não há opção de compra. Caso contrário, a depreciação será realizada pela vida útil do bem. Os contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador, não ultrapassam o prazo de cinco anos.

c. Valor líquido (direito de uso – amortização)	**Direito de Uso Imóveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.092.327	**2.092.327**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.159.674	**3.159.674**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.748.162	**7.748.162**

Consolidado

a. Composição do saldo	**Direito de Uso Imóveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.608.422**	**6.608.422**
Adições	2.496.378	2.496.378
Baixas	(4.299.310)	(4.299.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.805.490**	**4.805.490**
Adições	13.035.849	13.035.849
Baixas	(2.511.043)	(2.511.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**15.330.297**	**15.330.297**

b. Composição do Saldo (amortização)	**Direito de Uso Imóveis**	**Total**
Taxa de depreciação (*)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.516.095**	**4.516.095**
Depreciação	1.470.921	**1.470.921**
Depreciação – baixas	(4.341.200)	**(4.341.200)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.645.816**	**1.645.816**
Depreciação	2.562.765	**2.562.765**
Depreciação – baixas	(269.040)	**(269.040)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.939.541**	**3.939.541**

c. Valor líquido (direito de uso – amortização)	**Direito de Uso Imóveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.092.327	**2.092.327**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.159.674	**3.159.674**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.390.755	**11.390.755**

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento está demonstrado a acima. O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável, conforme adoção do IFRS 16. Atualmente, o grupo possui vigente 12 contratos de arrendamentos, todos relacionados a aluguéis de espaços, sendo 8 contratos pela Progen S.A. e 4 contratos pela Progen Energia S.A, com vigência fixada até janeiro de 2029. Todos os contratos possuem vigência fixada em até 5 anos, com possibilidade de renovação. Entre os espaços alugados, encontram-se a unidade administrativa da matriz localizada em São Paulo e também sua filial localizada em Belo Horizonte, além de bases operacionais utilizadas pelas operações da Progen S.A. e Progen Energia S.A, tais como as localizadas em Ipiaú/BA, em Petrópolis/RJ, em Teresópolis/RJ e em São Borja/RS. Além das respectivas taxas de cada contrato por aniversário, os arrendamentos são reajustados anualmente pela taxa média incremental dos empréstimos vigentes no ano corrente, que em 2023 era de 9,41%, porém atualmente, passou a ser de 16,12% devido ao aumento do custo médio de endividamento, gerando então a remensuração dos respectivos contratos ativos. **19. Empréstimos, financiamentos e debêntures** – A composição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos é a seguinte:

a) Controladora

Tipo de Operação	**Taxa**	**Controladora 31/12/2024**	**31/12/2023**
BNDES	IPCA+1,98% a.a. +spread 5,26% a.a.	6.977.567	23.712.475
CCB Caixa	CDI + 2,18% a.a.	68.959.298	50.212.169
Debêntures -1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,9% a.a.	–	78.973.964
Debêntures -2ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,8% a.a.	75.308.797	100.696.028
Debêntures -3ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,2% a.a.	353.790.435	–
Custos amortizar sobre debêntures		(4.183.727)	(1.119.873)
Notas Comerciais	CDI + 5,19% a.a.	184.506.693	81.468.978
Cessões FIDC – coobrigação	18,62% a.a.	45.408.195	18.545.489
Juros apropriar sobre nota comercial		(750.000)	–
		730.017.258	**352.489.230**
Circulante		285.002.628	138.149.550
Não Circulante		445.014.630	214.339.680
		730.017.258	**352.489.230**

b) Consolidado

Tipo de Operação	**Taxa**	**Consolidado 31/12/2024**	**31/12/2023**
BNDES	IPCA+1,98% a.a. +spread 5,26% a.a.	6.977.567	23.712.475
CCB caixa	CDI + 2,18% a.a.	68.959.298	50.212.169
Debêntures -1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,9% a.a.	–	78.973.964
Debêntures -2ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,8% a.a.	75.308.797	100.696.028
Debêntures -3ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,2% a.a.	353.790.435	–
Custos amortizar sobre debêntures		(4.183.727)	(1.119.873)
Notas Comerciais	CDI + 5,19% a.a.	184.506.693	81.468.978
Cessões FIDC – coobrigação	18,53% a.a.	96.019.398	18.545.489
Juros apropriar sobre empréstimo		(750.000)	–
		780.628.461	**352.489.230**
Circulante		335.613.831	138.149.550
Não Circulante		445.014.630	214.339.680
		780.628.461	**352.489.230**

Desde o período final de 2023, a Companhia mantém operações vinculadas a antecipação de recebíveis na Progen S.A, passando também a operacionalizar na Progen Energia S.A. por necessidades operacionais de caixa, ambas operações firmadas via cessão de direitos creditórios na modalidade com direito de regresso, a qual conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9), o procedimento contábil é reconhecer um passivo financeiro até a liquidação da operação no período de vencimento da carteira cedida. **c) O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos com terceiros é o seguinte:**

Controladora	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
BNDES	6.977.567	–	–	–	–	6.977.567
Debêntures a pagar – BBI S.A	27.308.802	23.999.985	24.000.009	–	–	75.308.797
Debêntures a pagar – 3ª	58.822.146	83.081.350	83.081.350	83.081.350	41.540.510	349.606.707
CCB caixa	42.359.298	15.200.000	11.400.000	–	–	68.959.298
Notas Comerciais	104.126.619	77.630.074	2.000.000	–	–	183.756.693
Cessões FIDC – coobrigação	45.408.195	–	–	–	–	45.408.195
Total dos empréstimos e debêntures	**285.002.628**	**199.911.410**	**120.481.360**	**83.081.350**	**41.540.510**	**730.017.258**

Consolidado	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
BNDES	6.977.567	–	–	–	–	6.977.567
Debêntures a pagar – BBI S.A	27.308.802	23.999.985	24.000.009	–	–	75.308.797
Debêntures a pagar – 3ª	58.822.146	83.081.350	83.081.350	83.081.350	41.540.510	349.606.707
CCB caixa	42.359.298	15.200.000	11.400.000	–	–	68.959.298
Notas Comerciais	104.126.619	77.630.074	2.000.000	–	–	183.756.693
Cessões FIDC – coobrigação	96.019.398	–	–	–	–	96.019.398
Total dos empréstimos e debêntures	**335.613.831**	**199.911.410**	**120.481.360**	**83.081.350**	**41.540.510**	**780.628.461**

d) Movimentação está demonstrado a seguir

Controladora	**Controladora 31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldos no início do exercício	**352.489.230**	**273.416.479**
Liberações empréstimos, debêntures e notas comerciais	598.000.000	170.000.000
Custas sobre empréstimos e debêntures	(3.820.918)	–
Juros sobre empréstimos, debêntures, notas comerciais e FIDC	80.819.629	41.772.482
(-) Amortizações empréstimos, debêntures e notas comerciais	(318.452.007)	(152.123.959)
Cessões FIDC – coobrigação	269.826.381	63.179.342
(-) Amortização FIDC	(248.845.056)	(43.755.115)
Saldos no final do exercício	**730.017.258**	**352.489.230**

Consolidado	**Consolidado 31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldos no início do exercício	**352.489.230**	**273.416.479**
Liberações empréstimos, debêntures e notas comerciais	598.000.000	170.000.000
Custas sobre empréstimos e debêntures	(3.820.918)	–
Juros e custas sobre empréstimos e debêntures	81.688.087	41.772.482
(-) Amortizações empréstimos	(318.452.007)	(152.123.959)
Cessões FIDC – coobrigação	355.175.456	63.179.342
(-) Amortização FIDC	(284.451.386)	(43.755.115)
Saldos no final do exercício	**780.628.461**	**352.489.230**

Em conexão ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa, os juros pagos dessas operações, são classificados no fluxo de caixa como oriundos de atividades de financiamento, pois conforme realidade da Companhia, são aplicados em reforço de caixa de maneira geral, amortização de dívidas anteriores entre outras destinações, cabendo a Companhia avaliar sua realidade e apresentar a informação da maneira mais adequada possível. **e) Garantias:** A controladora mantém em garantia referente a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, e 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional em série única: • Contratos comerciais a serem listados no Contrato de Cessão Fiduciária deverão somar montante total equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário atualizado acrescido da remuneração, desde a data de emissão até a data de vencimento das debêntures, conforme previsto no contrato de cessão fiduciária; • Cessão fiduciária

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Progen S.A.

sobre a conta vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária) e sobre a totalidade dos recursos nela depositados, por onde deverá passar, obrigatoriamente, recebíveis provenientes de determinada conta centralizadora, oriundos de contratos comerciais celebrados entre a Emissora e seus clientes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; • Pela conta vinculada deverá permanecer retido, mensalmente, até dezembro de 2025 (inclusive), o montante mínimo equivalente a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures e, a partir de janeiro de 2026 (inclusive) até a integral quitação das Obrigações Garantidas, deverá permanecer retido o montante mínimo equivalente a 7% (sete por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Montante Mínimo"). A controladora mantém em garantia referente a Nota Comercial, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue: • O valor total depositado no domicílio bancário corresponderá, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor, no período de 913 dias (novecentos e treze dias). • A controladora mantém em garantia referente a Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro. • Cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis referente a contrato de Prestação de Serviços, definido pelo saldo devedor da operação. **f) Covenants:** Além das garantias, mencionadas acima, a 2ª e 3ª emissão das debêntures mantém as seguintes exigências contratuais e eventos passíveis de acarretar o vencimento antecipado automático das obrigações: • Fiança outorgada pelos acionistas (PF) da Progen S.A, solidariamente, entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de coobrigado, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário; • Não ocorrer inadimplemento, pela Emissora e/ou fiadores de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas; • Insolvência, liquidação, dissolução, encerramento das atividades ou extinção da Emissora, exceto em caso de reorganização societária intragrupo, decreto/pedido de falência ou recuperação judicial; • Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma Sociedade por Ações; • Exceto para a hipótese legal, de absorção de prejuízos, houver redução de capital social da Emissora; • Houver cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que alterem seu controle societário final ou possam afetar sua capacidade financeira; • Cessão, venda, alienação ou qualquer outra forma de transferência de forma gratuita ou onerosa , de ativos da Emissora em valor, individual ou agregado , igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora, exceto: venda de estoque no curso normal de seus negócios; caso os recursos obtidos com a operação, sejam imediatamente e integralmente utilizados para o resgate e/ou amortização das Debêntures; por ativos inservíveis, obsoletos que tenham sido substituídos por outros de mesma natureza; caso a venda, alienação ou qualquer outra forma de transferência seja realizada , pela Emissora, em favor de sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo; • Penhora ou quaisquer outras medidas similares de natureza administrativa ou judicial, de ativos da Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez po cento) do ativo total da Emissora; • A emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente registrado na CVM; • Alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na data de emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora; • Não observância, pela Emissora, do índice financeiro verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo ele a razão entre a Dívida Líquida/EBITDA da Emissora, o qual o mesmo deverá ser igual ou inferior a 2,50x. Distribuição ou pagamento, pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, que exceda 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido do exercício, caso a Emissora e/ou os Fiadores estejam em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas escrituras de emissão ou no contrato de cessão fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social vigente da data de emissão. **20. Arrendamentos –** Dos contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) consideramos apenas o valor do aluguel acordado em contratos para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, descontada taxa incremental de juros, fixada 9,41% em 2023, e em 2024, revisamos a taxa anual e passou a ser de 16,12% o que resultou na remensuração dos contratos ativos. Abaixo, apresentamos a posição dos arrendamentos.

Controladora		**Controladora**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldos no início do exercício	**3.474.029**	**2.591.154**
Descaracterização arrendamento – veículos	–	(200.749)
Passivo de arrendamento – adoção IFRS 16	7.853.605	2.356.710
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	834.502	235.925
Amortização arrendamentos	(2.640.663)	(1.529.709)
Baixas de arrendamentos	(2.281.755)	–
Remensuração arrendamento	(542.460)	20.698
Saldos no final do exercício	**6.697.258**	**3.474.029**

Consolidado		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldos no início do exercício	**3.474.029**	**2.591.154**
Descaracterização arrendamento – veículos	–	(200.749)
Passivo de arrendamento – adoção IFRS 16	11.899.325	2.356.710
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	991.300	235.925
Amortização arrendamentos	(3.284.356)	(1.529.709)
Baixas de arrendamentos	(2.281.755)	–
Remensuração arrendamento	(608.108)	20.698
Saldos no final do exercício	**10.190.435**	**3.474.029**

Os contratos de arreamentos são referentes a locações de imóveis para os escritórios administrativos nas cidades de São Paulo/SP e Belho Horizontes/MG e locações de imóveis para bases operacionais da Energia S.A. nas cidades de localizados em Ipiaú/BA, em Petrópolis/RJ, em Teresópolis/RJ e em São Borja/RS. **21. Obrigações trabalhistas e tributárias –** A composição apresenta os seguintes valores:

21.1. Trabalhistas		**Controladora**		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ordenados e salários	31.536.243	39.314.596	38.342.827	39.591.826
Provisão de férias	63.964.433	68.789.861	75.416.042	69.212.774
INSS retido na fonte	8.348.228	10.870.179	11.519.213	11.011.082
CPRB a recolher	9.681.643	7.287.902	9.767.789	7.287.902
IRRF sobre salário	18.732.966	20.862.016	20.141.887	20.901.768
FGTS a recolher	5.512.471	6.669.075	6.462.659	6.706.679
Vale Refeição a Pagar	205.010	258.474	3.057.460	623.053
Outras obrigações	1.817.755	1.203.415	2.642.205	1.199.947
Gratificações a pagar	6.078.630	3.042.534	6.078.630	3.042.534
	145.877.379	**158.298.052**	**173.428.712**	**159.577.565**

21.2. Tributárias		**Controladora**		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
ISS a recolher	6.414.747	1.741.073	11.231.535	1.789.880
PIS a recolher	2.115.984	503.996	3.644.636	547.509
PIS/COFINS/CSLL a recolher	196.157	160.907	205.452	161.276
IRRF de terceiros a recolher	40.219	71.061	42.775	71.993
COFINS a recolher	10.001.574	2.327.005	17.055.189	2.530.487
IRRF sobre aluguéis a recolher	273.837	286.043	297.263	286.043
IRPJ a recolher	–	–	–	256.936
CSLL a recolher	–	–	–	42.413
ISS parcelamento	466.804	1.558.652	466.804	1.558.652
IRRF sobre JCP a recolher	–	1.679.268	–	1.679.268
Parcelamento federal (a)	82.468.691	65.502.844	82.516.522	65.611.553
Parcelamento previdenciário (a)	56.601.903	84.630.142	56.601.903	84.630.142
Juros parcelamento a transcorrer	(46.946.117)	(46.143.239)	(46.971.598)	(46.196.071)
IRPJ e CSLL Diferido	22.888.412	–	43.685.133	–
Outros impostos	190.244	209.323	262.874	211.697
	134.712.455	**112.527.075**	**169.038.488**	**113.181.778**
Total Trabalhistas + Tributárias	**280.589.834**	**270.825.127**	**342.467.200**	**272.759.343**

(a) As rubricas de parcelamento INSS e demais débitos previdenciários foram segregados dos parcelamentos federais

		Controladora		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante	196.862.198	192.209.084	237.942.843	194.120.949
Não circulante	83.727.636	78.616.043	104.524.357	78.638.394
	280.589.834	**270.825.127**	**342.467.200**	**272.759.343**

21.2.1. Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

		Controladora		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado antes da tributação e JCP	102.637.556	145.880.392	847.560	169.990.765
Incentivos fiscais*	–	(1.944.122)	(4.667)	(1.954.143)
Juros sobre capital próprio	–	(21.944.105)	–	(21.944.105)
Adições	46.494.524	17.431.577	3.770	17.434.637
Exclusões	(169.837.016)	(403.229)	(73.419)	(5.784.701)
Lucro tributável	**(20.704.936)**	**139.020.512**	**773.243**	**157.742.453**
Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	–	134.020.512	773.243	157.742.543
Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R$ 240)	–	13.378.051	170.478	13.521.064
Imposto de renda corrente	–	33.481.128	165.810	33.864.639
Contribuição social corrente	–	12.061.846	70.012	12.212.157
Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	**45.542.974**	**235.822**	**46.076.796**

*A Companhia está devidamente inscrita no benefício do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador. No ano de 2024, apenas a empresa Progen Facilities Ltda. apresentou base de lucro tributável para incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social, não havendo também deliberação pela Administração para o provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio referente ao exercício de 2024. Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social. Adicionalmente os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos. **22. Provisão para demandas judiciais –** Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e controladas, apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		**Consolidado**	
Bloqueios e depósitos judiciais	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Bloqueios judiciais	–	242.246	–	242.244
Depósitos Judiciais e	4.259.448	4.039.343	4.259.484	4.039.379
	4.259.448	**4.281.589**	**4.259.484**	**4.281.623**

Conforme CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, a Companhia mantém julgamento de forma recorrente, a fim de detectar e refletir eventuais provisões contingentes, classificadas como prováveis saídas de recursos.

Movimentação da provisão para contingências:	
Contencioso trabalhista	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.024.710**
Adições	861.659
Reversões	(893.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.993.309**
Contencioso tributário	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.493.249**
Adições	26.286.903
Reversões	(3.840.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**27.939.947**
Contencioso cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**152.410**
Adições	191.528
Reversões	(147.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**196.630**
Total de provisão para contingências	**32.129.887**

(a) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos nos âmbitos trabalhista, tributário e cível, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** Em 31 de dezembro de 2024 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R$ 187.530.849, (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e quarenta e nove reais), decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis. **(c) Recuperação de créditos tributários:** Em 2024, mediante estudo e riscos avaliados pela Companhia relacionados a modulação da tese do sistema S no tocante ao teto de 20 salários- mínimos, conforme julgamento do Decreto-lei 2.318/1986, a mesma ingressou em ação colegiada impetrada e efetivou o levantamento de créditos tributários via PER/DCOMP no montante acumulado de R$ 26.108.869 (vinte e seis milhões, cento e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais), já corrigidos pelo índice Selic pertinente no período compreendido entre dezembro de 2020 a novembro de 2021, registrando portanto, este crédito em sua contabilidade sob a rubrica de outras receitas atrelado ao principal e receitas financeiras em relação aos juros Selic. Em contrapartida, registrou na integralidade o mesmo valor sob a rubrica de provisão de processos tributários mediante provisão do contencioso, afim de se resguardar para um eventual desfecho negativo e provável saída de fluxo de caixa futuro. **23. Partes relacionadas** – Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

		Controladora
Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda. (a)	2.275.246	2.184.163
Promotora Generadora (México)	598.684	598.684
Tux Administradora de Bens Imóveis Participações Ltda.	550.000	550.000
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (b)	374.766.924	228.442.675
Progen Locações Ltda.	1.288.955	1.288.955
Progen Facilities Ltda.	–	551.058
Concessionária Mineirinho SPE S.A	5.236.293	2.114.486
NK117	2.900	300
Progen Energia S.A.	–	5.710
Progen Manutenção Ltda.	638.554	–
Total partes relacionadas	**385.357.555**	**235.736.031**

		Controladora
Contas a Pagar	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	59.782	59.782
Progen Facilities Ltda.	2.576.377	–
Progen Energia S.A.	9.740.842	–
Total partes relacionadas	**12.377.001**	**59.782**

a) Os saldos mantidos entre a Progen S/A e demais empresas até 31 de dezembro de 2024 representam operações de mútuo em conta corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento definido; **b)** A Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos que somam o montante acumulado de R$352.398.367 (trezentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 3,89% ao ano. Efetuou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R$ 22.368.557 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais).

		Consolidado
	31/12/2024	**31/12/2023**
Contas a receber		
Promotora Generadora (México)	598.684	598.684
Tux Administradora de Bens Imóveis Participações Ltda.	550.000	550.000
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (b)	374.766.923	228.442.675
NK117	2.900	300
Concessionária Mineirinho SPE S.A	5.236.293	2.114.486
Total partes relacionadas	**381.154.800**	**231.706.145**

b) A Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos que somam o montante acumulado de R$352.398.367 (trezentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 3,89% ao ano. Efetuou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R$ 22.368.557 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais). Estas operações de mútuo poderão ser convertidas em participação societária na Concessionária Allegra Pacaembu. **23.1. Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração global dos administradores da controladora para o exercício findo em dezembro de 2024 foi fixada no limite de R$ 6.173.994,00 (seis milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais), a título de remuneração fixa e variável, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de julho de 2024, registrada na Jucesp em 09 de agosto de 2024, mediante o protocolo 2.175.951/24-8. A Companhia é regida pelo Conselho de Administração, formado inicialmente por quatro membros. A Diretoria é composta por dois Diretores. **24. Patrimônio líquido – (a) Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado pela Progen S.A. em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 57.680.612 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e doze reais), e estão representados por 32.930.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, equivalentes ao total de R$ 32.930.609 (trinta e dois milhões, novecentos e trinta mil, seiscentos e nove reais) e 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, equivalentes ao total de R$ 24.750.003 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil e três reais). **(b) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(c) Dividendos:** Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme a seguir:

Base de cálculo para os dividendos a pagar	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	96.322.394
Constituição da reserva legal (*)	980.229
Lucro Líquido do exercício após destinação da Reserva Legal	**95.342.165**
Dividendos mínimos obrigatórios- 25%	**23.835.541**

(*) conforme trecho não revogado da *Lei nº 6.404, de dezembro de 1976*, em seu *Art. 193*, também exposto em seu Estatuto Social vigente, a Companhia registrou na rubrica de Reserva Legal o montante limitado a 20% de seu capital social. **(d) Juros sobre capital próprio:** No Ano de 2024 a Companhia não deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP), deliberou apenas no ano de 2023 com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia. Conforme ATA realizada em 15 de dezembro de 2023, registrada na Jucesp em 28 de dezembro de 2023 sob o protocolo 2.995.124/23-0, foi deliberado cálculo com base no Patrimônio Líquido Ajustado de 2022 e 2023, sendo contabilizado como despesas financeiras no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do período. Segue composição dos juros sobre capital próprio deliberados pela administração em 2023, que se encontram planejados para pagamento em 2025:

Demonstrativo do cálculo	**31/12/2023**
(+)Total do Patrimônio Líquido ajustado	153.730.996
(x) Alíquota TJLP a ser utilizada	7,28%
Valor dos juros	**11.195.119**
Limites de dedutibilidade	**58.309.920**
Valor máximo dos crédito na data base	**11.195.119**
Total do IRRF a recolher – alíquota – 15%	**1.679.267**
Total líquido do JSCP a pagar	**9.515.851**

	31/12/2023
Total Juros sobre Capital Próprio líquido deliberado no exercício	**18.652.489**
Total pago	**(9.136.638)**
Saldo Juros sobre Capital Próprio a pagar	**9.515.851**

(e) Destinação do lucro líquido: A Administração irá deliberar em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia, conforme racional abaixo e premissas estabelecidas em seu Estatuto Social, regidos pelos termos estabelecidos na lei nº 11.638/2007.

	31/12/2024	**31/12/2023**
Reserva Legal (5%)	980.229	4.046.142
Reserva Estatutária (15%)	14.301.325	11.531.505
Distribuição de Dividendos (25%)	23.835.541	19.219.175
Reserva para investimentos	57.205.299	46.126.020
	96.322.394	**80.922.842**

25. Receita líquida – A composição das receitas brutas para a receita líquida dos serviços vendidos é como segue:

		Controladora		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Serviços prestados no mercado interno	1.454.966.853	1.507.165.843	1.759.549.434	1.520.097.962
Serviços prestados no mercado externo	287.613	–	287.613	–
Vendas de mercadoria mercado interno	–	–	755.921	–
Receita bruta	**1.455.254.466**	**1.507.165.843**	**1.760.592.969**	**1.520.097.962**
(-) ICMS s/ vendas de serviços	–	–	(90.711)	–
(-) ISS s/ vendas de serviços	(62.052.110)	(57.532.253)	(74.035.621)	(58.118.892)
(-) PIS s/ vendas de serviços	(12.161.913)	(13.745.376)	(14.803.387)	(13.958.756)
(-) COFNS s/ vendas de serviços	(56.097.530)	(63.370.353)	(68.278.865)	(64.353.194)
(-) CPRB s/ vendas de serviços	(65.454.952)	(67.822.463)	(65.541.097)	(67.822.463)
Receita líquida	**1.259.487.961**	**1.304.695.398**	**1.537.843.288**	**1.315.844.657**

Os impostos incidentes sobre faturamento, são calculados conforme leis tributárias estabelecidas. Dentre os impostos estão o PIS e COFINS cumulativos e não cumulativos, o ISS imposto sobre serviços o qual a alíquota é estabelecida conforme lei complementar de cada município da prestação de serviços e a CPRB contribuição patronal sobre receita bruta na alíquota de 3,6%.

26. Custos e despesas

26.1. Por função		**Controladora**		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Custo dos serviços prestados	(1.093.215.051)	(1.067.774.149)	(1.287.020.075)	(1.076.640.697)
Despesas gerais e administrativas	(87.083.570)	(69.534.919)	(97.573.097)	(69.685.746)
	(1.180.298.621)	**(1.137.309.068)**	**(1.384.593.172)**	**(1.146.326.443)**

26.2. Por natureza		**Controladora**		**Consolidado**
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Com pessoal	(918.732.793)	(896.370.547)	(1.048.839.547)	(905.067.228)
Custo e despesas – Serv. Terceiros	(80.255.988)	(84.576.826)	(89.267.381)	(84.576.827)
Viagens, hospedagens e locomoção	(21.705.509)	(22.081.240)	(25.029.247)	(22.146.199)
Serviços de Informática	(11.741.872)	(11.054.972)	(13.376.600)	(11.134.729)
Aluguel	(3.765.812)	(4.235.002)	(5.314.992)	(4.212.244)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos	(46.869.872)	(41.896.171)	(67.636.966)	(41.926.900)
Depreciação e amortização	(10.776.487)	(10.215.181)	(11.288.239)	(10.221.417)
Serviços prestados	(5.421.544)	(8.281.235)	(6.607.132)	(8.368.472)
Manutenção de veículos e frotas	(9.730.803)	(17.685.172)	(32.827.436)	(17.685.332)
Manutenções e reparos	(18.712.469)	(22.812.270)	(24.875.822)	(22.812.277)
Energia elétrica, água e gás	(703.886)	(753.553)	(1.136.036)	(753.553)
Impostos e taxas – diversos	(25.829.529)	(8.126.650)	(26.490.814)	(8.140.062)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(26.172.145)	(9.023.972)	(31.892.616)	(9.055.340)
Resultado financeiro líquido	(303.214)	(220.691)	(438.364)	(221.219)
Outras receitas (despesas) operacionais	423.302	24.414	428.020	(4.644)
	(1.180.298.621)	**(1.137.309.068)**	**(1.384.593.172)**	**(1.146.326.443)**

27. Resultado financeiro líquido		**Controladora**		**Consolidado**
Receita financeira	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aplicação financeira	7.009.628	7.795.653	7.112.064	7.813.528
Descontos obtidos	28.431	19.545	28.432	19.545
Juros ativos	28.122.251	16.545.256	28.129.523	16.546.015
Variação cambial ativa	136.438	8.823	136.437	8.823
PIS sobre receita financeira	(219.450)	(159.892)	(220.118)	(159.995)
COFINS sobre receita financeira	(1.350.459)	(983.943)	(1.354.569)	(984.587)
	33.726.839	**23.225.443**	**33.831.769**	**23.243.329**

		Controladora		**Consolidado**
Despesa financeira	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Despesa bancária	(1.030.415)	(293.588)	(1.091.149)	(307.912)
Juros passivos	(38.208.552)	(21.378.557)	(39.207.200)	(21.437.069)
Juros provisão JCP	–	(21.944.105)	–	(21.944.105)
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(1.016.230)	(1.283.046)	(1.017.583)	(1.283.674)
Variação cambial passiva	(232.273)	(919.524)	(232.273)	(919.524)
Deságio e perdas no recebimento de clientes	(4.999.921)	(6.151.731)	(5.100.106)	(6.160.390)
Mora/ Multa	(35.570)	(1.601)	(35.570)	(1.601)
Juros s/ debêntures	(49.150.415)	(33.206.050)	(49.150.415)	(33.206.050)
Perda com SWAP	(1.143.391)	–	(1.143.391)	–
Outras	(808.061)	(225.785)	(808.060)	(225.788)
	(96.624.828)	**(85.403.988)**	**(97.785.747)**	**(85.486.113)**
Resultado financeiro líquido	**(62.897.989)**	**(62.178.546)**	**(63.953.977)**	**(62.242.785)**

28. Valor justo de instrumentos financeiros – A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a baixo e, no entendimento da administração da Companhia, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Classifi-	**Controladora**		**Consolidado**	
Ativos	**cação**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e bancos	Custo amortizado	34.594.799	65.492.756	35.527.237	66.725.189
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	74.779.975	73.348.753	75.364.073	73.515.989
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	509.776.445	672.118.961	690.879.801	496.368.599
Adiantamentos	Custo amortizado	266.992.061	21.941.881	270.278.524	24.895.447
Partes relacionadas	Custo amortizado	385.357.555	235.736.031	381.154.800	231.706.145
		1.271.500.835	**1.068.638.382**	**1.453.204.435**	**893.211.369**

	Classifi-	**Controladora**		**Consolidado**	
Passivos	**cação**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores	Custo amortizado	31.314.997	30.539.571	43.867.288	30.600.932
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	730.017.258	352.489.230	780.628.461	352.489.230
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	117.248	–	117.248	–
Adiantamentos	Custo amortizado	52.743.871	52.427.978	66.582.983	52.712.890
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.051.468	3.172.272	3.100.563	4.191.624
Partes relacionadas	Custo amortizado	12.377.001	59.782	–	–
		828.621.842	**438.688.832**	**894.296.542**	**439.994.676**

29. Risco de mercado – As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros. **29.1. Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados. Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos). **29.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Com o objetivo de proteção as variações de indexadores inerentes ao mercado, afim de realizar a captação de recursos para adequação as necessidades operacionais de fluxo de caixa, a Companhia optou por realizar uma captação de recursos com o valor nocional de R$ 26.000.000 (vinte e seis milhões de reais), vinculado ao instrumento de SWAP de taxa (CDI) designado para o travamento de taxa como proteção a variação cambial do CDI, a qual a Companhia não adota a política de "hedge accounting", porém classifica tal instrumento inicialmente como valor justo pelo resultado, monitorando sempre variações positivas ou negativas que sejam relevantes, de forma a reavaliar, caso necessário, em atendimento às premissas estabelecidas no CPC 48 – instrumentos financeiros. Abaixo, seguem demais informações do instrumento derivativo vigente e sua respectiva movimentação na controladora, única empresa que detém tais instrumentos até o momento:

Tipo de operação	**Moeda**	**Início**	**Vencimento**	**Indexador Ativo/Passivo**	**Valor nocional**
SWAP CDI	R$	30/01/2024	01/02/2027	12% a.a./CDI + 6% a.a.	26.000.000

Ponta ativa	**Ponta passiva**	**Valor justo**	**Efeito total acumulado no resultado Ganho ou perda operação**
247.864	365.182	117.248	(1.143.391)

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Progen S.A.

	Controladora 31/12/2024
Variações instrumentos de Hedge	1.143.461
(-) Liquidações	(1.026.143)
	117.318

29.3. Análise de sensibilidade: Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (R1) (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos que afetam a precificação dos seus instrumentos financeiros, basicamente representados por variações de índices de inflação (IPCA) e variação de taxa de juros (CDI). Os cenários para esses fatores são elaborados a partir de fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade, abaixo avaliado pelo consolidado:

	Nota	31/12/2024	CDI	IPCA	Sem indexador
Caixa e bancos	10	34.594.799		–	34.594.799
Aplicações Financeiras	10	75.364.073	75.364.073	–	–
Contas a receber	11	690.879.801	–	–	690.879.801
Partes relacionadas	22	381.154.800	381.154.800	–	–
Total ativos com riscos financeiros		**1.181.993.474**	**456.518.873**	**–**	**725.474.600**
Empréstimos e financiamentos	18	(780.628.461)	(773.650.893)	(6.977.568)	–
Arrendamentos a pagar	19	(10.190.435)	(10.190.435)	–	–
Fornecedores		(43.867.288)	–	–	(43.867.288)
Total passivos com riscos financeiros		**(834.686.184)**	**(783.841.328)**	**(6.977.568)**	**(43.867.288)**
Total ativos e passivos com riscos financeiros		**347.307.289**	**(327.322.455)**	**(6.977.568)**	**681.607.312**

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	5,88	8,83	11,77	14,71	17,65
IPCA	2,42	3,62	4,83	6,04	7,25

Ativos e passivos líquidos	31/12/2024	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	(327.322.455)	(19.259.631)	(28.889.446)	(38.519.262)	(48.149.077)	(57.778.893)
IPCA	(6.977.568)	(168.553)	(252.830)	(337.107)	(421.384)	(505.660)

30. Seguros – A Companhia e suas controladas mantêm seguros para os ativos imobilizados, cobertura está considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto.

Resumo de seguro por modalidade	**Cobertura**
Risco de construção, fornecimento ou prestação de serviços	567.383.000
Responsabilidade civil e danos ambientais	59.911.803
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**627.294.803**

Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

31. Informações complementares

Composição do EBTIDA	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.637.556	123.936.287	116.306.925	124.456.085
Resultado financeiro líquido	(62.897.989)	(62.178.545)	(63.953.978)	(62.242.784)
Depreciação e amortização	(12.629.974)	(10.231.486)	(13.141.754)	(10.237.722)
EBITDA	**178.165.520**	**196.346.318**	**193.402.657**	**196.936.591**

32. Eventos Subsequentes – Em janeiro de 2025 a Companhia ingressou em um novo investimento, a Empresa **Concessionária Campo de Marte SPE S.A.**, no qual possui participação como coligada no contrato de licitação 001/SVMA/2025 que obteve a concessão do Parque Municipal Campo de Marte, localizado no município de São Paulo/SP, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência estabelecida de 35 anos. Desde 01 de janeiro de 2025, através das alterações trazidas pela *Lei 14.973/2024* que modificou a *Lei 12.546/2011*, estabelecendo a reoneração gradual da folha de pagamentos a partir de 2025 a 2027, a Progen S.A. e sua subsidiária integral Progen Manutenção Ltda, pelo fato estarem enquadradas na desoneração, passam a recolher as alíquotas de 3,6% sobre seus faturamentos e 5% de Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) sobre a folha de pagamento, face a alíquota anterior de 4,5% sobre o faturamento, como ano inicial da fase de transição tributária.

Gisele Samara Carvalho – CFO
Clécio Gomes de Jesus – Contador CRC 1SP 336.364/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Progen S.A. – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Progen S.A. ("Companhia"),** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Progen S.A. ("Companhia")**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1

Thiago Rodrigues Vieira
Contador
CRC 1SP 326.288/O-7

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 08.588.838/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. *A Administração*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	15.453	8.343	Empréstimos e financiamentos	21.849	21.849
Contas a receber	8.707	2.124	Fornecedores	526	324
Imoveis a comercializar	45.880	54.919	Obrigações tributárias	1.285	1.121
Despesas antecipadas	111	209	Tributos diferidos	862	309
Demais ativos	31	92	Adiantamentos de clientes	60	5.943
Total do ativo circulante	**70.182**	**65.687**	Dividendos a pagar	17.997	10.578
			Demais passivos	33	–
Não Circulante			Total do passivo circulante	**42.612**	**40.124**
Contas a receber	2.572	4.665	**Não Circulante**		
Despesas antecipadas	68	297	Empréstimos e financiamentos	3.642	25.491
Demais ativos	61	13	Tributos diferidos	299	678
Imoveis a comercializar	223.970	223.970	Adiantamentos de clientes	515	–
Propriedade para investimento	–	3.360	Total do passivo não circulante	**4.456**	**26.169**
Imobilizado	372	461	**Patrimônio Líquido**		
Total do ativo não circulante	**227.043**	**232.766**	Capital social	175.729	175.729
			Adiantamento para futuro aumento de capital	2.500	2.500
			Reservas de lucros e dividendos obrigatórios	71.928	53.931
			Total do patrimônio líquido	**250.157**	**232.160**
Total do Ativo	**297.225**	**298.453**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**297.225**	**298.453**

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	**55.681**	**34.946**
Custos dos imóveis vendidos	(12.399)	–
Lucro bruto	**43.282**	**34.946**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(10.938)	(7.323)
Depreciação e amortização	(89)	(101)
Amortização de comissão de aluguel	(436)	(424)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.211	339
Lucro antes do resultado financeiro	**34.030**	**27.437**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(4.401)	(8.207)
Receitas financeiras	1.179	459
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**30.808**	**19.689**
Imposto de renda e contribuição social	(5.392)	(4.070)
Lucro líquido do exercício	**25.416**	**15.619**
Lucro por ação básico e diluído por ação (em reais)	**0,1426**	**0,0876**

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda	30.808	19.689
Depreciação e Amortização	89	101
PIS e COFINS diferidos	143	(106)
Juros s/ empréstimos	4.398	8.204
	35.438	**27.888**
Variações nos ativos e passivos operacionais:	(2.081)	4.741
Caixa e equivalentes provenientes das atividades operacionais	**33.357**	**32.629**
Das atividades de financiamentos:		
Aumento (redução) de empréstimos	(21.849)	(21.849)
Pagamento de Juros de empréstimos	(4.398)	(8.204)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	2.500
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de financiamentos	**(26.247)**	**(27.553)**
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	**7.110**	**5.076**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	8.343	3.267
No fim do exercício	15.453	8.343

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Obrigatórios Não distribuídos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**175.729**	**–**	**2.894**	**35.418**	**10.578**	**–**	**224.619**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	2.500	–	–	–	–	2.500
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(10.578)	–	(10.578)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	15.619	15.619
- Dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	–	–	7.419	(7.419)	–
- Reserva legal e retenção de lucros	–	–	781	7.419	–	(8.200)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**175.729**	**2.500**	**3.675**	**42.837**	**7.419**	**–**	**232.160**
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(7.419)	–	(7.419)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	25.416	25.416
- Dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–		12.072	12.073	(24.145)	–
- Reserva legal e retenção de lucros	–	–	1.271	–	–	(1.271)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**175.729**	**2.500**	**4.946**	**54.909**	**12.073**	**–**	**250.157**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. ("Empresa" ou "Morumbi") foi constituída em 2 de janeiro de 2007, com o objetivo de deter participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; promover a administração de bens próprios; realizar compra, venda, locação e administração de imóveis próprios. A sede da empresa está localizada na Av. Morumbi 7.395, Vila Cordeiro, São Paulo-SP. Em junho de 2007, a empresa iniciou suas atividades com a aquisição do terreno localizado na Avenida Morumbi, 7.395, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com área aproximada de 39.000m2. **Detalhe do empreendimento Torre Z:** A Torre Z é um empreendimento comercial, triple A, localizado na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 296, Vila Olímpia, São Paulo-SP (antes registrado como Av. Morumbi, 7.395, conforme matrícula). O edifício possui 40.331 m² de área bruta locável (ABL) dividida entre 27 andares e 9 lojas. Em 16 de outubro de 2013, o empreendimento Torre Z obteve o "Habite-se" emitido pela Prefeitura do Município da Cidade de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 73,63% da área total da Torre Z estava locada, para 16 locatários. **Detalhes do empreendimento Mandarim The Legend:** Mandarim The Legend é um empreendimento planejado para 263 unidades residenciais de 88 a 144m², 8 conjuntos comerciais e 1 loja fachada ativa, a ser desenvolvido em parte do imóvel localizado na Avenida Morumbi, 7.395 – Brooklin – São Paulo, referente à matrícula 228.515 devidamente registrada no 15º Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo. O edifício será construído em área privativa total de 35.058,19m². O empreendimento imobiliário será desenvolvido pela incorporadora Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda, através de incorporação por mandato firmado em 06 de novembro de 2019 pelas partes. A incorporadora assumiu a responsabilidade e condução dos projetos perante as autoridades competentes, com prazo de 48 meses para finalização contados da data de lançamento do empreendimento imobiliário que ocorreu no segundo semestre de 2023. A Morumbi terá direito a 22,21% das receitas de vendas de unidades desse empreendimento, por meio de repasses mensais realizados pela incorporadora.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 24 de março de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeitos sobre estas demonstrações financeiras. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Principais políticas e práticas contábeis –** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Empresa classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor cujo vencimento seja inferior a 90 dias. **b. Contas a receber de clientes: Locação:** São representadas pelos valores decorrentes das receitas de contratos de locação (arrendamento mercantil operacional), que são apresentados no ativo circulante e não circulante com base no respectivo prazo previsto de realização, líquidos de eventual perda estimada de crédito de liquidação duvidosa. **Incorporação imobiliária:** Está substancialmente representado pelos créditos a receber (circulante e não circulante), e são provenientes das vendas de unidades imobiliárias residenciais (denominadas "contas a receber por incorporação de imóveis"). **c. Estoque de imóveis:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor, e estão compostos por terrenos, custos de construção que são formados por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário, materiais, mão de obra aplicada e outros correlatos. Quando o custo de construção do imóvel exceder o fluxo de caixa esperado da sua operação de locação ou venda, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não fosse recuperável. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos balanços não excedem os respectivos valores líquidos de realização. A classificação de imóvel entre circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo de comercialização do imóvel. A Administração revisa periodicamente as estimativas de comercialização. **d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** De acordo com o pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, a Empresa analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo pode estar registrado por valor superior ao seu valor de realização. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima os valores recuperáveis do ativo e caso o valor de realização (valor justo) seja inferior ao valor contábil, efetua o ajuste para refletir o valor de realização do ativo. Em 31 de dezembro de 2024, a administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. **e. Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de créditos bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **f. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar. A Empresa reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". A Empresa apresenta apenas passivos financeiros ao custo amortizado. **g. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente são apresentados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido. As alíquotas desses impostos são de 15% para o imposto de renda, 10% de adicional de imposto de renda sobre o que ultrapassar R$ 240 no exercício e de 9% para a contribuição social. Em 2024 e 2023 a Empresa optou pelo regime de lucro presumido, desta forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas de locação 8% para IRPJ e 12% para CSLL sobre as receitas de vendas de imóveis e de 100% sobre receitas financeiras e dos ganhos realizados, sobre a qual aplicam-se as alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) e 9% referentes ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro, respectivamente. **i. Patrimônio líquido: Capital Social:** O aumento ou diminuição de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto Social da Empresa. **Resultado do exercício (Destinação):** O lucro líquido do exercício apurado, após as deduções de reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Empresa julgar necessárias para a sua segurança, terá a destinação que lhe for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. **j. Resultado:** Compreende despesas e receitas registradas pelo regime de competência. **k. Receitas de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear. As receitas de locação são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. A linearização das receitas tem por objetivo equalizar as receitas de locação durante o prazo de vigência do contrato, diluindo o impacto decorrente das carências financeiras concedidas. **l. Receitas de venda de imóveis:** A Empresa adotou a metodologia de reconhecimento de receitas pelo POC por entender que essa sistemática é a melhor forma de demonstrar os resultados do seguimento, pois é possível acompanhar os resultados durante o processo de construção, isso permite uma análise concreta do resultado dos empreendimentos. Nas vendas de unidades não concluídas, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 47 "Receita de contrato com cliente" para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada de riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	–	1
Bancos	9	67
Aplicações Financeiras	15.444	8.275
	15.453	**8.343**

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber – locação	2.541	1.365
Contas a receber diferido – linearização de contratos de locação	3.679	5.424
Promitentes compradores de imóveis	5.059	–
	11.279	**6.789**
Circulante	8.707	2.124
Não circulante	2.572	4.665

6. Estoque de imóveis

	31/12/2024	31/12/2023
Empreendimento Torre Z	223.970	223.970
Empreendimento Mandarim The Legend	45.880	54.919
	269.850	**278.889**
Circulante	45.880	54.919
Não Circulante	223.970	223.970

7. Propriedade para investimentos e imobilizado

Movimentação em 2024	Saldo inicial	Aquisições	Transferência	Depreciação	Saldo final
Propriedade para investimentos					
Terrenos	3.360	–	(3.360)	–	–
Total de propriedades para investimentos	**3.360**	**–**	**(3.360)**	**–**	**–**
Imobilizado					
Equipamentos de Informática	2	–	–	(2)	–
Máquinas Ap. Equipamentos	127	–	–	(37)	89
Instalações e Benfeitorias	34	–	–	(5)	29
Móveis e Utensílios	298	–	–	(46)	254
Total de imobilizado	**461**	**–**	**–**	**(89)**	**372**
Total geral 2023	**57.547**	**–**	**(53.625)**	**(101)**	**3.821**
Total geral 2024	**3.821**	**–**	**(3.360)**	**(89)**	**372**

(a) A transferência ocorrida em 2024 diz respeito ao CEPAC referente ao terreno do empreendimento Mandarim The Legend que foi reclassificado para a conta de estoque de imóveis, tendo em vista a mudança do objetivo da Empresa em relação ao uso da propriedade, conforme previsto no CPC 28.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures Bradesco	25.659	47.653
Debêntures Bradesco – custos iniciais da transação	(169)	(313)
	25.491	**47.340**
Parcela circulante	21.849	21.849
Parcela não circulante	3.642	25.491

a) Debêntures: A Morumbi captou em 28 de fevereiro de 2020 o montante de R$ 132.000, por meio de emissão de 132.000.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única, espécie com garantia real, no valor unitário de R$ 1 (um real), com o objetivo de reperfilamento de passivo da Emissora, ou seja, liquidação antecipada do financiamento imobiliário contratado junto ao Banco Bradesco S.A. e reforço de capital de giro. O prazo de vencimento final das debêntures ocorrerá em 28 de fevereiro de 2026. O saldo do valor nominal unitário das debêntures, será pago em 72 parcelas mensais e consecutivas, todo dia 28 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de março de 2020 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures. As debêntures farão jus a juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias do DI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidas de sobretaxa de 1,34% ao ano. A emissão das debêntures tem como garantias: a alienação fiduciária do imóvel Torre Z e cessão fiduciária de recebíveis da Empresa.

9. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Morumbi é de R$ 175.729, correspondente a 175.729.395 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal:

Acionista	Nº de mil ações	Valor nominal – em R$ mil	Porcentagem
VR Holdings S.A.	87.864,5	87.864,5	50%
Triax Empreendimentos e Participações Ltda.	87.864,5	87.864,5	50%
	175.729	**175.729**	**100%**

10. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aluguel	33.507	37.923
Efeito de linearização dos contratos de locação	(1.744)	(1.656)
Receita Venda de Imóveis	26.027	–
Impostos sobre receitas (PIS e COFINS)	(2.109)	(1.321)
	55.681	**34.946**

11. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	31/12/2024	31/12/2023
Manutenção e Reparo	(4.095)	–
Despesas de condomínio	(3.624)	(3.045)
IPTU	(2.513)	(2.358)
Consultoria e honorários jurídicos	(441)	(718)
Despesas diversas	(265)	(1.301)
Reversão (provisão) de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	–	99
	(10.938)	**(7.323)**

12. Outras receitas operacionais – A Empresa reconheceu em 2024 o montante de R$ 2.211 de outras receitas operacionais sendo, 1.427 a título de receita obtida com multas e outros acréscimos incorridos em rescisão de contratos de locação, R$ 400 a título de indenização do locatário Carrefour e 384 oriundos de reembolso de despesas. A Empresa reconheceu em agosto de 2023 o montante de R$ 339 a título de restituição de pagamento em duplicidade oriundos de arrecadação de IPTU realizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

13. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	1.089	187
Variações monetárias ativas	15	36
Outras receitas financeiras	75	236
Total de receitas financeiras	**1.179**	**459**
Despesas Financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(4.398)	(8.204)
Outras despesas financeiras	(3)	(3)
Total de despesas financeiras	**(4.401)**	**(8.207)**
Resultado Financeiro	**(3.222)**	**(7.748)**

A Diretoria

Ademar Ripke Júnior – Contador TC CRC 1SP 217.934/O-2

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (*Em milhares de Reais*) **– BR GAAP**

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante	**224.604**	**1.792.283**	**1.248.432**	**1.782.084**
Caixa e equivalentes de caixa	3.630	32.509	35.037	46.912
Títulos e Valores Mobiliários	9.007	266.041	29.131	276.633
Contas a receber	2.198	1.380.786	848.022	1.365.793
Tributos e contribuições a recuperar	42.703	2.905	50.315	2.906
Créditos em Operações de Transferências de Ativos	–	20.281	–	–
Despesas antecipadas	924	1.147	7.783	1.226
Outros créditos	166.142	88.614	278.144	88.614
Realizável a longo prazo	**–**	**12.856**	**–**	**12.856**
Outros instrumentos financeiros	–	12.856	–	12.856
Não circulante	**231.206**	**173.512**	**279.741**	**131.700**
Títulos e Valores Mobiliários.	18.977	–	79.610	–
Aplicações em cotas FIDC	–	41.539	–	–
Despesas antecipadas.	549	1.398	621	1.548
Outros créditos.	3.602	3.190	4.218	2.856
Créditos tributários	364	7.640	10.800	7.650
Investimentos	203.890	83.081	–	82.982
Imobilizado	–	–	1.287	–
Intangível	3.824	36.664	183.205	36.664
Total do Ativo	**455.810**	**1.978.651**	**1.528.173**	**1.926.640**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante	**163.914**	**989.371**	**885.870**	**987.542**
Fornecedores	3.788	6.314	6.087	4.344
Obrigações por transações de pagamentos	294	606.671	54.789	606.671
Obrigações com bandeira	–	161.168	537.086	161.168
Empréstimos e financiamentos	92.448	37.345	102.004	37.345
Salários e encargos sociais	–	–	34	–
Tributos e contribuições sociais	239	8.925	6.687	8.930
Tributos e impostos parcelados	4.916	4.935	6.540	4.935
Debêntures	–	37.119	90.137	37.119
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos	–	44.237	–	44.237
Dividendos a pagar	5.999	5.999	5.999	5.999
Outras contas a pagar	56.230	76.658	76.507	76.794
Não circulante	**104.921**	**836.925**	**456.160**	**786.743**
Empréstimos e financiamentos.	500	20.000	6.508	20.000
Tributos e impostos parcelados.	18.080	18.360	21.802	18.360
Debêntures.	50.258	471.503	263.968	471.503
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos.	–	318.254	124.723	268.043
Passivos contingentes	1.048	518	4.124	547
IRPJ e CSLL Diferido	–	8.290	–	8.290
Outras contas a pagar	35.035	–	35.035	–
Patrimônio Líquido	**186.975**	**152.355**	**186.143**	**152.355**
Capital social	195.200	115.200	195.200	115.200
Reserva legal	–	5.373	–	5.373
Reservas de lucros	–	31.782	–	31.782
Prejuízos acumulados	(8.455)	–	(8.455)	–
Outros resultados abrangentes	230	–	(602)	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**455.810**	**1.978.651**	**1.528.173**	**1.926.640**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(em milhares de reais – R$, exceto resultado por ações)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida de serviços	**180.477**	**278.403**	**395.341**	**278.403**
(-) Custo dos serviços prestados	(218.917)	(243.224)	(263.089)	(243.224)
(=) Lucro (Prejuízo) Bruto	**(38.440)**	**35.179**	**132.252**	**35.179**
(+/-) Despesas/receitas operacionais	**(215.462)**	**(351.922)**	**(571.324)**	**(352.148)**
Gerais e administrativas	(44.561)	(29.329)	(69.309)	(29.330)
Outras receitas (despesas) operacionais	31.452	36.834	26.497	36.805
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(189.671)	(366.203)	(528.512)	(366.203)
Resultado Equivalência Patrimonial	(12.682)	6.776	–	6.580
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(253.902)**	**(316.743)**	**(439.072)**	**(316.969)**
Despesas financeiras	(96.637)	(172.515)	(192.599)	(197.553)
Receitas financeiras	303.915	557.938	594.307	583.270
(=) Resultado financeiro líquido	**207.278**	**385.423**	**401.708**	**385.717**
(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(46.624)**	**68.680**	**(37.364)**	**68.748**
(-) Imposto de Renda	–	(12.639)	(1.504)	(12.688)
(-) Contribuição Social	–	(7.332)	(946)	(7.358)
(+) Imposto diferido	1.014	(649)	(6.892)	(640)
(=) Lucro (prejuízo) do exercício	**(45.610)**	**48.060**	**(46.706)**	**48.062**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas não controladores			**(1.096)**	**2**
Acionistas controladores			**(45.610)**	**48.060**
Nº de ações (Mil)	195.200	115.200	195.200	115.200
Lucro (prejuízo) líquido por lote de Mil Ações (em R$)	**(0,2337)**	**0,4172**	**(0,2393)**	**0,4172**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro/(Prejuízo) Líquido do período	**(45.610)**	**48.060**	**(46.706)**	**48.062**
Outros Resultados Abrangentes do Período, Segregados em:				
a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**230**	**–**	**(602)**	**–**
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros para venda	230	–	(602)	–
Resultado Abrangente do período	**(45.380)**	**48.060**	**(47.308)**	**48.062**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(46.624)**	**68.680**	**(37.364)**	**68.748**
Ajustes por:				
Amortização e depreciação	8.968	5.286	16.418	5.285
Amortização mais valia	3.553	2.111	3.553	2.111
Cotas de Fundo de Investimento (FIDC)	(2.420)	(12.051)	25.642	–
Resultado de equivalência patrimonial	12.682	(6.776)	–	(6.580)
Provisão/(reversão) de contingências	(531)	381	1.926	410
Juros incorridos dos empréstimos, debêntures e fundos de investimentos	62.609	–	121.587	–
Perda operacional com carteira	14.045		14.045	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	189.671	366.203	528.512	366.203
Resultado líquido ajustado	**241.953**	**423.834**	**674.319**	**436.177**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:				
Instrumentos financeiros	238.056	(164.398)	16.484	(117.282)
Contas vinculadas	–	–	–	280
Contas a receber	669.204	(636.274)	720.867	(686.720)
Tributos e contribuições a recuperar	(32.364)	(1.292)	(32.400)	(1.164)
Outros créditos	(77.940)	(71.687)	(78.513)	(70.291)
Outros ativos	1.074	854	5.043	931
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.526)	2.495	(2.525)	3.551
Obrigações por transações de pagamento e bandeira	(767.545)	186.362	(804.653)	186.210
Tributos e contribuições sociais	(8.686)	7.573	(9.818)	4.134
Outras contas a pagar	(17.722)	39.786	(17.108)	36.936
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.940)	(1.616)	(8.869)	(1.650)
Amortização de parcelamento de impostos	(5.598)	–	(5.598)	–
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	**229.966**	**(214.363)**	**457.229**	**(208.888)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível	(44.261)	–	(52.921)	–
Desembolso na aquisição de carteiras	–	(28.244)	–	(28.244)
Baixa de intangivel	50.891	–	50.891	–
Aquisição de participação societária	(109.268)	(57.144)	(109.268)	(57.144)
Aporte de capital em controlada	(15.000)	–	–	–
Baixa de participação societária	–	(12.856)	–	(12.856)
Outros instrumentos financeiros	–	999	–	999
Aplicação financeira	–	(82)	–	(82)
Baixa de títulos e valores mobiliários	–	–	–	352
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento	**(117.638)**	**(97.327)**	**(111.298)**	**(96.975)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	80.000	–	80.000	–
Recursos provenientes de empréstimos	185.949	30.000	199.949	30.000
Amortização de empréstimos	(14.948)	(98.138)	(27.265)	(98.138)
Recursos provenientes de debêntures	169.000	476.375	169.000	476.375
Amortização de debêntures	(476.369)	(6.081)	(564.600)	(6.081)
Amortização de Fundo de Investimentos	(88.408)	(42.330)	(218.459)	(42.330)
Adesão a parcelamento de impostos	3.569	–	3.569	–
Dividendos declarados e pagos	–	(22.111)	–	(22.111)
Juros sobre capital próprio	–	(1.120)	–	(1.120)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	**(141.207)**	**336.595**	**(357.806)**	**336.595**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(28.879)**	**24.905**	**(11.875)**	**30.732**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	32.509	7.604	46.912	16.180
No fim do período	3.630	32.509	35.037	46.912
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(28.879)**	**24.905**	**(11.875)**	**30.732**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(em milhares de reais – R$)*

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**35.000**	**80.200**	**2.970**	**10.488**	**–**	**–**	**128.658**
Integralização de capital	80.200	(80.200)	–	–	–	–	**–**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–		**48.060**	**48.060**
Destinações:							
Reserva Legal	–	–	2.403	–	–	**(2.403)**	**–**
Reserva de lucros	–	–	–	31.782	–	**(31.782)**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(10.488)		**(13.875)**	**(24.363)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**115.200**	**–**	**5.373**	**31.782**	**–**	**–**	**152.355**
Aumento de capital	80.000	–	–	–	–	**–**	**80.000**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	230	**–**	**230**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–		–	**(45.610)**	**(45.610)**
Destinações:							
Reserva Legal	–	–	(5.373)	–	–	**5.373**	**–**
Reserva de lucros	–	–	–	(31.782)	–	**31.782**	**–**
Prejuízos acumulados							**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**195.200**	**–**	**–**	**–**	**230**	**(8.455)**	**186.975**

Tharik Camocardi de Moura
Diretor e Relação com Investidores

Denis César Correia
Diretor Presidente

Bruno Pascele Piva
Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Carolina Camacho de Paula
Contadora CRC 1SP 317.067/O-7

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.701.408/0001-04 – NIRE 35.300.522.681

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 1º de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 1º de abril de 2025, às 17h00, de forma exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, nos termos do parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Nos termos do item 1 da Seção VIII do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, esta Assembleia ("Assembleia") da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia") foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 18º andar, sala "F", Pinheiros, CEP 05.425-070. **2. Convocação:** O edital de convocação foi publicado, em primeira convocação, na forma do artigo 124 da Lei das S.A., no jornal "Data Mercantil" nas edições dos dias 21 (sexta-feira), 22, 23 e 24 (sábado a segunda-feira) e 25 (terça-feira) de março de 2025, páginas 07, 07 e 07, respectivamente, com divulgação simultânea na página da internet do mesmo jornal. **3. Publicações Legais:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do parecer do auditor independente, foram publicadas em 28 de fevereiro de 2025, nos termos do art. 289 da Lei das S.A., no jornal "Data Mercantil" (página 9), e disponibilizados nessa mesma data na sua íntegra, na página do mesmo jornal na internet (https://datamercantil.com.br/publicidade legal/). Os documentos mencionados acima e os demais documentos pertinentes a assuntos constantes da ordem do dia foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. **Ana Teresa do Amaral Meirelles** e secretariados pelo Sr. **Paulo Henrique Signori Pinese**. **5. Presença:** Presentes os acionistas titulares de 373.078.724 (trezentos e setenta e três milhões, sessenta e oito mil, setecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 95.433.509 (noventa e cinco milhões, quatrocentas e trinta e três mil, quinhentas e nove) ações preferenciais classe "A", nominativas e sem valor nominal, representando, em conjunto, 88,87% do total de ações ordinárias e 99,43% do total de ações preferenciais, ambas com direito a voto da Companhia, conforme se verifica na Lista de Presença constante do **Anexo I** à presente ata. Presentes, ainda, como representantes da administração da Companhia, os Srs. Fábio Minamisawa Hirota e Carmem Campos Pereira, e o Sr. Alexandre Fernandes, na qualidade de representante da empresa de auditoria independente **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.**, sociedade simples limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Corp. Tower Torre Norte, 8º andar, conjunto 81, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, inscrita no CNPJ sob o nº 61.366.936/0001-25, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 000471-5, para fins de esclarecimento de dúvidas dos acionistas, nos termos do art. 134, § 1º da Lei das S.A. **6. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(v)** a autorização aos administradores da Companhia para realizarem todos os atos necessários para a efetivação das matérias constantes da ordem do dia. **7. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, foram tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas presentes, sem abstenções, sem restrições ou ressalvas: 7.1. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas, sendo 468.512.233 votos favoráveis, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 7.2. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas, sendo 468.512.233 votos favoráveis, a destinação do **prejuízo** apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R$ 26.305.000,00 (vinte e seis milhões, trezentos e cinco mil reais), conforme registrado nas demonstrações financeiras da Companhia aprovadas nos termos do item 7.1 acima, que será destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia, não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos aos acionistas. 7.3. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas, sendo 468.512.233 votos favoráveis, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, no montante de até R$ 37.905.561,00 (trinta e sete milhões, novecentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais), não estando inclusos na remuneração global ora aprovada os valores de tributos e encargos incidentes sobre a remuneração a que sejam de responsabilidade da Companhia. 7.4. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas, sendo 468.512.233 votos favoráveis, a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: **(i) Ana Teresa do Amaral Meirelles**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.813.954-X (SSP/SP), inscrita no CPF sob o nº 064.523.408-75, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(ii) José Roberto Correa Teixeira Ferraz**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13899846 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 091.400.828-57, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; **(iii) Hiran Alencar Mora Castilho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.280.478-4 (SSP/PR), inscrito no CPF sob o nº 574.363.129-87, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; **(iv) Renan Sampaio Nunes dos Santos**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 03503002450 (DETRAN/SP), inscrito no CPF sob o nº 118.378.687-51, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; **(v) Ricardo Barbosa Leonardos**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 5855204 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 859.347.638-49, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; **(vi) Gustavo de Pauli Athayde**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.670.129 (SSP/PR), inscrito no CPF sob o nº 046.379.479-60, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; **(vii) Eduardo Gromatzky**, brasileiro, em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.692.212-8 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 326.823.858-00, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; e **(viii) Carolina Buendia Gutierrez**, colombiana, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade nº 52.350.695, expedida pela República da Colômbia, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, todos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 18º andar, sala "F", Pinheiros, CEP 05.425-070, reeleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, e que poderá se estender até a posse de seus respectivos substitutos, conforme permite o artigo 11, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia e o artigo 150, § 4º, da Lei das S.A. 7.4.1. Os membros do Conselho de Administração, ora reeleitos, tomam posse nos seus respectivos cargos, mediante a assinatura dos termos de posse **(Anexo II)** lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, que ficará arquivado na sede social, na forma da legislação aplicável. Observada a prestação das declarações previstas em lei, os membros do Conselho de Administração aceitam o cargo para os quais foram eleitos e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 7.5. Autorizar, por unanimidade de votos dos acionistas, sendo 468.512.233 votos favoráveis, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta Assembleia, incluindo os registros e averbações nos órgãos públicos e privados que se façam necessários para tal fim. **8. Encerramento:** Todos os acionistas presentes declararam concordar com a realização da presente Assembleia na forma digital, a utilização do sistema digital disponibilizado pela Companhia, que garante a segurança, confiabilidade e transparência do conclave, bem como concordam expressamente com a gravação na íntegra do conclave, cuja gravação integral ficará arquivada na sede da Companhia, conforme estabelece a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"). A Presidente declarou que todos os requisitos para a realização da presente assembleia foram devidamente atendidos, especialmente aqueles previstos na IN DREI 81. A Presidente então colocou a palavra à disposição para quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário a lavratura da presente ata que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pela Presidente e pelo Secretário da mesa, conforme previsto na IN DREI 81. São Paulo/SP, 01 de abril de 2025. **Mesa:** Ana Teresa do Amaral Meirelles: Presidente; Paulo Henrique Signori Pinese: Secretário. **Acionistas presentes:** Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p.p. Eline Dellova Freisinger); Alcantil Empreendimentos e Participações S.A. (p.p. Luiz Alberto Alves Ossiama); Nelson Solano Valle, Manoel Gonçalves Carneiro Netto e Bernardo Garcia Barroso. **Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio da companhia.** São Paulo/SP, 1º de abril de 2025. **Mesa: Ana Teresa do Amaral Meirelles** – Presidente; **Paulo Henrique Signori Pinese** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 135.574/25-0 em 17/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas da DM Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 17h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1 – Tomar as contas dos administradores da Companhia; 2- Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3 – Fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; 4 – Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato. 5 – Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2025. **Informações Gerais: I) Participação dos acionistas na AGO**. Os acionistas poderão participar da AGO: (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6404/76 conforme alterada ("Lei das S.A.") e de acordo com o Artigo 10º parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Conforme o estabelecido no Artigo 9º parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia e nas normas aplicáveis, a comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da AGO e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da AGO. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGO. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 6º da Resolução CVM 81. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. **II) Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas (https://www.vocedmfinanceira.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A., e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, ("Resolução CVM 81"). **III) Participação via Boletim de Voto à Distância:** A Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81, de forma que os acionistas poderão alternativamente participar da AGO mediante o envio do boletim de voto a distância conforme modelos, nos termos indicados na Proposta de Administração disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://www.vocedmfinanceira.com.br), i) por meio de seus respectivos agentes de custodia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes dos próprios boletins de voto, na Proposta da Administração. São José dos Campos, 05 de abril de 2025. **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente do Conselho de Administração; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (05, 23 e 24/04/2025)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio WTorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-011, na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debêntures em circulação do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 49.732.175/0001-82, sediada na Avenida Jose Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05317-020 ("Debêntures Tok&Stok" e "Tok&Stok" ou "Companhia", respectivamente), com fulcro na Cláusula 13.2 da escritura de emissão das Debêntures Tok&Stok ("Escritura de Emissão") e nos artigos 71, § 1º, e 124 da Lei nº 6.404/1976, **CONVOCA** os titulares das Debêntures Tok&Stok ("Debenturistas") para se reunirem em **assembleia geral de debenturistas** a ser realizada, em primeira convocação, **na sede da Companhia, às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2025**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia ("AGD"): ***(i)*** **CONDICIONADO** à assunção de determinadas obrigações vinculantes pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, **CONCEDER RENÚNCIA FORMAL**, em consonância com o disposto na Cláusula 10 da Escritura de Emissão, com relação ao direito dos Debenturistas de declarar o vencimento antecipado das Debêntures Tok&Stok em função da ocorrência das hipóteses aplicáveis, e na extensão a ser eventualmente determinada pelos Debenturistas na AGD - previstas na Cláusula 10.1.2(iii), em quaisquer dos itens da Cláusula 10.1.2(iv) e/ou Cláusula 10.1.2(v) da Escritura de Emissão –, e decorrentes da eventual liquidação da OPA, observados os termos e condições previstos no "Edital de Oferta Pública Voluntária para Aquisição do Controle da Mobly S.A." publicado por Regain Participações Ltda. e Paul Jean Dubrule (em conjunto, os "Ofertantes") em 15 de abril de 2025 ("Edital da OPA"); e ***(ii)*** **AUTORIZAR A PRÁTICA**, pelo Agente Fiduciário e/ou pelas demais partes envolvidas, dos atos necessários à implementação das deliberações referidas no item *(i)* acima da ordem do dia. **Instruções Gerais.** O Edital da OPA, que constitui o material da AGD, encontra-se à disposição dos Debenturistas em < www.btgpactual.com/investment-bank >; < www.b3.com.br>; e < www.gov.br/cvm/pt-br >. Para participar da AGD, os Debenturistas deverão se apresentar no endereço indicado acima antes do horário agendado para o seu início, portando os seguintes documentos: (i) extrato da respectiva conta das Debêntures Tok&Stok aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; (ii) em se tratando de pessoa física, documento de identidade com foto e, em se tratando de pessoa jurídica, documentos comprobatórios da regularidade da representação, na forma de seus atos constitutivos; e (iii) se aplicável, procuração com poderes específicos para a representação do Debenturista na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. São Paulo, 18 de abril de 2025. **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** ("Companhia"), sociedade por ações, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 10.00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 17 de Abril de 2025. Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. **(18, 23 e 24/04/2025)**

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A.** ("**Companhia**") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se aos 30 dias de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** exame, discussão e aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2024, disponíveis aos acionistas na sede da Companhia; e **(b)** deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2024. Barueri, 17 de abril de 2025. **Thiago Lolkus Nigro,** Presidente do Conselho de Administracão. (22, 23 e 24/04/2025)

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025

1. Data, Local e Hora: Aos 04 dias do mês de abril de 2025, às 17h00min, na sede social da **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.,** localizada na cidade de Lins, Estado de São Paulo, Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451 - Centro, CEP 16.400-040, Caixa Postal 844 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sra. Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Encaminhar para análise e discussão a proposta de ratificação do Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana Concessionária De Rodovia S.A., firmado em 24 de março de 2025. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar e ratificar o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., firmado em 24 de março de 2025, consoante documento anexo. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada confonne, foi assinada por todos os presentes. Lins/SP, 04 de abril de 2025. **Carlo Alberto Bottarelli,** Presidente; **Luiz Fernando Wolff de Carvalho,** Conselheiro; **João Villar Garcia,** Conselheiro; **Roberto Solheid da Costa de Carvalho,** Conselheiro; **Marcos Paulo Fernandes Pereira,** Conselheiro; e **Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi,** Secretária. JUCESP nº 127.659/25-0 em 22/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.

CNPJ nº 26.800.308/0001-05 - NIRE 35300582349

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos** S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09 de maio de 2025, às 10 horas, na sede social da Companhia localizada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Av. Shishima Hifumi, nº 2911, sala 107, Urbanova, CEP 12.244-000, com a finalidade de deliberar sobre (i) a abertura de nova filial da Companhia na Cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo; (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a autorização para que a diretoria e os representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações ora tomadas. São José dos Campos/SP, 24 de abril de 2025. **Norivaldo Corrêa Filho,** Presidente do Conselho de Administração.

(24, 25 e 28/04/2025)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09:00, do dia 30 de abril de 2025, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://shre.ink/Mdad, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **b.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **c.** Reeleição dos membros da Diretoria; **d.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 18 de abril de 2025. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor. (18, 23 e 24/04/2025)

Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A.

CNPJ/MF nº 26.173.513/0001-98 - NIRE 35300509412

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, de forma simultaneamente presencial e virtual. A reunião presencial ocorrerá no escritório de advocacia contratado pela Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A., na Av. Ordem e Progresso, 157, sala 908, 9º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, às 16h00 em 1ª convocação e às 16h30 em 2ª convocação. O acesso virtual à Assembleia será realizado por meio do seguinte link para videochamada: 1ª Convocação – 16h00 – https://meet.google.com/rdu-oqsh-ngx 2ª Convocação – 16h30 – https://meet.google.com/hme-eosn-sim. **Ordem do Dia: 1.** Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023; **2.** Tomar as contas da Administração referentes ao exercício social de 2023; e **3.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Conforme comunicado, neste ato, ratifica-se que se acham à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76, os quais serão publicadas na forma eletrônica (digital), conforme previsto no 294 da Lei nº 6.404/76. **Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A.** (24, 25 e 26/04/2025)

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35300557743

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Qualiciclo Agrícola S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 30 de abril de 2025, às 16 horas, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1.** Aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2024; **2.** Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia do exercício referente ao exercício social a encerra-se em 30 de junho de 2025; e **3.** Alteração da composição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia disponibilizará os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, bem como, o link Teams de acesso à reunião no endereço de e-mail dos acionistas. Ponta Grossa/PR, 23, 24 e 25 de abril de 2025. **Ruy Marcos Laguna Cunha,** Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25/04/2025)

Albriggs Defesa Ambiental S.A.

CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35.300.1808-79

Edital de 2ª Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária em segunda convocação, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025 às 11:00 horas, na sede social, à Avenida Jabaquara, nº 3.060 – 3º andar – Bairro Mirandópolis – São Paulo/SP., a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **1)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2)** Destinação do resultado exercício e constituição da reserva legal; **3)** Outros assuntos de interesse dos acionistas. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 17 de abril de 2025. **Valter Carmona,** Diretor Administrativo e Financeiro. (18, 23 e 24/04/2025)

Publique no Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A administração da InterPlayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "InterPlayers") e suas empresas controladas em conjunto (referidas como "InterPlayers") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, condensadas, individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31/12/2024, nos termos legais e estatutários vigentes.

Aviso legal:

A apresentação desse Relatório da Administração não inclui somente informações originárias das nossas demonstrações financeiras, mas as expectativas da companhia, riscos controláveis e incontroláveis que não limitam se na concorrência de preços e serviços, mas também no desempenho do mercado global. Dessa forma, essas informações deverão ser interpretadas para fins informativos, não sobrepondo-se sob as análises, evidências e/ou revisões efetuadas pela empresa de auditoria independente para quaisquer fins.

Mensagem da diretoria executiva:

O ano de 2024 foi marcado por um cenário macroeconômico ainda desafiador, embora com sinais claros de recuperação. A leve estabilização do ambiente político contribuiu para um clima de maior previsibilidade, apesar das persistentes taxas de juros reais elevadas e das restrições no acesso ao capital de giro. Nesse contexto, as estratégias adotadas pela companhia mostraram-se acertadas. Mantivemos nosso posicionamento como um HUB de Negócios voltado à Saúde e Bem-Estar uma diretriz estratégica que seguimos desde 2019 e seguimos consolidando um portfólio diversificado e integrado de produtos. Essa estratégia tem proporcionado consistência e segurança aos nossos stakeholders, ao mesmo tempo em que gera oportunidades únicas e diferenciadas em relação ao mercado. Como resultado, nossos indicadores operacionais permaneceram em níveis elevados, em linha com o planejamento estratégico de curto e longo prazo. Esse desempenho reforça a efetividade de nossa gestão verticalizada de produtos e da cadeia de valor. Por fim, registramos nossa sincera gratidão a toda a equipe composta por talentos excepcionais, bem como aos nossos clientes e parceiros estratégicos, que são fundamentais para essa trajetória de crescimento e que compartilham da mesma confiança na missão da nossa empresa.

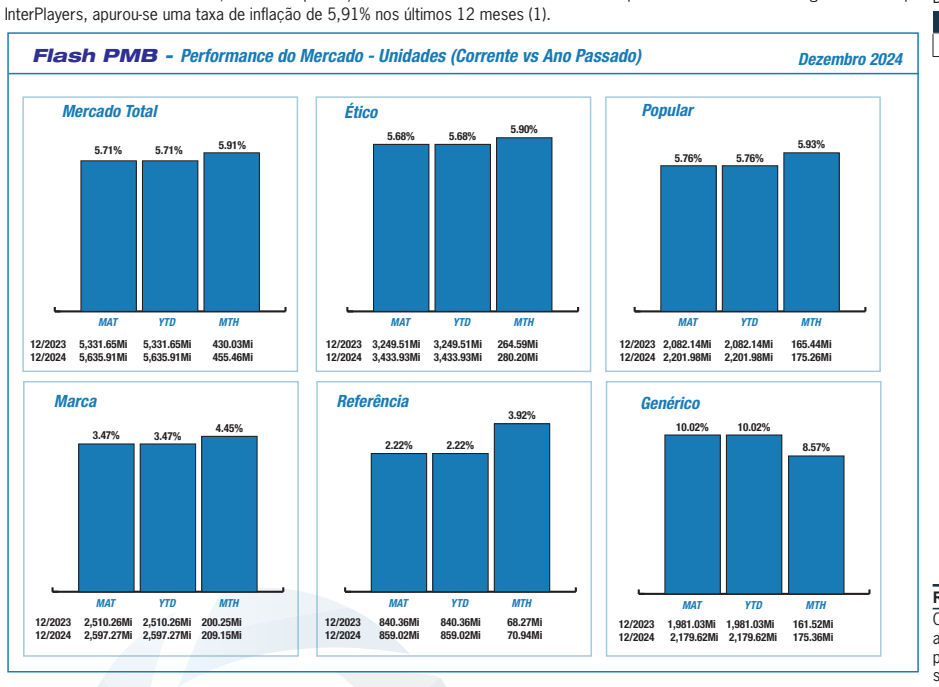
Cenário econômico e setorial:

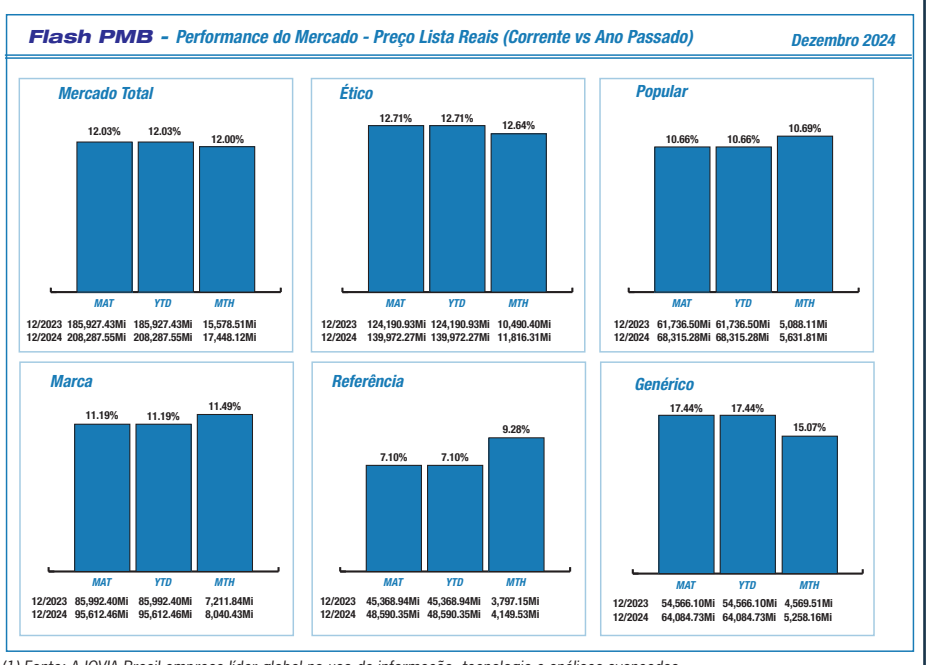
Em 2024, observou-se uma retomada da inflação em comparação com a posição de dezembro de 2023, caracterizada por uma trajetória de alta contínua. Esse movimento está em consonância com o fato de que a inflação acumulada até o momento ultrapassa a meta estabelecida para o ano de 2024 (4,50%), segundo dados do IBGE. Conforme representado na tabela abaixo, a inflação acumulada de 12 meses, alcançou em dezembro de 2024 a taxa de 4,83%:

IPCA – Variação mensal acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso menos, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços.

Mês	Acumulada em 12 meses (%)	Mensal (%)
Jan/24	4,42	0,42
Fev/24	4,50	0,83
Mar/24	3,93	0,16
Abr/24	3,69	0,38
Mai/24	3,93	0,46
Jun/24	4,23	0,21
Jul/24	4,50	0,38
Ago/24	4,24	–0,02
Set/24	4,42	0,44
Out/24	4,76	0,56
Nov/24	4,87	0,39
Dez/24	4,83	0,52

A inflação no Brasil encerrou o ano de 2024 em 4,83%, acima dos 4,62% registrados em 2023 e superior à meta estabelecida pelo governo. A aceleração inflacionária foi atribuída, principalmente, ao aumento de 7,69% nos preços dos alimentos e de 9,71% nos preços da gasolina. Os principais fatores que contribuíram para a pressão inflacionária incluem os eventos climáticos adversos, como seca e enchentes no Rio Grande do Sul, além da depreciação cambial frente ao dólar. No estudo específico do ambiente de negócios do Grupo InterPlayers, apurou-se uma taxa de inflação de 5,91% nos últimos 12 meses (1).





(1) Fonte: A IQVIA Brasil empresa líder global no uso de informação, tecnologia e análises avançadas.

Desempenho econômico-financeiro:

Em 2024, assim como em 2023, a empresa manteve-se alinhada com a estratégia definida para o ano. Entretanto, houve uma redução no lucro bruto, que registrou uma queda devido ao aumento nos custos dos serviços, conforme detalhado abaixo:

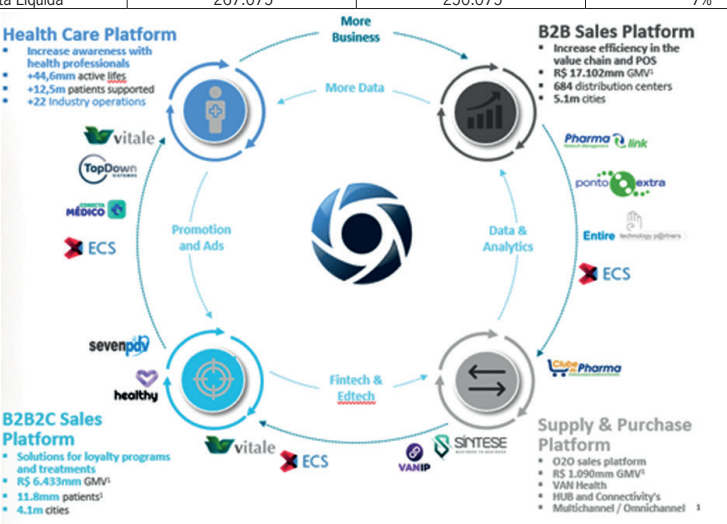
R$ Milhões	dezembro–2024	dezembro–2023	var(%)
Lucro Bruto	102.915	114.472	–10%

Neste período, de janeiro a dezembro de 2024, o Gross Merchandise Value, ("GMV") atingiu R$ 23,535 bilhões acumulados até dezembro de 2024, trafegados nas plataformas da InterPlayers, desconsiderando as demais empresas que compõem o grupo econômico. Dessa forma, demonstrou-se um aumento médio de 25% em relação ao mesmo período de 2023, conforme apresentado na tabela abaixo e na representação gráfica da Companhia.

GMV	2024	2023
Comercial – GMV	17.102	12.007
Fidelização – GMV	6.433	6.740
Total GMV (mm)	**23.535**	**18.746**

Destaque-se, o crescimento da Receita Líquida registrando um aumento de 7% em comparação com dezembro de 2023.

R$ Milhões	dezembro–2024	dezembro–2023	Var
Receita Líquida	267.075	250.075	7%



Recursos humanos:

O papel da InterPlayers como um Hub de Negócios da Saúde e Bem-Estar é evidente também na nossa equipe de colaboradores, que agora soma 1.008 pessoas até dezembro de 2024. Esse crescimento reflete a visão contínua da Companhia de oferecer oportunidades, promover igualdade e equidade. Nossa equipe é diversificada e de alta qualidade, resultado dos nossos programas de recrutamento e seleção, bem como de aprimoramento profissional e social.

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**5.a**	3.705	9.730	16.534	19.507
Aplicação financeira	**5.b**	245	–	245	–
Contas a receber	**6**	36.253	39.046	48.521	48.610
Impostos a recuperar	**7.a**	5.668	7.289	14.610	13.694
Partes relacionadas	**23.c**	2.740	6.226	3	3.248
Outros ativos		2.920	2.892	3.236	3.775
Dividendos a receber	8.b	11.684	1.684	–	–
Total do ativo circulante		**63.215**	**66.867**	**83.149**	**88.834**
Não Circulante					
Aplicações financeiras	**5.b**	2.701	–	2.701	–
Impostos a recuperar	**7.a**	427	504	469	546
Partes relacionadas	**23.c**	6.519	–	511	–
Depósitos judiciais	**14.b**	770	319	3.669	3.192
Ativo fiscal diferido	**17.b**	2.841	6.477	5.294	8.143
Investimentos	**8**	114.684	135.459	2.021	2.322
Imobilizado	**9**	5.170	4.547	6.725	6.597
Intangível	**10**	57.423	45.150	172.250	173.076
Ativo de direito de uso	**22.a**	10.054	2.733	10.497	3.382
Total do ativo não circulante		**200.589**	**195.189**	**204.137**	**197.258**
Total do Ativo		**263.804**	**262.056**	**287.286**	**286.092**

Passivo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	**11**	16.634	8.608	16.634	8.757
Passivo de arrendamento	**22.b**	335	629	665	933
Obrigações por aquisições de investimentos	**13**	1.164	14.433	1.164	14.433
Fornecedores e outras contas a pagar		11.148	6.312	14.086	7.526
Partes relacionadas	**23.c**	2.387	2.103	1.469	1.938
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**12**	11.258	14.644	19.697	21.486
Impostos e contribuições a recolher	**7.b**	1.807	3.152	3.522	4.579
Adiantamentos de clientes		662	1.218	1.505	1.774
Dividendos a pagar	**15.b**	6.308	4.682	10.188	5.230
Total do passivo circulante		**51.703**	**55.781**	**68.930**	**66.656**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	**11**	12.026	25.534	12.026	25.534
Passivo de arrendamento	**22.b**	11.174	2.770	11.464	3.356
Obrigações por aquisições de investimentos	**13**	9.605	17.981	9.605	17.981
Partes relacionadas	**23.c**	5.030	–	–	–
Provisão para contingências	**14.a**	2.045	1.027	10.510	9.134
Total do passivo não circulante		**39.880**	**47.312**	**43.605**	**56.005**
Patrimônio Líquido					
Capital social	**15.a**	49.348	49.348	49.348	49.348
Reserva de capital		68.392	68.392	68.392	68.392
Reserva legal	**15.b**	5.136	3.995	5.136	3.995
Reserva de lucros		49.345	37.228	49.345	37.228
Patrimônio líquido		**172.221**	**158.963**	**172.221**	**158.963**
Patrimônio líquido dos não controladores		–	–	2.530	4.468
Total do Passivo		**91.583**	**103.093**	**112.535**	**122.661**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**263.804**	**262.056**	**287.286**	**286.092**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares reais)*

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	**18**	193.443	183.212	267.075	250.075
Custo dos serviços vendidos	**19**	(115.652)	(98.981)	(164.160)	(135.603)
Lucro bruto		**77.791**	**84.231**	**102.915**	**114.472**
Despesas gerais e administrativas	**19**	(34.428)	(34.289)	(65.840)	(70.797)
Despesas comerciais e marketing	**19**	(15.660)	(12.127)	(16.643)	(12.831)
Outras receitas (despesas) operacionais	**19**	16.283	1.445	15.984	1.342
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**43.986**	**39.260**	**36.416**	**32.186**
Despesas financeiras	**20**	(7.838)	(6.863)	(9.360)	(8.005)
Receitas financeiras	**20**	2.417	2.693	3.972	3.541
Receitas financeiras líquidas		**(5.421)**	**(4.170)**	**(5.388)**	**(4.464)**
Resultado de equivalência patrimonial		(9.132)	(9.922)	(301)	(783)
Resultado antes dos impostos		**29.433**	**25.168**	**30.727**	**26.939**
Imposto de renda e Contribuição social correntes		(3.524)	(8.336)	(3.663)	(8.627)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.080)	2.880	(2.293)	3.151
Imposto de renda e contribuição social	**17.a**	**(6.604)**	**(5.456)**	**(5.956)**	**(5.476)**
Lucro líquido do exercício		**22.829**	**19.712**	**24.771**	**21.463**
Lucro atribuído aos acionistas da empresa controladora		–	–	22.829	19.712
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		–	–	1.942	1.751
Resultado por ação					
Resultado por ação – básico e diluído (em R$)	**21**	–	–	0,4764	0,4128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	22.829	19.712	24.771	21.463
Outros Resultado abrangentes	–	929	–	929
Total de resultados abrangentes	**22.829**	**20.641**	**24.771**	**22.392**
Resultados atribuídos aos acionistas controladores	**–**	**–**	**22.829**	**20.641**
Resultados atribuídos aos acionistas não controladores	**–**	**–**	**1.942**	**1.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continuação ☛

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

1. Informações do Grupo: A Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "Interplayers"), possui sede na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 1.566, Jurubatuba, São Paulo, Estado de São Paulo. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2024 abrangem a Companhia e suas controladas, além de investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo" descritas na Nota Explicativa nº 4.a). Em 30/10/2024 a CVM deferiu o pedido da Companhia e promoveu o cancelamento de seu registro para negociação de ações nos mercados regulamentados de valores mobiliários na categoria "A". a) Contexto operacional**:** O Grupo tem como objetivo social e estratégico a prestação de serviços de: • Administração de redes de relacionamento no ramo farmacêutico para indústria farmacêutica, higiene pessoais e cosméticos, empresas de administração de convênios, empresas administradoras de grupos de consumidores e outros, inclusive por meios eletrônicos e internet; • Prestação de serviços de *call center*, telemarketing e teleatendimento; • Prestação de serviços de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas; e • Locação de mão de obra terceirizada; prestação de serviços de promoção de vendas e *merchandising* de produtos; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; seleção e agenciamento de mão de obra; prestação de serviços de eventos; distribuição de material promocional; assessoria e consultoria em informática. b) Combinação de Negócios e Ágio**:** *Conecta - Conecta Médicos S.A.* : Em 30/07/2021, através do Termo de Aditamento e Fechamento do Acordo de Compra e Venda, Investimento e Outras Avenças, a InterPlayers adquiriu 3.000 ações ordinárias da Conecta, representando 25% de participação no seu capital social, e em uma segunda tranche de investimento, que ocorreu em agosto de 2022, aumentou sua participação em mais 10,8%. Os investimentos relativamente à primeira aquisição estavam sujeitos ao cumprimento de métricas acordadas entre as Partes relativamente aos anos de 2021, com efeito em 2022, e referente ao ano de 2022, com efeito em 2023, que poderiam representar o aumento da participação da InterPlayers em 7,5% a cada ano, o que ocorreu em julho de 2022 e abril de 2023, levando a InterPlayers a deter 50,8% de participação em abril de 2023. Ato contínuo, a InterPlayers concluiu a aquisição da participação remanescente e totalidade das ações da Conecta, o que a levou à formalização da conversão dos mútuos em aberto entre a Companhia e a investida, bem como à efetivação da compra da participação remanescente, passando a deter 100% do capital social e seu controle, sendo concluído o processo em 01/07/2023. Considerando a interrelação entre a obtenção de controle e aquisição da participação remanescente, a Companhia adotou a política de tratar esses acordos múltiplos como uma única transação conforme estabelecido pelo CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas. Considerando o histórico acima, a InterPlayers concluiu em 01/07/2023, a aquisição total, através da conversão de mútuos (R$ 1.397 mil) e pagamento de R$ 1.534 mil da participação remanescente, das ações da empresa controlada Conecta Médicos S.A., empresa que foi fundada em 2019 e encontra-se sediada em São Paulo - SP, com atividade comercial de conexão de médicos, psicólogos e pacientes através de plataforma tecnológica, gerando um "pronto atendimento". Assim, a integração da Conecta Médicos (CM) no Grupo InterPlayers ratifica a estratégia de posicionamento como um "HUB" no ambiente da saúde e cuidados básicos da qualidade de vida. Alocação do valor justo: A administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Conecta, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.

Descrição	30–abr–23
Ativo circulante	321
Ativo não circulante	1.119
Plataforma	1.953
Passivo circulante	(742)
Passivo não circulante	(1.086)
Total de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos pelo valor justo	**1.565**
Contraprestação	3.245
Remensuração da participação anteriormente detida	2.260
Ágio gerado na transação	**3.940**

O ágio gerado na transação é atribuível à rentabilidade futura do negócio adquirido. A Companhia reconheceu uma receita de R$ 1.440 correspondente à remensuração da participação anteriormente detida. Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis: Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38- Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Plataforma	2.661	Royalty rate Method	120 meses
Carteira de Clientes	1.098	Multi–Period Excess Earnings Method – ("MPEEM")	104 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio. Impacto da aquisição no resultado da Companhia: O resultado do exercício findo em 31/12/2023 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 01/05/2023. A aquisição da Conecta contribuiu com uma receita líquida de R$ 1.732 e um prejuízo de R$ 2.961. Caso a aquisição da Conecta tivesse ocorrido em 01/01/2023 a contribuição na receita líquida consolidada seria de R$ 2.464 e o prejuízo de R$ 3.803. A Administração contratou serviços de consultoria para acompanhamento da transação no valor de R$ 59 que foram reconhecidos no resultado do exercício. Saída de caixa líquida na aquisição da Conecta Médicos S.A. ("Conecta") :

	30–Abr–23
Preço de aquisição da participação remanescente	3.326
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	–
Contraprestação a valor justo	(396)
Valor pago à vista	(1.533)
Mútuos convertidos na data da aquisição	(1.397)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	–

c) Estrutura do Grupo: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Interplayers Soluções Integradas S.A. e de suas controladas a seguir relacionadas:

		Percentual de participação	
Controladas	**Abreviação**	**2023**	**2023**
Ponto Extra Serviços Temporários Ltda.	P.E.S.M.	**100%**	**100%**
ECS Participações Ltda.	ECS Par.	**100%**	**100%**
Top Down Consultoria e Projetos S.A.	TD	**75%**	**75%**
RX Tecnologia e Educação S.A.	Clinicarx	**100%**	**100%**
Conecta Médicos S.A. (ii)	Conecta	**100%**	**100%**

As demonstrações financeiras não consolidam as seguintes empresas investidas:

		Percentual de participação	
Investidas	**Abreviação**	**2023**	**2023**
ECS Informática Ltda. (i)	ECS Inf.	**50%**	**50%**

(i) A InterPlayers possui participação indireta na ECS Informática através de sua controlada ECS Participações. A InterPlayers através da ECS Participações não detém o poder de controlar a investida ECS Informática, porém possui influência significativa pois participam nas definições de distribuições de dividendos e sobre a estrutura societária da Companhia. Dessa forma, a ECS Participações contabiliza esse investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. (ii) Em 30/04/2023 a Companhia aumentou a participação societária na Conecta para 50,8%, com o aumento, detém o controle na Conecta conforme definido no IAS 28/CPC 18 (R2). Dessa forma, a InterPlayers contabiliza esse investimento utilizando o método de equivalência patrimonial, conforme definido no parágrafo 16 do IAS 28/CPC 18 (R2). A partir de 01/05/2023, a Companhia passou apresentar demonstrações consolidadas com a Conecta de acordo com o CPC 36 (R3). E em 01/07/2023, a Companhia concluiu a aquisição de 100% de participação. **Outros investimentos**: Em 2017, a Companhia iniciou o programa "ACE GROWTH" em conjunto com a Aceleradora de Startups e Inovação Corporativa denominada ARGOTEC Inteligência Empresarial, para incentivar e investir em possíveis startups que tenham soluções consistentes e complementares às operações do Grupo. O programa segue em desenvolvimento. O total investimento até 31/12/2024 é de R$ 150. Na linha de investimentos em startups a Companhia investiu, o total de R$ 508, na Future Health ("Future"), uma startup de inovação para conteúdo digital para o segmento de saúde. No final da aceleração, em dezembro de 2023 a Companhia teria o direito de converter o investimento em participação de 50% do capital da Future, a seu exclusivo critério, o que não ocorreu. Atualmente as partes estão em negociação para determinar a contrapartida suficiente ao investimento realizado. A Companhia monitora periodicamente os resultados da startup e possui a expectativa de adquirir a participação acionária conforme previsto em contrato, não havendo expectativas de perdas a serem consideradas até o momento. Esses investimentos são avaliados pelo método de custo, pois não houve aquisição de participação. **2. Base de preparação**: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24/04/2025. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeria são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. d) Continuidade operacional: Com base nos fatos e circunstâncias existentes nos encerramentos dos exercícios, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercícios iniciados em 01/01/2024 ou após essa data, e não houve impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais estão demonstradas a saber:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40)	– Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1)	Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com Covenants;
Alterações à IFRS 16/ CPC 06	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 01/01/2024, que, na opinião da administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas. Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas:

Normas e ementas de normas	
Alterações à IAS 21/ CPC 02	Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade
Alterações à IFRS 7/ CPC 40 e IFRS 9/ CPC 48	Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros
Alterações à ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial
IFRS 10/ IAS 28	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto
IFRS 18 / CPC 26	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras
IFRS 19 / CPC 36 (R3)	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações
OCPC 10	Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. **4. Políticas Contábeis Materiais**: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31/12/2024. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhes garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos; e, • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia periodicamente se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo alienar o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for alienado e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for alienado (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ativo, Passivo e Resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada por uma diluição de participação, perda de influência ou qualquer outra ação que não seja a alienação de sua participação, essa controlada continua representada das demonstrações financeiras sem, contudo, ter seus ativos, passivos e resultados consolidados. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os investimentos não controlados são apresentados também no consolidado pelo método de equivalência patrimonial b) Receita de Contratos com Clientes: As receitas do Grupo têm origem no licenciamento de uso de software e na prestação de serviços de consultoria e treinamento em informática, mensageria e call center. a) O licenciamento de uso de software consiste na disponibilização aos clientes, das soluções tecnológicas pertencentes a Empresa. b) A mensageria consiste na disponibilização aos clientes,

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2022		**49.348**	**68.392**	**3.009**	**23.184**	**–**	**(929)**	**143.004**	**3.123**	**146.127**
Adição de participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	49	49
Constituição da reserva legal	15.b	–	–	986	–	(986)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	–	–	–	–	(4.682)	–	(4.682)	(547)	(5.229)
Lucro líquido do exercício	15.b	–	–	–	–	19.712	–	19.712	1.751	21.463
Transferência para reserva de lucros		–	–	–	14.044	(14.044)	–	–	–	–
Ganho (perda) por variação de investimento	8.b	–	–	–	–	–	(506)	(506)	92	(414)
Baixa de variação de investimento		–	–	–	–	–	1.435	1.435	–	1.435
Saldo em 31/12/2023		**49.348**	**68.392**	**3.995**	**37.228**	**–**	**–**	**158.963**	**4.468**	**163.431**
Constituição da reserva legal	15.b	–	–	1.141	–	(1.141)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	–	–	–	–	(5.422)	–	(5.422)	(650)	(6.072)
Dividendos adicionais	15.b	–	–	–	–	(886)	–	(886)	(3.230)	(4.116)
Lucro líquido do exercício	15.b	–	–	–	–	22.829	–	22.829	1.942	24.771
Transferência para reserva de lucros		–	–	–	15.380	(15.380)	–	–	–	–
Ações em tesouraria adquiridas	15.a	–	–	–	(3.263)	–	–	(3.263)	–	(3.263)
Saldo em 31/12/2024		**49.348**	**68.392**	**5.136**	**49.345**	**–**	**–**	**172.221**	**2.530**	**174.751**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**22.829**	**19.712**	**24.771**	**21.463**
Ajustes para:					
Imposto de renda e contribuição social diferido	**17.a**	3.080	(2.880)	2.293	(3.151)
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	**17.a**	3.524	8.336	3.663	8.627
Depreciação/Amortização	**19**	10.908	7.921	24.138	20.528
Baixa de Intangível	**10**	2.671	–	3.520	–
Resultado de equivalência patrimonial		9.132	9.922	301	783
Reverão de obrigação por aquisições de investimentos	**13**	(16.393)	–	(16.393)	–
Despesa de juros com terceiros	**20**	4.495	2.795	4.598	3.264
Despesa de atualização monetária das contingências	**14.a**	129	91	257	135
Despesa de juros sobre passivos de aquisições de controlada	**13**	1.512	2.983	1.512	2.983
Provisão de Bônus PLR		1.655	–	2.468	
Provisão de créditos previdenciários	**12**	(2.176)	–	(2.176)	–
Baixa de créditos prescritos		–	–	858	–
Provisão (reversão) para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	**6.c**	191	(265)	210	(648)
Provisão para contingência	**14.a**	889	68	1.119	68
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Aplicações financeiras		(2.946)	–	(2.946)	–
Contas a receber		2.602	(15.525)	(121)	(12.613)
Impostos a recuperar		2.254	2.835	(1.141)	(227)
Depósitos judiciais		(451)	(79)	(477)	(79)
Fornecedores e outras contas a pagar		(1.625)	238	(153)	(1.153)
Partes relacionadas		3.732	(2.848)	1.620	(2.886)
Obrigações trabalhistas		(2.865)	(581)	(2.081)	(1.043)
Impostos e contribuições a recolher		680	(793)	3.735	349
Outros ativos		(28)	(3.837)	539	(1.908)
Outros passivos		(556)	937	(269)	(89)
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais					
Juros pagos com empréstimos, financiamentos e outras obrigações	**11/13**	(5.644)	(5.279)	(5.644)	(5.551)
Pagamento de processos trabalhistas/civil	**14.a**	–	(149)	–	(149)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.549)	(9.024)	(8.455)	(11.291)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		**32.050**	**14.678**	**35.746**	**17.412**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Adições por aquisição de investimento controladora	**9/10**	–	–	–	(1.296)
Aquisições de controlada	**8.b/10**	–	–	–	(2.046)
Adição de imobilizado		(1.677)	(2.025)	(1.677)	(3.009)
Adição de intangível		(16.655)	(12.431)	(16.655)	(14.449)
Perda por variação controlada		–	–	–	92
Dividendos recebidos	**8.b**	1.643	3.406	–	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**(16.689)**	**(11.050)**	**(18.332)**	**(20.708)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	**11**	2.784	29.455	2.784	29.610
Adição (baixa) de Contratos de arrendamento	**22**	–	–	–	69
Aumento (baixa) de investimentos	**8.b**	–	(6.533)	–	1.023
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**11**	(8.952)	(6.717)	(9.101)	(7.150)
Pagamentos de obrigação com aquisição de investimentos	**13**	(4.800)	(10.300)	(4.800)	(10.300)
Pagamento de arrendamentos	**22.b**	(1.022)	(1.023)	(1.422)	(1.400)
Mútuo entre Partes relacionadas		(4.714)	(395)	(2.618)	–
Dividendos pagos		(4.682)	(5.403)	(5.230)	(5.777)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(21.386)**	**(916)**	**(20.387)**	**6.075**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**6.025)**	**2.712**	**(2.973)**	**2.779**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	**5.a**	9.730	7.018	19.507	16.728
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**5.a**	3.705	9.730	16.534	19.507
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(6.025)**	**2.712**	**(2.973)**	**2.779**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

de uma plataforma para troca de mensagens entre sistemas e pessoas. c) Os serviços de call center consistem na oferta de estrutura física - como espaço físico, computadores etc. - estrutura tecnológica - como sistemas e processos - e recursos humanos, para atendimento telefônico utilizado pelos contratantes principalmente para atendimento de seus clientes ou colaboradores. d) As consultorias em informática referem-se à prestação serviços técnicos especializados, de forma a suportar e/ou orientar os clientes quantos as suas demandas de tecnologia. e) Os treinamentos em informática compreendem no preparo e instruções dos clientes quanto ao uso das soluções tecnológicas disponibilizadas pela Companhia. Os treinamentos podem ocorrer durante a implantação de uma solução, ou a qualquer momento, por solicitação do Cliente. **Resultado Financeiro**: Os reconhecimentos das receitas acontecem de duas formas distintas: As receitas advindas do licenciamento de uso de software, Mensageria e *Call Center* são registradas tão logo sejam atingidas todas as seguintes situações: a) A assinatura do contrato e a disponibilização dos recursos para o cliente; b) O valor das transações possa ser mensurado de maneira confiável, de acordo com as definições contratuais; c) Todos os riscos e benefícios inerentes a operação, sejam transferidos para o adquirente; d) Existam benefícios econômicos prováveis gerados em favor da Companhia. Essas receitas são reconhecidas mensalmente, pelo período de vigência do contrato comercial. Os serviços de consultoria e treinamento em informática tem suas receitas reconhecidas no resultado mensalmente, diretamente à medida que os serviços são prestados. Os registros de todas essas operações são efetuados acordo com o regime de competência. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada como garantias. Ao determinar o preço de transação para a venda o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: e) Receita de juros ativos de aplicações financeiras; f) Despesa de juros passivos sobre empréstimos e financiamento e taxas bancárias; g) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; h) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros em outras moedas; i) Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. d) Benefícios a empregados: *Benefícios de curto prazo a empregados*: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *i) Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes*: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. *ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos*: O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do tributo (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. f) Imobilizado: *i) Reconhecimento e mensuração*: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. *ii) Custos subsequentes*: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. *iii) Depreciação*: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme o IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado. E os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4–10 anos

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário. *iv) Combinação de negócios e Goodwill*: Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado. A cada combinação de negócios a Companhia identifica e determina: a) identificação da adquirida e do adquirente; b) determinação da data de aquisição; c) reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida; e d) reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa. Para reconhecimento do ágio (goodwill) a Companhia inicialmente, mensura o ágio como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Caso a contraprestação seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho na demonstração do resultado. O ágio é mensurado pelo custo e deve ser deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, para qual a Companhia realizará testes do valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a esta unidade. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. O Grupo efetua anualmente a análise dos indicativos de perda para os ativos intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso da unidade geradora de caixa para comparação com os valores contábeis no final desse exercício. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros. *v) Pesquisa e desenvolvimento e softwares desenvolvidos internamente*: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. O prazo de vida útil é determinado considerando a funcionalidade, tecnologia, arquitetura, credibilidade, usabilidade e força no mercado. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. *vi) Outros ativos intangíveis*: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. *vii) Amortização*: A amortização é calculada para reduzir o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software e licença de software	1–5 anos
Direitos adquiridos de software	5 anos
Carteira de clientes	7 – 11 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados, são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. *viii) Gastos subsequentes*: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. g) Instrumentos financeiros: O Grupo adotou o IFRS 9/CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao IAS 39/CPC 38. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir: *i) Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *ii) Desreconhecimento*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. *iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: A Companhia deve reconhecer uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. *iv) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração*: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. *v) Passivos financeiros ao custo amortizado*: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *vi) Desreconhecimento*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *vii) Compensação de instrumentos financeiros*: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria/segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas om ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. i) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. j) Provisões: Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável do dispêndio, observada a natureza de cada provisão. k) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. l) Arrendamentos: Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Sede da Companhia: 4 a 8 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental, que é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, conforme definição contida no IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é reapresentado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo os seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). m) Classificação Corrente e Não Corrente: O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **4.1 Reclassificação de valores correspondentes**: A administração da Companhia está reclassificando alguns saldos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023, para melhor apresentação de ativos e passivos, sem impactos nos resultados ora apurados. **5. Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras: a) Caixa e equivalente de caixa**:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Bancos	32	39	154	546
Aplicações financeiras	3.673	9.691	16.380	18.961
	3.705	**9.730**	**16.534**	**19.507**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeitos à sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor. As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante, possuem baixo risco de crédito, sendo remuneradas em condições e taxas médias de mercado de 100% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI) a.a. em 31/12/2024 (100% em 31/12/2023). **5. Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras: b) Aplicações financeiras**:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Aplicações financeiras	2.946	–	2.946	–
	2.946	**–**	**2.946**	**–**
Circulante	245	–	245	–
Não Circulante	2.701	–	2.701	–

A aplicação financeira do longo prazo consiste em Fundo de Renda Fixa de Longo Prazo, administrado e gerido pelo Banco do Brasil. Esse fundo permite resgate com prazo D+0 e tem como objetivo garantir 20% do saldo devedor referente ao crédito tomado para Capital de Giro, no valor de R$ 15.000. **6. Contas a Receber:** a) Em moeda nacional:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Clientes faturados	32.282	34.599	39.132	39.871
Clientes a faturar	4.641	4.926	10.137	9.277
	36.923	**39.525**	**49.269**	**49.148**
(–) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(670)	(479)	(748)	(538)
	36.253	**39.046**	**48.521**	**48.610**

O saldo de contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Em 31/12/2024, o saldo de contas a receber da controladora apresentou dois clientes que, juntos, representam 24% da concentração do saldo. No entanto, no consolidado, não há concentração de clientes superior a 10%. Em 31/12/2023, tanto na controladora quanto no consolidado, não foi observada concentração de clientes acima de 10%. b) Abaixo estão descritos os recebíveis por idade:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldos vencidos:				
Até 60 dias	644	2.315	1.605	3.377
De 61 a 120 dias	509	435	641	477
De 121 a 210 dias	495	338	519	363
Acima de 210 dias até 365 dias	9	–	562	13
Total vencidos	1.657	3.088	3.327	**4.230**
Total a vencer	35.266	36.437	45.942	44.918
Total recebíveis	**36.923**	**39.525**	**49.269**	**49.148**

c) Movimentação das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:

continuação ☛

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Abaixo movimentação do saldo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é como se segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1/01/2023	**(744)**	**(1.186)**
Provisão Constituída	(841)	(2.812)
Reversão	1.106	3.460
Saldo em 31/12/2023	**(479)**	**(538)**
Provisão Constituída	(475)	(1.128)
Reversão	284	918
Saldo em 31/12/2024	**(670)**	**(748)**

O Grupo determina suas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa considerando as perdas históricas e expectativa de recebimento dos títulos em atraso. Adicionalmente, considera para perdas efetivas todos os títulos vencidos há mais de 210 dias. As informações relacionadas à exposição risco de crédito estão divulgadas na Nota Explicativa 16 b. **7. Impostos a Recuperar e Impostos e contribuições a Recolher**: a) Impostos a recuperar**:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
INSS a recuperar	1.513	968	1.960	1.348
Imposto de Renda e CSLL (*)	4.243	6.634	11.818	11.736
IRRF sobre aplicação financeira	–	–	559	504
Outros impostos a recuperar	191	191	251	251
PIS e COFINS a recuperar	148	–	491	401
	6.095	**7.793**	**15.079**	**14.240**
Circulante	5.668	7.289	14.610	13.694
Não Circulante	427	504	469	546

(*) O saldo é composto pela variação da movimentação anual de compensação através de PER/DCOMP, atualização de Selic e saldo negativo de 2023. b) Impostos e contribuições a recolher**:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ISS a recolher	711	858	1.334	1.376
PIS e COFINS a recolher	479	853	625	960
Imposto de renda retido na fonte	164	155	599	957
Imposto de renda e contribuição social	453	–	964	–
Provisão referente Lei do Bem	–	644	–	644
Parcelamento federal a recolher (*)	–	642	–	642
	1.807	**3.152**	**3.522**	**4.579**
Circulante	1.807	3.152	3.522	4.579
Não Circulante	–	–	–	–

(*) Em junho de 2019, dezembro de 2021 e agosto de 2022 a Companhia aderiu a parcelamentos de tributos federais - IRPJ, CSLL e COFINS no valor total de R$ 4.894, sendo R$ 3.549 o principal e R$ 1.644 de multa e juros, sendo a Selic o índice de correção monetária. A quitação será efetuada em 60 parcelas, sem utilização de créditos fiscais. Os juros incorridos no exercício de 2024 foi de R$ 603 (R$ 442 em 31/12/2023). Os respectivos parcelamentos foram devidamente quitados em dezembro de 2024. Não há apresentação de garantias de qualquer natureza. **7. Investimentos:** a) Composição dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
Empresas:	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
RX Tecnologia ("Clinicarx")	75.235	82.056	–	–
Top Down Cons. E Proj. ("Top Down")	34.866	45.265	–	–
Ponto Extra Serviços Temporários.("Ponto Extra")	1.555	1.424	–	–
ECS Participações ("ECS Par.")	1.366	1.668	–	–
ECS Informática ("ECS Inf.")	–	–	1.363	1.664
Conecta Médico ("Conecta')	1.004	4.388	–	–
Investimento Startups Growth ("ACE")	150	150	150	150
Future Health ("Future")	508	508	508	508
	114.684	**135.459**	**2.021**	**2.322**

b) Movimentação dos investimentos:

Na Controladora	**Ponto Extra**	**ECS Par.**	**ACE**	**Future**	**Top Down**	**Conecta**	**Clinicarx**	**Total**
Em 31/12/2022	**1.301**	**2.562**	**150**	**508**	**45.826**	**1.906**	**89.072**	**141.325**
Ágio de participação	–	–	–	–	–	4.410	–	4.410
Resultado de equivalência patrimonial	161	(419)	–	–	6.919	(2.770)	(3.277)	614
Perda por variação na participação	–	–	–	–	–	(506)	–	(506)
Distribuição de dividendos	(38)	(475)	–	–	(2.893)	–	–	(3.406)
Amortização de mais valia	–	–	–	–	(4.587)	(210)	(5.739)	(10.536)
Aumento de capital	–	–	–	–	–	1.558	2.000	3.558
Em 31/12/2023	**1.424**	**1.668**	**150**	**508**	**45.265**	**4.388**	**82.056**	**135.459**
Resultado de equivalência patrimonial	**131**	**(302)**	**–**	**–**	**5.832**	**(3.190)**	**(1.047)**	**1.424**
Amortização de mais valia	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.588)**	**(194)**	**(5.774)**	**(10.556)**
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(11.643)**	**–**		**– (11.643)**
Em 31/12/2024	**1.555**	**1.366**	**150**	**508**	**34.866**	**1.004**	**75.235**	**114.684**

No Consolidado	**ECS Inf.**	**ACE**	**Future**	**Conecta**	**Total**
Em 31/12/2022	**2.083**	**150**	**508**	**1.906**	**4.647**
Aumento de capital	–	–	–	1.558	1.558
Ágio de participação	–	–	–	4.620	4.620
Resultado de equivalência patrimonial	(419)	–	–	(364)	(783)
Perda por variação na participação	–	–	–	(506)	(506)
Eliminação por consolidação	–	–	–	(1.097)	(1.097)
Classificação para intangível – ágio	–	–	–	(6.117)	(6.117)
Em 31/12/2023	**1.664**	**150**	**508**	**–**	**2.322**
Resultado de equivalência patrimonial	(301)	–	–	–	(301)
Em 31/12/2024	**1.363**	**150**	**508**	**–**	**2.021**

c) Sumário das informações financeiras das controladas e coligadas:

	31/12/2024					**31/12/2023**				
Empresas investidas	**Ponto Extra**	**ECS Par.**	**Clínicarx**	**Conecta***	**Top Down**	**Ponto Extra**	**Clínicarx**	**ECS Par.**	**Conecta***	**Top Down**
Porcentagem de participação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**75,00%**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	75,00%
Ativos circulante	**1.595**	**6**	**2.638**	**976**	**32.465**	1.602	2.698	7	478	24.242
Ativos não circulantes	**26**	**1.363**	**1.372**	**1.123**	**13.873**	24	2.080	1.664	1.338	11.054
Passivos circulantes	**(66)**	**(3)**	**(1.125)**	**(6.597)**	**(30.783)**	(202)	(717)	(3)	(3.125)	(12.184)
Passivos não circulantes	**–**	**–**	**(290)**	**–**	**(5.434)**	–	(419)	–	–	(5.241)
Ativos líquidos	**1.555**	**1.366**	**2.595**	**(4.499)**	**10.121**	1.424	3.642	1.668	(1.309)	17.871
Participação do grupo nos ativos líquidos	**1.555**	**1.366**	**2.595**	**(4.499)**	**7.591**	1.424	3.642	1.668	(1.309)	13.403
Resultados										
Receita	**904**	**486**	**10.556**	**2.925**	**60.729**	2.234	10.142	139	1.964	54.031
Lucro (prejuízo) de operações	**131**	**(302)**	**(1.047)**	**(3.190)**	**7.775**	161	(3.277)	(419)	(2.961)	9.225
Total de resultado	**131**	**(302)**	**(1.047)**	**(3.190)**	**7.775**	161	(3.277)	(419)	(2.961)	9.225
Participação do grupo no resultado	**131**	**(302)**	**(1.047)**	**(3.190)**	**5.830**	161	(3.277)	(419)	(2.770)	6.919

(*) O controle da Conecta foi adquirido em abril de 2023. A receita operacional líquida e o resultado da Conecta referem-se ao período de maio a dezembro de 2023. Vide nota 1.b).

Empresa investidas	**31/12/2024 ECS Inf.**	**31/12/2023 ECS Inf.**
Porcentagem de participação	**50%**	50,00%
Ativos circulante	**2.290**	2.249
Ativos não circulantes	**273**	355
Passivos circulantes	**2.200**	(1.651)
Passivos não circulantes	**–**	–
Ativos líquidos (100%)	**363**	953
Participação do grupo nos ativos líquidos	**182**	477
Outros ajustes – Distribuição Demais Sócios	**–**	–
Ágio	**1.187**	1.187
Valor contábil na participação	**1.368**	1.664
Resultados		
Receita operacional líquida	**12.570**	11.072
Lucro (prejuízo) do exercício	**(602)**	(838)
Total de resultado	**(602)**	(838)
Participação do grupo no resultado	**(302)**	(419)

9. Imobilizado:

Controladora	**Saldo em 31/12/2022**	**Adições**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2024**
Custo							
Móveis e utensílios	1.472	2	–	1.474	2	–	1.476
Equipamentos de informática	6.820	1.798	(3)	8.615	1.788	(191)	10.212
Máquinas e equipamentos	2.099	68	(1)	2.166	–	–	2.166
Instalações	1.639	46	–	1.685	–	–	1.685
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	6.791	111	1	6.903	800	–	7.703
Total	**18.821**	**2.025**	**(3)**	**20.843**	**2.590**	**(191)**	**23.242**
Depreciação acumulada							
Móveis e utensílios	(1.252)	(40)	1	(1.291)	(32)	–	(1.323)
Equipamentos de informática	(4.668)	(1.299)	3	(5.964)	(1.615)	191	(7.388)
Máquinas e equipamentos	(1.493)	(104)	–	(1.597)	(88)	–	(1.685)
Instalações	(1.380)	(53)	(1)	(1.434)	(41)	–	(1.475)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	(5.768)	(242)	–	(6.010)	(191)	–	(6.201)
Total	**(14.561)**	**(1.738)**	**3**	**(16.296)**	**(1.967)**	**191**	**(18.072)**
Valor líquido contábil	**4.260**	**287**	**–**	**4.547**	**623**	**–**	**5.170**

(*) A Companhia, desde 2018, realiza melhorias em sua sede administrativa. Os gastos dispendidos estão registrados na rubrica "Benfeitorias em imóveis de terceiros" e a sua amortização é realizada de acordo com o período do contrato de aluguel.

Consolidado	**Saldo em 31/12/2022**	**Adição por aquisição de investimento**	**Adições**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2024**
Custo								
Móveis e utensílios	1.938	–	2	(1)	1.939	2	–	1.941
Equipamentos de informática	9.035	90	1.798	40	10.963	1.986	(191)	12.758
Máquinas e equipamentos	2.130	–	68	(1)	2.197	–	–	2.197
Instalações	2.023	–	46	–	2.069	–	–	2.069
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	7.949	–	1.095	1	9.045	800	–	9.845
Total	**23.075**	**90**	**3.009**	**39**	**26.213**	**2.788**	**(191)**	**28.810**
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios	(1.574)	–	(71)	(2)	(1.647)	(65)	–	(1.712)
Equipamentos de informática	(5.642)	(30)	(1.672)	(34)	(7.378)	(1.997)	191	(9.184)
Máquinas e equipamentos	(1.495)	–	(107)	(3)	(1.605)	(91)	–	(1.696)
Instalações	(1.764)	–	(54)	–	(1.818)	(41)	–	(1.859)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	(6.866)	–	(302)	–	(7.168)	(466)	–	(7.634)
Total	**(17.341)**	**(30)**	**(2.206)**	**(39)**	**(19.616)**	**(2.660)**	**191**	**(22.085)**
Valor líquido contábil	**5.734**	**60**	**803**	**–**	**6.597**	**128**	**–**	**6.725**

(*) A Companhia, desde 2018, realiza melhorias em sua sede administrativa. Os gastos dispendidos estão registrados na rubrica "Benfeitorias em imóveis de terceiros" e a sua amortização é realizada de acordo com o período do contrato de aluguel.

O Grupo avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou alterações significativas em relação ao teste de recuperabilidade de 31/12/2024. **10. Intangível:**

Controladora	**Saldo em 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2024**
Custo								
Ágio de combinação de negócios	11.007	–	–	–	11.007	–	–	11.007
Software desenvolvido internamente	35.158	11.275	(104)	25	46.354	14.137	(2.671)	57.820
Licenças	10.081	816	–	(1)	10.896	8.604	–	19.500
Marcas e patentes	30	–	–	–	30	–	–	30
Software – direitos adquiridos	12.032	442	0	0	12.474	148	–	12.622
Carteira de clientes	9.332	–	–	(22)	9.310	–	–	9.310
Total	**77.640**	**12.533**	**(104)**	**2**	**90.071**	**22.889**	**(2.671)**	**110.289**
Amortização acumulada								
Software desenvolvido internamente	(10.615)	(3.587)	–	(2)	(14.204)	(5.315)	–	(19.519)
Licenças	(7.435)	(1.927)	–	–	(9.362)	(2.517)	–	(11.879)
Software – direitos adquiridos	(12.032)	(13)	–	–	(12.045)	(113)	–	(12.158)
Carteira de clientes	(9.312)	–	2	–	(9.310)	–	–	(9.310)
Total	**(39.394)**	**(5.527)**	**2**	**(2)**	**(44.921)**	**(7.945)**	**–**	**(52.866)**
Valor líquido contábil	**38.246**	**7.006**	**(102)**	**0**	**45.150**	**14.944**	**(2.671)**	**57.423**

O Grupo avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou alterações significativas em relação ao teste de recuperabilidade de 31/12/2024.

Consolidado	**Saldo em 31/12/2022**	**Adição por aquisição de investimento (*)**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2024**
Custo										
Ágio de combinação de negócios	57.661	2.601	1.534	–195	–	61.601	–	–	–	61.601
Software desenvolvido internamente	71.754	1.576	10.200	–413	–28.355	54.762	14.137	(3.475)	1.536	66.960
Licenças	10.080	–	1.073	–	–	11.153	8.658	(45)		19.766
Marcas e patentes	3.770	–	36	–	–1	3.805	–	–		3.805
Software – direitos adquiridos	23.787	1.967	2.214	–	28.376	56.344	148	–	(1.536)	54.956
Não concorrência	1.844	–	–	–	–	1.844	–	–	–	1.844
Carteira de clientes	48.816	–	–	–	–22	48.794	–	–	–	48.794
Total	**217.712**	**6.144**	**15.057**	**(608)**	**(2)**	**238.303**	**22.943**	**(3.520)**		**– 257.726**
Amortização acumulada										
Software desenvolvido internamente	(11.324)	–	(7.005)	–	(3.250)	(21.579)	(9.417)	–	(249)	(31.245)
Licenças	(7.436)	–	(1.927)	–	1	(9.362)	(2.518)	–	–	(11.880)
Marcas e patentes	(1.184)	–	(748)	–	–	(1.932)	(748)	–	–	(2.680)
Software – direitos adquiridos	(15.755)	–	(3.271)	–	3.250	(15.776)	(2.877)	–	249	(18.404)
Não concorrência	(584)	–	(369)	–	–	(953)	(368)	–	–	(1.321)
Carteira de clientes	(11.567)	–	(4.059)	–	1	(15.625)	(4.321)	–	–	(19.946)
Total	**(47.850)**	**–**	**(17.379)**	**–**	**2**	**(65.227)**	**(20.249)**	**–**		**– (85.476)**
Valor líquido contábil	**169.862**	**6.144**	**(2.322)**	**(608)**	**–**	**173.076**	**2.694**	**(3.520)**		**– 172.250**

(*) Referente ao controle de participação societária na Conecta ocorrido em abril de 2023. ***Impairment***: A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem indícios de redução ao valor recuperável de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por impairment, é reconhecida no resultado do exercício. A unidade geradora de caixa ("UGC") da Interplayers foi definida considerando o modelo de Unidades Estratégicas de Negócio que integra os diversos negócios da companhia e suas aquisições ao longo dos anos. Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia e suas controladas, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas do Grupo, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC) e leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 15,20% a.a. Para a taxa de crescimento na perpetuidade foi considerada a taxa de 3,90%, utilizada para extrapolar as projeções. O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis e ágios da Companhia e suas controladas, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado da unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31/12/2024. **11. Empréstimos e Financiamentos:**

Empréstimos e financiamentos:

Controladora	**31/12/2024 Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**31/12/2023 Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Em moeda nacional						
Com terceiros						
Capital de giro	13.601	11.872	25.473	8.608	25.534	34.142
Financiamentos	532	154	686	–	–	–
Duplicatas descontadas	1	–	1	–	–	–
Conta garantida	2.500	–	2.500	–	–	–
Total Empréstimos e financiamentos	**16.634**	**12.026**	**28.660**	**8.608**	**25.534**	**34.142**

Consolidado	**31/12/2024 Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**31/12/2023 Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Em moeda nacional						
Com terceiros						
Capital de giro	13.601	11.872	25.473	8.608	25.534	34.142
Duplicatas descontadas	1	–	1	–	–	–
Conta garantida	2.500	–	2.500	–	–	–
Financiamento	532	154	686	149	–	149
Total Empréstimos e financiamentos	**16.634**	**12.026**	**28.660**	**8.757**	**25.534**	**34.291**

Características do empréstimos e financiamentos:

	Taxa de Juros (%) a.m.	**Vencimento**	**Controladora 2024**	**Controladora 2023**	**Consolidado 2024**	**Consolidado 2023**
Empréstimo bancário de R$ 15.000	1,16%	17/06/2026	7.004	4.565	7.004	4.565
Empréstimo bancário de R$ 15.000	1,15%	25/06/2027	4.930	2.377	4.930	2.377
Empréstimo bancário de R$ 5.000	1,25%	15/10/2026	1.667	1.666	1.667	1.666
Empréstimo bancário de R$ 882	CDI–15	01/04/2026	532	–	532	–
Empréstimo bancário de R$ 353	1,19%	06/01/2024		–		132
Empréstimo bancário de R$ 470	1,19%	29/09/2024		–		17
Contas Garantidas	1,50%	*On demand*	2.500	–	2.500	–
Duplicatas Descontadas	1,83% a.m.– 2,55% a.m.	*On demand*	1	–	1	–
Total Circulante			**16.634**	**8.608**	**16.634**	**8.757**

	Taxa de Juros (%) a.m.	**Vencimento**	**Controladora 2024**	**Controladora 2023**	**Consolidado 2024**	**Consolidado 2023**
Empréstimo bancário de R$ 15.000	1,16%	17/06/2026	3.150	10.153	3.150	10.153
Empréstimo bancário de R$ 15.000	1,15%	25/06/2027	7.333	12.327	7.333	12.327
Empréstimo bancário de R$ 5.000	1,25%	15/10/2026	1.389	3.054	1.389	3.054
Empréstimo bancário de R$ 882	CDI–15	01/04/2026	154	–	154	–
Total Não Circulante			**12.026**	**25.534**	**12.026**	**25.534**

Movimentação dos empréstimos:

Controladora	**31/12/2023**	**Captação**	**Juros (resultado)**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**31/12/2024**
Empréstimos e financiamentos com terceiros						
Em moeda nacional						
Capital de giro	34.142	–	3.647	(8.669)	(3.647)	25.473
Financiamentos	–	969	33	(283)	(33)	686
Duplicatas descontadas	–	1	–	–	–	1
Conta garantida	–	2.500	–	–	–	2.500
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	**34.142**	**3.470**	**3.680**	**(8.952)**	**(3.680)**	**28.660**

Controladora	**31/12/2022**	**Captação**	**Juros (resultado)**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**31/12/2023**
Empréstimos e financiamentos com terceiros						
Em moeda nacional						
'Capital de giro	6.872	29.455	1.880	(2.133)	(1.932)	34.142
Duplicatas descontadas	584	–	38	(584)	(38)	–
Conta garantida	4.000	–	409	(4.000)	(409)	–
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	**11.456**	**29.455**	**2.327**	**(6.717)**	**(2.379)**	**34.142**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Consolidado	2023	Captação	Juros (resultado)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2024
Empréstimos e financiamentos com terceiros						
Capital de giro	34.142	–	3.647	(8.669)	(3.466)	25.473
Financiamento	149	969	33	(432)	(33)	686
Duplicatas descontadas	–	1	–	–	–	1
Conta garantida	–	2.500	–	–	–	2.500
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	**34.291**	**3.470**	**3.680**	**(9.101)**	**(3.502)**	**28.660**

Consolidado	2022	Captação	Juros (resultado)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	2023
Empréstimos e financiamentos com terceiros						
Capital de giro	6.872	29.610	2.142	(2.288)	(2.194)	34.142
Conta garantida	584	–	38	(584)	(38)	–
Duplicatas descontadas	4.000	–	409	(4.000)	(409)	–
Financiamento	496	–	41	(278)	(110)	149
Total Empréstimos e financiamentos com terceiros	**11.952**	**29.610**	**2.630**	**(7.150)**	**(2.751)**	**34.291**

Covenants financeiros e garantias contratuais: Os contratos em aberto de empréstimos e financiamentos com terceiros, não possuem cláusulas restritivas em 31/12/2024. A Companhia possui contrato de capital de giro junto ao Banco do Brasil, no valor de R$ 15 milhões, com vencimento final previsto para junho de 2026, o qual possui uma garantia financeira que exige contratualmente, que a Companhia mantenha no mínimo, 20% do saldo devedor em aplicações financeiras. Parte dos recursos da Companhia permanece aplicada e indisponível para uso. Vide nota 5.b **12. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários a pagar	4.307	3.860	8.121	6.879
Provisão de Férias e encargos	5.571	4.704	8.846	7.682
Programa de Participação nos Resultados (PPR)	1.338	3.728	2.687	4.506
Outras Obrigações a pagar	42	176	43	243
Provisão créditos INSS (*)	–	2.176	–	2.176
	11.258	**14.644**	**19.697**	**21.486**

(*) Refere-se à provisão de INSS constituída sobre créditos previdenciários tomados pela Companhia, para os quais a administração e seus consultores de impostos identificaram um passivo contingente não materializado. Portanto, foram realizados estudos internos e com isso um recálculo do imposto sobre 13° e férias referente aos anos de 2018 e 2019, o saldo é atualizado mensalmente pela Selic. **13. Obrigações por Aquisição de Investimentos:** As obrigações por aquisição dos investimentos referem-se a valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas negociadas com pagamento parcelado ou por retenção de garantia. As obrigações estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Controladora / Consolidado			Controladora / Consolidado		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Top Down	7.400	3.369	10.769	12.200	3.821	16.021
RX Tecnologia (*)	–	–	–	16.393	–	16.393
Total	**7.400**	**3.369**	**10.769**	**28.593**	**3.821**	**32.414**
Circulante	**800**	**364**	**1.164**	**12.930**	**1.503**	**14.433**
Não Circulante	**6.600**	**3.005**	**9.605**	**15.663**	**2.318**	**17.981**

(*) Em 31/10/2022 a Companhia adquiriu a controlada Clinicarx. Parte do preço de aquisição foi estabelecido através de um arranjo de pagamento baseado em earn-out, condicionado ao atingimento de metas atreladas à indicadores financeiros referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A obrigação de earn-out foi apurada à época no valor de R$16.393, sendo contabilizada no passivo da Companhia. Após a avaliação dos indicadores de desempenho da Clinicarx, constatou-se que as metas para os períodos não foram atingidas e, consequentemente, o valor de R$16.393 dessa obrigação foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. **Movimentação dos saldos de obrigações por aquisição de investimentos:**

Obrigações com investimentos	Top Down	RX Tecnologia	Total
Saldo em 31/12/2022	**26.138**	**16.393**	**42.531**
Pagamento – Principal	(10.300)	–	(10.300)
Pagamento – Juros	(2.800)	–	(2.800)
Juros provisionados	2.983	–	2.983
Saldo em 31/12/2023	**16.021**	**16.393**	**32.414**
Reversão de obrigação (*)	–	(16.393)	(16.393)
Pagamento – Principal	(4.800)	–	(4.800)
Pagamento – Juros	(1.964)	–	(1.964)
Juros provisionados	1.512	–	1.512
Saldo em 31/12/2024	**10.769**	**–**	**10.769**
Circulante			1.164
Não circulante			9.605

b) Fluxo de pagamento em 31/12/2024:

	Controladora
2025	1.164
2026	9.605
Saldo de obrigações por aquisição de investimentos	**10.769**

(*)Após a avaliação dos indicadores de desempenho da Clinicarx, constatou-se que as metas para os períodos não foram atingidas e, consequentemente, o valor de R$16.393 dessa obrigação foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. **14. Provisão para Contingências:** a) Contingências:

Provisão para contingências	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Controladora Total
Saldo em 31/12/2022	**317**	**–**	**700**	**1.017**
Adições	–	–	68	68
Pagamentos	–	–	(149)	(149)
Atualização monetária	19	–	72	91
Saldo em 31/12/2023	**336**	**–**	**691**	**1.027**
Adições	1	–	888	889
Atualização monetária	14	–	115	129
Saldo em 31/12/2024	**351**	**–**	**1.694**	**2.045**

Provisão para contingências	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Consolidado Total
Saldo em 31/12/2022	**8.335**	**–**	**745**	**9.080**
Adições	–	–	68	68
Pagamentos	–	–	(149)	(149)
Atualização monetária	61	–	74	135
Saldo em 31/12/2023	**8.396**	**–**	**738**	**9.134**
Adições	231	–	888	1.119
Atualização monetária	67	–	190	257
Saldo em 31/12/2024	**8.694**	**–**	**1.816**	**10.510**

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Controladora Total
Perda Possível em 31/12/2023	12.554	264	2.203	15.021
Perda Possível em 31/12/2024	**13.804**	**293**	**2.094**	**16.191**

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Consolidado Total
Perda Possível em 31/12/2023	**13.070**	**264**	**2.369**	**15.703**
Perda Possível em 31/12/2024	**14.075**	**293**	**4.359**	**18.727**

O Grupo tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima. Abaixo demonstramos as ações de probabilidade de perdas possíveis: **Fiscais**: Dentre os processos individualmente relevantes da controladora, destacam-se: (i) Em abril de 2016, a Delegacia da Receita Federal do Brasil autuou a Companhia devido a um Processo Administrativo com auto de infração em que a autoridade fazendária aplicou multa isolada com base na receita bruta, com fundamento nos artigos 28 e 44, II, da alínea "b", da Lei nº 9.430/96, ante a suposta falta de recolhimento de estimativas de abril a dezembro de 2011. O Processo Administrativo está aguardando o julgamento para impugnação e está avaliado com risco de perda possível. O valor envolvido em 31 dezembro de 2024 é de R$ 2.135 (R$1.695 em 31/12/2023). (ii) Em 2021, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo. O valor envolvido como probabilidade de perda possível em 31/12/2024 era de R$ 291 (R$249 em 31/12/2023). (iii) Em 2022, a Companhia foi notificada através de dois processos administrativos, os quais tratam de PER/DCOMP, que visa à compensação de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2016, composto de estimativas parceladas, com débitos próprios vincendos, em 31/12/2024 a soma dos dois processos atualizados era de R$ 6.508 (R$ 5.562 em 31/12/2023). (iv) Em 2022, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.672/2021-31, em 31/12/2024 o valor do processo atualizado era de R$ 1.800 (R$1.539 em 31/12/2023). (vi) Em 2022, a Companhia recebeu de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.598/2021-52, em 31/12/2024 o valor do processo atualizado era de R$ 666 (R$569 em 31/12/2023). **Trabalhistas**: Os processos trabalhistas da controladora e consolidado classificados como de perda possível se referem aos processos movidos por ex-empregados da Companhia requerendo créditos trabalhistas, bem como ex-empregados de empresas prestadoras de serviços pleiteando, tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais crédito trabalhistas. em 31/12/2024 totalizam R$ 2.094, se destacando os Processos Administrativos nº 0100789-13.2023.5.01.0013 no valor R$ 473, nº 1001507-68.2023.5.02.0720 no valor de R$ 10, em que o pedido de danos morais foi considerado como improcedente e o valor da condenação foi arbitrado no montante informado e o processo 0010862-57.2023.5.03.0182 no valor de R$ 188. (R$ 2.203 em 31/12/2023). **Cíveis**: Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, rescisões contratuais e cobranças feitas indevidamente. Não há ações que se destacam individualmente. Os valores das ações cíveis totalizam R$ 293 em 31/12/2024 (R$ 263 em 31/12/2023). b) Depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fiscais (*)	–	–	2.873	2.873
Cível	30	28	30	28
Trabalhistas	740	291	766	291
	770	**319**	**3.669**	**3.192**

(*) A controlada Top Down possui auto de infração referente a uma cobrança de ISS por recolhimento com insuficiência por operações de licenciamento de software para o qual passou a realizar depósitos judiciais a partir de 2013 e mantém até o julgamento do processo, conforme informado na nota explicativa anterior. O montante em depósito judicial é de R$ 2.873. **15. Patrimônio Líquido:** A composição é constituída pelos sócios Arnaldo José Lewis e Sá Filho, Carlos Alberto de Castro Dutra e Fernando Guerino Cascardo. Em 28/03/2024, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a aquisição pela Companhia de 838.710 (oitocentas e trinta e oito mil e setecentos e dez) ações ordinárias de sua própria emissão no valor de R$ 3.263, representativas, de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do capital social total e votante da Companhia, de titularidade de acionista minoritária da Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. Em 31/12/2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de 49.348, representado por 55.914 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Composição: A composição acionária da Companhia está apresentada da seguinte forma:

	Controladora 2024		Controladora 2023	
Capital Social		49.348		49.348
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Arnaldo Jose Lewis e da Filho	33.258	59,48%	33.258	59,48%
Ória tech 1 Fundo de Investimentos em Participações	13.000	23,25%	13.000	23,25%
RX Investimentos e Participações Ltda.	3.914	7,00%	3.914	7,00%
Fernando Guerino Cascardo	2.130	3,81%	2.969	5,31%
Carlos Alberto de Castro Dutra	2.773	4,96%	2.773	4,96%
Ações em tesouraria	**839**	**1,50%**	**–**	
Total ações ordinárias nominativas	**55.914**	**100%**	**55.914**	**100%**

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. c) Natureza e propósito das reservas: *c.1) Reserva Legal*: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integralidade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. Em 31/12/2024 foi constituído um aumento na reserva legal no montante de R$ 1.141 correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. O saldo acumulado constituído pela Companhia em 31/12/2024 foi de R$ 5.136, correspondente a 10% do capital social. *c.2) Distribuição de dividendos*: O estatuto social da Companhia prevê ainda a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme apurados nos exercícios sociais a seguir, abaixo apresentamos o cálculo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício da controladora	22.829	19.712
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(1.141)	(986)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	**21.688**	**18.726**
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	5.422	4.682
Dividendos adicionais	886	–
	6.308	**4.682**

A companhia atendendo suas atas, promulgadas, validas e disposições legais sobre as sociedades anônimas, efetivou a constituição de Reservas legais e distribuição de lucros mínimos obrigatórios que serão quitados em datas a serem definidas no exercício de 2025. O saldo de dividendos a pagar de R$ 10.187 (consolidado) em 31/12/2024 corresponde a obrigação junto aos minoritários da controlada Top Down. *c.3) Reserva de Lucros*: A Companhia manteve o montante de R$ 49.345 em 31/12/2024, e R$ 37.228 em 31/12/2023, na rubrica reserva de lucros após constituídas a reserva legal e a proposta de distribuição dos dividendos. Esta retenção destina-se a reserva de investimento, levando em conta o art. 194 da Lei das S.A. e estatuto social da Companhia. A utilização do montante retido para investimentos futuros considera, entre outros, os custos de oportunidade e existência e conveniência dos investimentos previstos. Todas as destinações dos lucros são anualmente aprovadas em Assembleia dos Acionistas. *c.4) Reserva de Capital*: A aquisição da controlada Clinicarx, que resultou na emissão de ações da Companhia, pelo valor de subscrição total de R$ 70.000. O valor de R$1.608 foi destinado à conta de capital social e o restante do valor no montante de R$ 68.392, foi destinado a reserva de capital - ágio na emissão de ações - da Companhia. **16. Instrumentos Financeiros:** a) Classificação contábil e valores justos: Abaixo é apresentada uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo:

	Consolidado					
	Valor contábil		Valor Justo			
	2024	2023	2024	2023	Nota	Nível
Ativos financeiros						
Contas a receber de clientes	48.521	48.610	48.521	48.610	6	2
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.534	19.507	16.534	19.507	5.a	1
Aplicações financeiras	2.946	–	2.946	–	5.b	1
Partes relacionadas	514	3.248	514	3.248	23.c	2
	68.515	**71.365**	**68.515**	**71.365**		
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	28.660	34.291	28.660	34.291	11	2
Arrendamento mercantil	12.129	4.289	12.129	4.289	22	2
Fornecedores e outras contas a pagar	14.086	7.526	14.086	7.526		2
Obrigação por aquisição de investimento	10.769	32.414	10.769	32.414	13	2
Dividendos a pagar	10.187	5.230	10.187	5.230	15.b	2
Partes relacionadas	1.469	1.938	1.469	1.938	23.c	2
	77.300	**85.688**	**77.300**	**85.688**		

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. • Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. • Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. b) Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Estrutura de gerenciamento de risco: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. i) Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
Exposição ao risco de crédito	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	16.534	19.507
Aplicações financeiras	2.946	–
Contas a receber de clientes	48.521	48.610
Partes relacionadas	514	3.248
	68.515	**71.365**

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia (caixa e equivalentes de caixa) encontram-se atualizados por índices financeiros equivalentes àqueles em vigor no mercado na data dos balanços, sendo avaliados por sua Administração como de riscos mínimos, pois as operações são realizadas com instituições financeiras de reconhecida solidez e dentro de limites aprovados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia possui uma carteira de clientes bastante diversificada e estabelece uma estimativa de provisão para perdas com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes e que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber (divulgações adicionais são fornecidas na nota explicativa 6). ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações financeiras em títulos de renda fixa, não aplicando seus recursos em operações no mercado aberto (bolsa de valores). Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

							Consolidado
Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa futuro, incluindo juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	28.660	28.660	9.643	13.505	5.512	–	–
Arrendamento	12.129	12.129	514	627	3.252	5.292	2.444
Fornecedores e outras contas a pagar	14.086	14.086	14.006	80	–	–	–
Obrigação por aquisição de investimento	10.769	10.769	1.164	2.329	7.276	–	–
Dividendos a pagar	10.188	10.188	10.188	–	–	–	–
Partes relacionadas	1.469	1.469	1.469	–	–	–	–
	77.301	**767.301**	**36.984**	**16.541**	**16.040**	**5.292**	**2.444**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não operou com instrumentos derivativos no período de doze meses, findo em 31/12/2024 e 31/12/2023. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Risco da taxa de juros: A Companhia está exposta as variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
Perfil dos instrumentos financeiros	**2024**	**2023**
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos Financeiros		
Aplicações financeiras	19.326	18.961
Passivos Financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	14.086	7.526
Empréstimos e financiamentos	28.660	34.291
Obrigações por aquisição de investimento	10.769	32.414
	53.515	**74.231**

c) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31/12/2024 e de 2023. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. *i)* Ativos Financeiros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 31/12/2024, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 11,75% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31/12/2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras consolidadas	19.326	Redução CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Receita financeira			**2.271**	**1.703**	**1.135**

ii) Passivos Financeiros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador às dívidas às quais a Companhia estava exposta na data-base de 31/12/2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses no valor de 11,75% e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta e a despesa financeira", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31/12/2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
			11,75%	14,69%	17,63%
Empréstimos e financiamentos	28.660	Aumento CDI	3.368	4.209	5.051
Obrigações por aquisição de investimento	10.769	Aumento CDI	1.265	1.582	1.898
Despesa financeira	**39.429**		**4.633**	**5.791**	**6.949**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**29.433**	**25.168**	**30.727**	**26.939**
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	**(10.007)**	**(8.557)**	**(10.447)**	**(9.159)**
Diferenças permanentes	(2.636)	(2.684)	(3.323)	(3.677)
Equivalência patrimonial	484	209	(102)	(266)
Imposto de renda diferido de anos anteriores reconhecido no exercício	319	1	140	1
Entidades tributadas pelo lucro presumido	–	–	267	826
Saldo negativo de controladas	–	–	(1.543)	(2.263)
Lei do Bem	5.150	5.434	8.962	8.917
Outras	86	141	90	145
	(6.604)	**(5.456)**	**(5.956)**	**(5.476)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.524)	(8.336)	(3.663)	(8.627)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.080)	2.880	(2.293)	3.151
	(6.604)	**(5.456)**	**(5.956)**	**(5.476)**
Alíquota efetiva	(22,44%)	(21,68%)	(19,38%)	(20,33%)

b) Movimentação dos Impostos Diferido: O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. O Grupo tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

a. Na Controladora	Saldo em 2023	Reconhecidos no Resultado	Outras (*)	Saldo Em 2024
Ativo diferido				
Provisão para contingências	1.270	(521)	–	749
Provisões de bônus	2.528	(812)	–	1.716
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	162	65	–	227
Provisão desvalorização imobilizado	276	908	–	1.184
Arrendamentos	1.507	(347)	–	1.160
Ágio decorrente de incorporação reversa	(8)	–	–	(8)
Amortização de mais valia	2.022	2.029	–	4.051
Earn–out	–	(5.573)	–	(5.573)
Lei do Bem (*)	–	556	(556)	–
	7.757	**(3.695)**	**(556)**	**3.506**
Passivo diferido				
Arrendamentos	(1.280)	615	–	665
	(1.280)	**615**	**–**	**665**
Impostos diferidos líquido	**6.477**	**(3.080)**	**(556)**	**2.841**

(*) O montante correspondente ao benefício fiscal apurado em períodos anteriores relacionados com a Lei do Bem que foram reprocessados e homologados pela Receita Federal durante 2022, o qual foi utilizado para liquidação de impostos de renda e contribuição social devidos na data.

a. No Consolidado	Saldo em 2023	Reconhecidos no Resultado	Outras	Saldo em 2024
Ativo diferido				
Provisão para contingências	2.395	89	–	2.484
Provisões de bônus	3.043	(694)	–	2.349
Provisão Devedores Duvidosos	183	72	–	255
Lei do Bem	–	556	(556)	–
Provisão desvalorização imobilizado	276	908	–	1.184
Arrendamento – Direito de uso	1.437	(429)	–	1.008
Ágio decorrente de incorporação reversa	(8)	–	–	(8)
Prejuízo fiscal acumulado	50	119	–	169
Earn–out	–	(5.573)	–	(5.573)
Amortização de mais valia	2.022	2.029	–	4.051
	9.398	**(2.923)**	**(556)**	**5.919**
Passivo diferido				
Passivo de arrendamento	(1.255)	630		(625)
	(1.255)	**630**	**–**	**(625)**
Impostos diferidos líquido	**8.143**	**(2.293)**	**(556)**	**5.294**

c) Projeção de realização de impostos diferidos: O ativo fiscal diferido possui o seguinte prazo estimado de realização:

Em 31/12/2024	Controladora	Consolidado
Em 2025	1.309	1.954
A partir de 2026	1.529	3.339
Total	**2.838**	**5.293**

18. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviços	219.709	208.153	303.404	284.215
Receita bruta total	**219.709**	**208.153**	**303.404**	**284.215**
(–) Impostos sobre vendas	(26.266)	(24.941)	(36.329)	(34.140)
Total de receita	**193.443**	**183.212**	**267.075**	**250.075**

19. Custos e Despesas por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(115.652)	(98.981)	(164.160)	(135.603)
Despesas gerais e administrativas	(34.428)	(34.289)	(65.840)	(70.797)
Despesas comerciais e marketing	(15.660)	(12.127)	(16.643)	(12.831)
Outras receitas (despesas) operacionais (**)	16.283	1.445	15,.984	1.342
	(149.457)	**(143.952)**	**(230.659)**	**(217.889)**
Natureza				
Mão de Obra Própria	(102.883)	(93.286)	(150.109)	(138.578)
Serviços com Terceiros (*)	(17.610)	(18.676)	(25.987)	(29.083)
Depreciação e Amortização	(10.884)	(7.921)	(24.114)	(20.528)
Manutenção de Softwares	(11.592)	(9.695)	(14.275)	(10.688)
Manutenção/Conservação e Infraestrutura	(6.038)	(5.822)	(8.473)	(7.531)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(9.286)	(7.738)	(16.019)	(10.174)
Ganho (Perda) de Investimentos (**)	16.393	1.440	16.393	1.440
Baixa por Impairment	(2.671)	–	(2.671)	–
Viagens e Estadias	(1.907)	(920)	(2.618)	(1.296)
Baixas, perdas e recuperação de créditos	(1.393)	(942)	(1.402)	(1.015)
Outras receitas (despesas) operacionais	(67)	(65)	561	(26)
Indenização trabalhista	(380)	(169)	(382)	(181)
Despesas tributárias	(121)	(148)	(187)	(175)
Provisões para Contingências	(1.018)	(10)	(1.376)	(54)
	(149.457)	**(143.952)**	**(230.659)**	**(217.889)**

(*) Os valores referem-se principalmente a serviços de auditoria, advogados, publicações, e consultoria de recursos humanos e informática). (**) Em 31/10/2022 a Companhia adquiriu a controlada Clinicarx. Parte do preço de aquisição foi estabelecido através de um arranjo de pagamento baseado em earn-out, condicionado ao atingimento de metas atreladas à indicadores financeiros referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A obrigação de earn-out foi apurada à época no valor de R$16.393, sendo contabilizada no passivo da Companhia. Após a avaliação dos indicadores de desempenho da Clinicarx, constatou-se que as metas para os períodos não foram atingidas e, consequentemente, o valor de R$16.393 dessa obrigação foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. **20. Resultado Financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.304)	(2.795)	(4.444)	(3.264)
Despesas bancárias	(578)	(612)	(625)	(647)
Despesas de juros aquisições de controlada	(1.918)	(2.982)	(2.737)	(2.982)
Juros passivos de parcelamentos e tributos federal	(12)	(121)	(112)	(270)
Multa e juros sobre débitos tributários	(271)	(35)	(351)	(203)
Outras despesas financeiras	(755)	(318)	(1.091)	(639)
	(7.838)	**(6.863)**	**(9.360)**	**(8.005)**
	Controladora		**Consolidado**	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações financeiras	502	891	986	1.406
Juros ativos sobre atualização de tributos a recuperar	1.524	1.521	2.474	1.795
Outras receitas financeiras	391	281	512	340
	2.417	**2.693**	**3.972**	**3.541**
Receitas e despesas financeiras, líquidas	**(5.421)**	**(4.170)**	**(5.388)**	**(4.464)**

21. Lucro Líquido por Ação: Para os exercícios de 31/12/2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos com potencial efeito diluído. O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado	
	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício	24.771	21.463
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias – básico	52.000	52.000
Resultado por ação		
Resultado por ação ordinária – básico e diluído (em R$)	0,4764	0,4128

22. Direito de uso e passivo de arrendamento: Para a adoção inicial, a taxa de desconto utilizada foi de 12,59% a.a. e um prazo médio de 10 anos descontados pela taxa incremental nominal. Os prazos finais dos arrendamentos, do Grupo, estão atrelados ao período de novembro de 2025 a junho de 2034. O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. Abaixo demonstraremos a movimentação de 01/01/2023 a 31/12/2024:

a) Ativos de direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	**3.389**	**3.912**
Baixa contrato de Direito de uso	–	(120)
Adição de contrato de arrendamento	–	533
(–) Amortização de Ativos de Direto de uso	(656)	(943)
Saldo em 31/12/2023	**2.733**	**3.382**
(+) Impacto da atualização anual do contrato	–	27
Adição de contrato de arrendamento	8.317	8.317
(–) Amortização dos ativos de direto de uso	(996)	(1.229)
Saldo em 31/12/2024	**10.054**	**10.497**
b) Passivos de Arrendamento	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo Em 31/12/2022	**3.954**	**4.573**
Adição de contrato de arrendamento	–	625
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(1.023)	(1.423)
Baixa contrato de arrendamento	–	(120)
Encargos Financeiros	468	634
Saldo Em 31/12/2023	**3.399**	**4.289**
Adição de contrato de arrendamento	8.317	8.317
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(1.022)	(1.422)
(+) Impacto da atualização anual do contrato	–	27
Encargos Financeiros	815	918
Saldo Em 31/12/2024	**11.509**	**12.129**
Circulante	335	665
Não Circulante	11.174	11.464

c) Fluxo de pagamento em 31/12/2024	Controladora	Consolidado
2025	1.730	2.137
2026	2.724	2.934
2027	2.724	2.847
2028	2.043	2.043
Acima de 5 anos	9.501	9.501
Valores não descontados	**18.722**	**19.462**
Juros embutidos	(7.213)	(7.333)
Saldo do passivo de arrendamento	**11.509**	**12.129**

23. Partes Relacionadas: a) Controladora final: Os controladores finais do Grupo são Arnaldo José Lewis e Sá Filho, Fernando Guerino Cascardo e Carlos Alberto de Castro Dutra. b) Remuneração do pessoal chave da Administração: Remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui Pró-labore, Programa de Participação nos Resultados (PPR) e assistência médica e ascende R$ 11.723 em 31/12/2024 (R$ 12.381 em 31/12/2023). c) Transações entre partes relacionadas: A Companhia possui atualmente dez contratos de mútuo com Partes Relacionadas. Sendo oito contrato com a empresa Conecta, um contrato com a empresa ECS Informática e o outro com a empresa Top Down. Abaixo os saldos das transações entre empresas do Grupo:

					Controladora 31/12/2024
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
ECS Informática Ltda. (i)	2	511	1.079	–	8.326
Ponto Extra (ii)	–	–	–	–	(3)
Digital Loa Soluções de Comunicações e Marketing Ltda. (iii)	1	–	390	–	4.206
Conecta Médico S.A. (iv)	307	6.008	2	–	6.356
Top Down (vi)	2.430	–	491	5.030	–
ClinicarX (vii)	–	–	425	–	301
Partes relacionadas	**2.740**	**6.519**	**2.387**	**5.030**	**19.186**

					Controladora 31/12/2023
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado em 2023
ECS Informática Ltda. (i)	104	–	1.134	–	(6.521)
Ponto Extra (ii)	–	–	165	–	3
Digital Loa Soluções de Comunicações e Marketing Ltda. (iii)	15	–	804	–	(3.419)
Conecta Médico S.A. (iv)	2.583	–	–	–	13
Top Down (vi)	395	–	–	–	–
Sócios Interplayers (v)	3.129	–	–	–	–
Partes relacionadas	**6.226**	**–**	**2.103**	**–**	**(9.924)**

					Consolidado 31/12/2024
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado em 2024
ECS Informática Ltda. (i)	2	511	1.079	–	8.326
Ponto Extra (ii)	–	–	–	–	(3)
Digital Loa Soluções de Comunicações e Marketing Ltda.(iii)	1	–	390	–	4.206
Conecta Médico S.A. (iv)	–	–	–	–	6.356
ClinicarX (vii)	–	–	–	–	301
Partes relacionadas	**3**	**511**	**1.469**	**–**	**19.186**

					Consolidado 31/12/2023
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado em 31/12/2023 (12 meses)
ECS Informática Ltda. (i)	104	–	1.134	–	(6.521)
Ponto Extra (ii)	–	–	–	–	3
Digital Loa Soluções de Comunicações e Marketing Ltda. (iii)	15	–	804	–	(3.419)
Conecta Médico S.A. (iv)	–	–	–	–	13
Sócios Interplayers (v)	3.129	–	–	–	–
Partes relacionadas	**3.248**	**–**	**1.938**	**–**	**(9.924)**

(i) Referem-se a contrato de mútuo entre a ECS Informática e InterPlayers e transações de prestações de Serviços entre as empresas, referente a desenvolvimentos de software. (ii) Referem-se a contrato de mútuo entre a Ponto Extra e InterPlayers e transações de prestação de serviços entre empresas, referente à terceirização de mão de obra. (iii) Referem-se a transações de prestação de serviços referentes a consultoria em marketing. (iv) Referem-se a transações de prestação de serviços entre as empresas e contrato de mútuo entre a Conecta e Interplayers. (v) Refere-se a contrato de mútuo entre o sócio Fernando Guerino Cascardo e InterPlayers. (vi) Referem-se a contrato de mútuo entre a Top Down e InterPlayers (vii) Refere-se a transações de prestação de serviços entre as empresas Clinicarx e Interplayers. **24. Informações por Segmentos:** A Companhia efetuou a análise das informações por segmento de acordo com o CPC 22 / IFRS 8 – Informações por segmentos e concluiu que para os exercícios findos em 2024 e 2023, o Conselho de Administração, como principal tomador de decisão, avalia os resultados operacionais, monitora, toma as decisões considerando a Companhia como um único segmento operacional, administrados no âmbito do Grupo. **25. Cobertura de Seguros:** O Grupo, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Os seguros que tiveram suas vigências encerradas até a data de apresentação das Demonstrações financeiras tiveram suas renovações efetivadas. Abaixo demonstramos as os limites das coberturas:

Ramo	Seguradora	Vigência De	Vigência Até	Limite máximo de responsabilidade
Administradores e diretores – D&O	Yelum Seguradora	01/02/2025	01/02/2026	20.000
Incêndio tradicional	Porto Seguro	10/03/2024	10/03/2026	16.226
Empresarial	Allianz Empresarial	16/07/2024	16/07/2025	5.500
Riscos Cibernéticos	AIG Seguros	09/08/2024	09/08/2025	10.000

Administração

Arnaldo José Lewis e Sá Filho - Diretor Presidente
Rodrigo de Melo Galesi - CEO
Gustavo Marini Rodrigues - Diretor Financeiro e RI

Contador

Jamilson Antonio Gomes de Lima - CRC nº 1SP195789/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2024.

Rodrigo de Melo Galesi - CEO
Gustavo Marini Rodrigues - Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2024.

Rodrigo de Melo Galesi - CEO
Gustavo Marini Rodrigues - Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Interplayers Soluções Integradas S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Interplayers Soluções Integradas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23/04/2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Raphael de Oliveira Costa
Contador
CRC SP-295905/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**